UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

SANDRA CRISTINA MIOTO DE GOUVÊA

O DISCURSO SOBRE A AFTOSA NO CORREIO DO ESTADO E NA FOLHA DE S. PAULO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Campo Grande - MS Agosto - 2008

SANDRA CRISTINA MIOTO DE GOUVÊA

O DISCURSO SOBRE A AFTOSA NO CORREIO DO ESTADO E NA FOLHA DE S. PAULO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Maria Emília Borges Daniel.

Campo Grande - MS Agosto - 2008

SANDRA CRISTINA MIOTO DE GOUVÊA

O DISCURSO SOBRE A AFTOSA NO CORREIO DO ESTADO E NA FOLHA DE S. PAULO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

APROVADA POR:
MARIA EMÍLIA BORGES DANIEL, DOUTORA (UFMS)
JOSÉ GENÉSIO FERNENDES, DOUTOR (UFMS)
ANTONIO VICENTE PIETROFORTE, DOUTOR (USP)
MARIA ADÉLIA MENEGAZZO, DOUTORA (UFMS)
Campo Grande, MS, 23 de agosto de 2008.

A meus pais, Francisco e Francisca; a meu irmão Marcos; a meu esposo Ednei; e à minha Nona. Por muitas vezes ouvi que a sorte estava ao meu lado...

Com certeza ela sempre esteve. Mas preciso agora "responsabilizar" algumas pessoas que me fizeram caminhar ao encontro dela. A sorte, ah, a sorte... perseguida por tantos, adquirida por poucos.... O que uma grande maioria chama de sorte, prefiro chamar aqui por um outro nome: "CONQUISTA". Minha conquista não é algo que surgiu por acaso, de um ano para outro, de um momento para o outro...

Desde muito criança, sempre ouvi meus pais dizerem que eu precisaria correr atrás dos meus sonhos, e que acima de tudo eu precisaria estudar.... Foi o que fiz desde então. Agradeço a eles por terem despertado em mim o desejo de conhecer coisas novas, de buscar o conhecimento... Foi esse interesse despertado que me fez caminhar até aqui...

Há também aqueles que muito colaboraram em todo esse meu percurso. E não foram poucos... Além dos meus pais, há o meu querido irmão e a minha amada Nona a quem tanto quero bem e desejaria ter o poder de eternizar. Há também o meu marido que sempre entendeu os meus momentos de ausência, os meus momentos de angústia e esteve presente em todos os meus bons momentos.

De um outro lado, estiveram meus professores: de Maria Lucia (Lucinha), minha primeira professora, à Prof. Drª. Maria Emília Borges Daniel, minha orientadora, um exemplo de perseverança, seriedade, sensatez e sabedoria. Muitos educadores colaboraram durante toda essa minha trajetória, e agradeço a todos eles por tudo o que me possibilitaram.

Agradeço também aos meus amigos que direta e indiretamente fizeram o curso comigo, festejando os momentos felizes e ouvindo com sabedoria as agruras que muitas vezes estiveram presentes. Agradeço em especial à minha amiga Ana, literalmente companheira.

Se fosse relacionar aqui os nomes das pessoas a quem devo agradecer, com certeza seria uma tarefa bastante extensa. Por isso prefiro ressaltar que o meu agradecimento é dirigido a todas as pessoas que estiveram comigo, ou até aquelas que passaram por mim, um dia por acaso.

Dirijo, então, o agradecimento àquele que é Senhor de todos e de todas as coisas: a Deus, pois me deu sabedoria e me possibilitou enfrentar todas as dificuldades e que também colocou em minha vida pessoas que

souberam me dizer o que eu realmente precisaria ouvir em determinados momentos.

RESUMO

Para explicitar as estratégias de construção de sentido utilizadas no discurso dos jornais Correio do Estado e Folha de S. Paulo, na cobertura a respeito dos focos de Febre Aftosa, em Mato Grosso do Sul, onde houve maior incidência da doença, este trabalho tem como objetivo analisar como esses diários impressos transformaram recortes e interpretações de acontecimentos em fatos, valores e "verdades" para uma grande parcela da população brasileira, entre os meses de outubro de 2005 a maio de 2006. A análise das relações sincréticas, nos textos selecionados, teve como base teórica a Semiótica de Linha Francesa desenvolvida por Greimas e seguidores. A análise focalizou a diagramação, os efeitos de sentido de atualidade, o gerenciamento do nível de atenção, bem como as noções de "fato", "objetividade", "verdade", importantes para o meio de veiculação escolhido. O corpus da pesquisa é constituído pela a apresentação e análise de duas edições de dois jornais diários impressos: uma do Correio do Estado, nº 16.046, ano 52, de 19/10/2005, e a outra, da Folha de S. Paulo, nº 27.953, ano 85, 14/10/2005, selecionadas por apresentarem destaque editorial máximo do tema Febre Aftosa em chamada de 1ª página. A título de amostra, apresenta-se, neste Relatório, uma análise preliminar dos textos de cada edição. Os resultados preliminares indicam que diferentes artifícios são utilizados pelos dois veículos de comunicação, e que as publicações analisadas ressaltam um poder-fazer destinado aos órgãos públicos que, por sua vez, demonstram um não-saber-fazer diante dos fatos nelas apresentados, já que o problema da Aftosa, até então, não tinha sido resolvido.

Palavras – chave: semiótica. Correio do Estado, Folha de S. Paulo, Febre Aftosa, discurso.

ABSTRACT

To evidence the strategies of the signification construction used in the newspaper speech "Correio do Estado and Folha de S. Paulo, talking about the Aftosa Fever facus, in MS, where there was a bigger incidency of the illness, this paper aims to analize how those daily printed papers transformed newspaper and interpretations happening in facts, values and truths for a big parcel of de brazilian population, between the months of October 2005 and May 2006. The syncretc relation in the respective texts had as theoric base the French Semiotics Line develop by Greimas and followers. The research focused the diagramation, the sense of present effects, the management of the attention level, as well as the notion of "fact", "objectivity", "truth", important for the chosen means of vehiculation. The analysis that the researched is based are about two issues of two daily printed newspaper one of Correio do Estado nº 16 046, year 52 from 10/19/2005, and the other, from Folha de S. Paulo, nº 27 953, year 85, 10/14/2005, chosen for showing a maximum notability editorial first page about Aftosa Fever. Like a sample, it is shown in this relatory, a preliminary analisys of the selected texts. The preliminary results show that different artificies are used by both communication vehicles, and that the analysed publications emphasizes a power of doing destinated to the public means, that show a lack of knowledge based on the facts shown in the newspaper, since the aftosa problem, since then, it hadn't been solved.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: ÁREA LIVRE DE AFTOSA COM VACINAÇÃO	20
FIGURA 02: CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO	22
FIGURA 03: 1ª PÁGINA DO CORREIO DO ESTADO	79
FIGURA 04: CHAMADA DE 1ª PÁGINA DO CORREIO DO ESTADO	82
FIGURA 05: 1ª PÁGINA DO CORREIO DO ESTADO	96
FIGURA 06: CHAMADA DE 1ª PÁGINA DO CORREIO DO ESTADO	97
FIGURA 07: RECORTE DA PÁGINA 14ª DO CORREIO DO ESTADO 9	98
FIGURA 08: 1ª PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO1	00
FIGURA 09: 1ª PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO1	01
FIGURA 10: 1ª PÁGINA DO CORREIO DO ESTADO1	01
FIGURA 11: CHAMADA DE 1ª PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO 1	03
FIGURA 12: PÁGINA B4 DA FOLHA DE S. PAULO1	18
FIGURA 13: FOTOGRAFIA DA PÁGINA B4 DA FOLHA DE S. PAULO 1	19
FIGURA 14: PÁGINA 11ª – CORREIO DO ESTADO1	33
FIGURA 15: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 11ª – CORREIO DO ESTADO 1	34
FIGURA 16: PÁGINA 12ª – CORREIO DO ESTADO1	35
FIGURA 17: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 12ª – CORREIO DO ESTADO 1	36
FIGURA 18: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 12ª – CORREIO DO ESTADO 1	37
FIGURA 19: PÁGINA 13ª – CORREIO DO ESTADO1	38
FIGURA 20: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 13ª – CORREIO DO ESTADO 1	39
FIGURA 21: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 13ª – CORREIO DO ESTADO 1	40
FIGURA 22: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 13ª – CORREIO DO ESTADO 1	41
FIGURA 23: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 13ª – CORREIO DO ESTADO 1	42

FIGURA 24: PÁGINA 14ª – CORREIO DO ESTADO 143
FIGURA 25: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 14ª – CORREIO DO ESTADO 144
FIGURA 26: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 14ª – CORREIO DO ESTADO 145
FIGURA 27: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 14ª – CORREIO DO ESTADO 146
FIGURA 28: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA 14ª – CORREIO DO ESTADO 147
FIGURA 29: 1ª PÁGINA DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO 149
FIGURA 30: PÁGINA B1 – FOLHA DE S. PAULO
FIGURA 31: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B1 – FOLHA DE S. PAULO 151
FIGURA 32: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B1 – FOLHA DE S. PAULO 152
FIGURA 33: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B1 – FOLHA DE S. PAULO 153
FIGURA 34: PÁGINA B3 – FOLHA DE S. PAULO 154
FIGURA 35: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B3 – FOLHA DE S. PAULO 155
FIGURA 36: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B3 – FOLHA DE S. PAULO 156
FIGURA 37: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B3 – FOLHA DE S. PAULO 157
FIGURA 38: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B3 – FOLHA DE S. PAULO 158
FIGURA 39: PÁGINA B4 – FOLHA DE S. PAULO
FIGURA 40: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B4 – FOLHA DE S. PAULO 160
FIGURA 41: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B4 – FOLHA DE S. PAULO 161
FIGURA42: MATÉRIA CONST. DA PÁGINA B4 – FOLHA DE S. PAULO 162

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Página 11 ^a – Correio do Estado13	33
Anexo B: Matéria constituinte da página 11ª – Correio do Estado13	34
Anexo C: Página 12ª. – Correio do Estado13	35
Anexo D: Matéria constituinte da página 12ª – Correio do Estado13	36
Anexo E: Matéria constituinte da página 12ª – Correio do Estado13	37
Anexo F: Página 13ª – Correio do Estado13	38
Anexo G: Matéria constituinte da página 13ª- Correio do Estado13	39
Anexo H: Matéria constituinte da página 13ª – Correio do Estado14	40
Anexo I: Matéria constituinte da página 13ª – Correio do Estado14	41
Anexo J: Matéria constituinte da página 13ª – Correio do Estado14	42
Anexo L: Página 14ª – Correio do Estado14	43
Anexo M: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado14	44
Anexo N: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado14	44
Anexo O: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado14	46
Anexo P: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado14	47
Anexo Q: Primeira Página do Jornal Folha de S. Paulo14	49
Anexo R: Página B1 – Folha de S. Paulo15	50
Anexo S: Matéria constituinte da página B1 – Folha de S. Paulo	51
Anexo T: Matéria constituinte da página B1– Folha de S. Paulo15	52
Anexo U: Matéria constituinte da página B1 – Folha de S. Paulo	53
Anexo V: Página B3 – Folha de S. Paulo15	54
Anexo X: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo	55

Anexo Z: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo	156
Anexo AA: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo	157
Anexo BB: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo	158
Anexo CC: Página B4 – Folha de S. Paulo	159
Anexo DD: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo	160
Anexo EE: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo	161
Anexo FF: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Por que o Correio do Estado e a Folha de S. Paulo ?	17
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO	
1.1 Um breve histórico sobre a Febre Aftosa	10
1.2 A legislação sobre controle sanitário dos rebanhos	
1.3 Os jornais impressos	
1.3.1 Correio do Estado	
1.3.2 Folha de S. Paulo	29
CAPÍTULO II: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	
2.1 A opção pela semiótica na análise de mídia	33
2.2 Breve histórico da teoria semiótica	33
2.3 O percurso gerativo de sentido	40
2.3.1 Nível Fundamental	41
2.3.2 Nível Narrativo	42
2.3.3 Nível Discursivo	45
2.4 Definindo a semiótica sincrética	51
2.5 Proposta de Análise	53
2.5.1 Plano de Conteúdo	54
2.5.2 Plano de conteúdo e relações com o plano de expressão	56
2.5.3 A Semiótica visual	57
2.5.4 A organização textual: a diagramação e o projeto gráfico	57
2.5.5 O gerenciamento do nível de atenção	60
2.6 Conceitos Importantes: verdade, ideologia, objetividade e neutralidade	68
2.6.1 A verdade	
2.6.2 Verdade e ideologia	72
2.6.3 A notícia: o recorte específico da realidade no jornalismo	
2.6.4 A objetividade	
2.6.5 A neutralidade	

CAPÍTULO III: ANÁLISE DA EDIÇÃO 16.046 DO CO	RREIO DO ESTADO
3.1 A edição em análise	79
3.2 A chamada de 1ª página	82
3.3 O plano do conteúdo	83
3.3.1 O nível fundamental	83
3.3.2 O nível narrativo	85
3.3.3 O nível discursivo	89
3.4 O plano da expressão	95
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DA EDIÇÃO 27.953 DA FO	LHA DE S. PAULO
4.1 A edição em análise	100
4.2 A chamada de 1ª página	103
4.3 O plano do conteúdo	103
4.3.1 O Nível Fundamental	103
4.3.2 O Nível Narrativo	106
4.3.3 O Nível Discursivo	112
4.4 O Plano de Expressão	117
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	
1. A construção do discurso da Febre Aftosa	121
2.O estilo do Correio do Estado	121
3.O estilo da Folha de S. Paulo	124
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	
Correio do Estado	132
Folha de S. Paulo	148

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresentamos a análise de duas edições de dois jornais impressos: do Correio do Estado, a edição nº 16.046, ano 52, de 19/10/2005; da Folha de S. Paulo, a edição nº 27.953, ano 85, 14/10/2005, ambas com chamada de 1ª página sobre a temática da Febre Aftosa.

Tal análise fundamenta-se na Teoria Semiótica de linha francesa, de Greimas e seguidores, tendo como foco o percurso gerativo de sentido, explorando o plano de conteúdo e o de expressão.

Antes de qualquer afirmação sobre a escolha e a delimitação do *corpus*, cabe salientar que o interesse por textos informativos, principalmente os de jornais impressos, as **chamadas** e as **notícias**, já é, há algum tempo, bastante instigante, por serem tais textos considerados por leitores imaturos como os detentores da "**verdade**", ou seja, veiculadores de informações "verdadeiras" sem juízos de valor. Assim, é justamente com o objetivo de discutir essas questões que optamos pela análise desses gêneros textuais.

Para que pudéssemos discutir questões relacionadas à "verdade", à "objetividade", à "neutralidade", entre outras, precisávamos, antes, delimitar os textos que seriam objetos de nossas análises.

Em relação ao processo de seleção dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho e, em função da isenção que é fundamental para uma pesquisa, alguns esclarecimentos são necessários.

A primeira escolha foi delimitar o assunto abordado pelos textos a serem escolhidos. Desse modo, optamos então por selecionar textos que tivessem temas bastante polêmicos e que, direta ou indiretamente, envolvessem questões que afetassem a população em seus mais diversos âmbitos. Durante esse processo, o país enfrentava um grave problema gerado pelo surgimento de focos de Febre Aftosa. Estava aí a nossa segunda escolha: textos que abordassem a temática da Febre Aftosa.

Partimos então para mais uma delimitação: quais veículos analisar? Diante desse questionamento, optamos por dois veículos que tivessem abrangências

diferentes: um de abrangência nacional e outro, regional. Foi então que escolhemos, para análise, os jornais **Correio do Estado** e **Folha de S. Paulo**, já que este é de caráter nacional e aquele é de caráter regional e ligado ao Estado em que ocorria a maior incidência da doença: Mato Grosso do Sul.

Feitas essas escolhas, partimos então para mais uma etapa: o levantamento do *corpus*. Essa etapa foi efetuada durante o segundo semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007. Durante esse processo, optamos por delimitar e considerar apenas as publicações entre outubro de 2005 e maio de 2006, já que esse foi o período de maior divulgação desses textos. Assim, conseguimos coletar 17 publicações da **Folha de S. Paulo** e 36 do **Correio do Estado** que apresentavam como destaque de primeira página a temática dos focos da doença.

Diante de um número bastante extenso de textos, tivemos ainda que fazer uma nova escolha ou delimitação. Poderíamos analisar apenas as chamadas de todas as edições levantadas; ou ainda todas as matérias de tais edições. Mas, para que pudéssemos fazer uma análise mais minuciosa e baseada na noção de **texto** proposta pela semiótica, optamos por fazer a análise de uma edição publicada em cada um dos veículos, entendendo que a essa edição são somados os elementos constituintes do "bloco de significação", (manchete, imagem e matérias).

Desse modo, definimos então, como objetos de análise de nosso trabalho, duas edições, sendo uma de cada veículo de comunicação, relacionadas a seguir:

- Correio do Estado: edição nº. 16.046, ano 52, de 19 de outubro de 2005.
- Folha de S. Paulo: edição nº. 27 953, ano 85, de 14 de outubro de 2005.

Após definir o número de textos, procedemos, inicialmente, a uma análise do **percurso gerativo de sentido**, no **plano do conteúdo**, em seus três níveis: **fundamental, narrativo e discursivo**.

Na sequência, enfatizamos o **plano da expressão**, momento em que várias estratégias do **gerenciamento do nível de atenção** foram discutidas.

A escolha desse modelo de análise foi determinada pela necessidade de manter uma linearidade na análise das duas edições.

Por que o Correio do Estado e a Folha de S. Paulo?

O estudo desses dois diários impressos nasceu da necessidade de investigar como, na relação entre enunciador e enunciatário, é construído o sentido em textos que abordam a temática da Febre Aftosa, partindo da concepção de que esses veículos possuem diferentes abrangências, pois o Correio do Estado é um veículo de abrangência estadual, sediado em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, Estado que, então, apresentava a maior incidência do foco da doença; já a Folha de S. Paulo é um diário de abrangência nacional, portanto desvinculado das pressões sofridas no Estado.

Com essas escolhas, buscamos fazer uma análise com a finalidade de identificar como os discursos desses jornais são construídos e como transformam recortes e interpretações de acontecimentos em "verdades" ou "realidades".

Considerando o exposto, este relatório foi estruturado, internamente, em cinco capítulos, conforme a exposição a seguir.

Capítulo I: apresenta uma breve contextualização histórica sobre a **Febre Aftosa** e sobre os jornais Correio do Estado e Folha de S. Paulo, ressaltando as principais características de cada um deles.

Capítulo II: evidencia os pressupostos teórico-metodológicos, já que explicitar as bases teóricas que sustentam o trabalho é de fundamental importância para o desenvolvimento geral da pesquisa.

Capítulo III: focaliza a análise da edição 16.046 do Correio do Estado.

Capítulo IV: analisa a edição 27.953 da Folha de S. Paulo.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Um breve histórico sobre a Febre Aftosa

"E foi então que reconheceram estar ali presente a "Morte Rubra". Ali penetrara, como um ladrão noturno. E um a um, foram todos os foliões, nos salões da orgia, orvalhados de sangue, morrendo na mesma posição desesperada de sua queda. E a vida do relógio de ébano se extinguiu com a do último dos foliões. E as chamas das trípodes expiraram. E o ilimitado poder da Treva, da Ruína, e da "Morte Rubra" dominou tudo."

Edgar Allan Poe

O conto "A máscara da morte rubra", do inigualável Edgar Allan Poe, não só aborda obviamente a Peste Negra, na Europa medieval, mas também serve como ótima metáfora para descrevermos aqui a questão da Febre Aftosa no Brasil.

Como a presente pesquisa prioriza o estudo com base em análises de textos que abordam a temática da Febre Aftosa, um retrospecto histórico sobre a doença faz-se necessário e interessante, para mostrar a relevância dos objetos de pesquisa.

A Febre Aftosa, também conhecida como Aftosa, é uma doença altamente contagiosa que ataca todos os animais de casco fendido, principalmente bovinos. A doença é transmitida pelo menos por seis tipos de vírus. Não há transmissores da Aftosa, o vírus é propagado pelo ar, pela água e pelos alimentos, apesar de ser sensível ao calor e à luz. A elevação da temperatura e a diminuição do apetite são os primeiros indícios da infecção. Devido às lesões entre os cascos, o animal tem dificuldade de se locomover. A produção de leite cai, a manqueira aparece, bem como a mamite com todas as suas graves conseqüências. A intensidade da doença é muito variável.

Febre Aftosa foi descoberta na Itália no século XVI. No século XIX, a doença foi observada em vários países da Europa, Ásia, África e América. Com o desenvolvimento da agricultura e pecuária, houve também uma preocupação em controlar essa enfermidade e, no início do século passado, vários países decidiram combatê-la.

Segundo dados apresentados por Lira & Silva (2004), a Febre Aftosa foi detectada no Brasil em 1895, após sua descrição na Argentina e no Uruguai, coincidindo com a importação sistemática de reprodutores bovinos de raças européias para a indústria frigorífica. As importações ocorreram desde a colonização, mas a Febre Aftosa só apareceu no Brasil após afetar os rebanhos da Península Ibérica.

A ocorrência da doença contribuiu para a criação, em 1909, do Ministério da Agricultura. Em 1950, foram estabelecidas as normas de profilaxia da doença. A década de 1960 teve como marco a institucionalização da campanha de combate à Febre Aftosa, primeiro programa de combate à doença. Paralelamente, ocorreu a implantação de infra-estrutura laboratorial, treinamento de pessoal e conscientização dos pecuaristas, iniciando, dessa forma, a produção de vacinas, a notificação de focos e de diagnóstico.

Os autores ressaltam que, na década de 1970, houve a implantação de um programa de controle de qualidade da vacina e de identificação das áreas problemáticas por meio do estudo comparativo entre o trânsito animal e a ocorrência da doença. Nesse período, observou-se a ocorrência de 10 295 focos, principalmente no Rio Grande do Sul, tendo como causas prováveis a desestruturação do programa e a carência de vacinas de qualidade.

Em 1989, a incidência de focos caiu para 1376, sendo, portanto, resultado de uma política estrutural de produção e melhor qualidade da vacina. Nos anos 1990, destaca-se a implantação da política de "erradicação", com regionalização das ações e meta de país livre da doença, o que determinou que o bovino se tornasse "moeda" comercial no país. Em 1998, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram reconhecidos como zona livre de Febre Aftosa com vacinação. Diante dessas políticas de prevenção, houve uma significativa diminuição de focos de aftosa para 37, em 1999.

Lira & Silva (2004) afirmam que 2002 foi o primeiro ano com ausência de Febre Aftosa no Brasil, desde o surgimento da doença. Esses dados podem ser facilmente visualizados na representação esquemática abaixo, fornecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), segundo o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa:

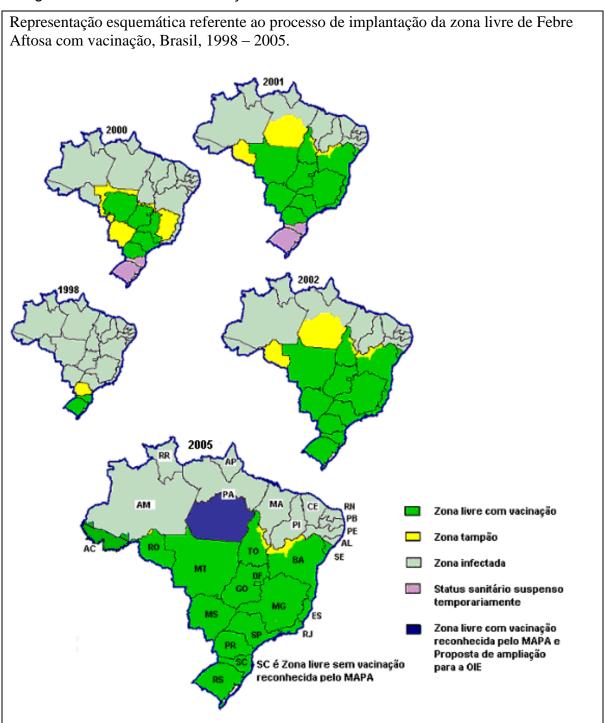


Figura 1: Área livre de Aftosa com vacinação

http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PROGRAMAS/AREA_ANIMAL/PNEFA/REPRESENTACAO_AREA_LIVRE_1998_2005.DOC

Mas a doença volta a ter destaque ainda no ano de 2004, quando ocorrem alguns surtos no município de Carreiro da Várzea, próximo a Manaus. Essa incidência foi um alerta para todos os agentes da cadeia, em particular os pecuaristas, quanto à importância da vacinação do rebanho e do cumprimento das demais diretrizes da política brasileira para erradicação da Febre Aftosa.

Em outubro de 2005, um novo foco é descoberto em Mato Grosso do Sul. O MAPA toma, então, algumas providências com a finalidade de conter a disseminação da doença, como: inspeção de todas as fazendas localizadas em um raio de 25 km do foco; interdição das propriedades infectadas e dos municípios situados dentro desse perímetro, através da implantação de postos de fiscalização, visando disciplinar o procedimento para circulação de produtos e subprodutos de origem animal no território brasileiro e obstruir qualquer trânsito de animais susceptíveis, até com o sacrifício sanitário (MAPA, 2005).

Além dessas medidas que cabem aos órgãos estaduais e federais responsáveis, não podemos nos esquecer de um fator primordial no combate à Febre Aftosa: a **vacinação**. No Brasil, o processo de erradicação da doença mais aconselhável é a vacinação periódica dos rebanhos, assim como a vacinação de todos os bovinos antes de qualquer viagem. A vacina contra a Febre Aftosa é aplicada, de seis em seis meses, a partir do 3º mês de idade.¹ Diante dessas exigências, o MAPA elaborou um calendário de vacinação de bovinos e bubalinos contra a Febre Aftosa no Brasil, esquematizado na ilustração que segue:

¹ Essas regras estão disponíveis no site: http://www.saudeanimal.com.br/aftosa_print.html, com acesso em 17 de julho de 2007, apresentados por DE CICCO, Lucia Helena Salvetti. **Febre Aftosa.**

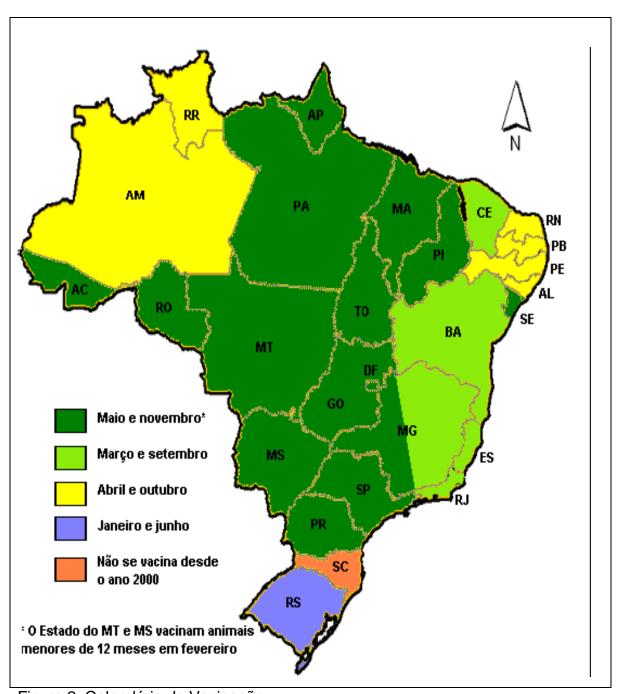


Figura 2: Calendário de Vacinação

Fonte:http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PROGRAMAS/AREA_ANIMAL/PNEFA/CALENDARIO_VACINACAO.PDF

Segundo as autoridades, a falta de vacinação ou ainda o uso incorreto dessa prática, provavelmente resulta num novo foco da doença.

A maior gravidade da aftosa não decorre apenas das mortes dos animais, mas principalmente dos prejuízos econômicos, que podem atingir todos os pecuaristas, desde os pequenos até os grandes produtores. Esse fato vem contribuir para um decréscimo na economia brasileira, uma vez que o Brasil possui o maior rebanho bovino mundial (cerca de 170 milhões de cabeças), o terceiro maior rebanho de suínos e o sexto lugar na produção de leite.

O surgimento de focos e a proliferação da Febre Aftosa no Brasil causaram graves problemas ao país, tais como: redução da produtividade, indisponibilidade de carne para consumo, redução do crescimento econômico, embargos ao acesso da carne brasileira ao mercado internacional. Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, via Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e do Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários, os países que impuseram restrições comerciais ao Brasil, em função da ocorrência de Febre Aftosa, foram: África do Sul, Albânia, Angola, Argélia, Argentina, Belarus, Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Cuba, Egito, Emirados Árabes, Filipinas, Israel, Indonésia, Jordânia, Líbano, Malásia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Noruega, Paraguai, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Ucrânia, União Européia, Uruguai e Venezuela, conforme quadro disponível no site:²

Cabe salientar que, dentre os países do Cone Sul, somente o Chile é livre de Febre Aftosa sem vacinação. E que os focos da doença no Brasil sempre estão relacionados à ocorrência nos países limítrofes ao sul do país: Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Falar sobre a Febre Aftosa é também reconhecer que há uma legislação vigente no país e principalmente no estado do Mato Grosso do Sul, que orienta, institui, fiscaliza e pune os envolvidos e responsáveis por infrações e negligência na execução das medidas de controle sanitário.

²http://agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUAR IA/RELACOES_INTERNACIONAIS/NEGOCIACOES_SANIT_E_FIT/FEBRE%20AFTOSA_MS_PR_RESTRI%C7%D5ES%20COMERCIAIS%20AO%20BRASIL.PDF. Acesso em: 17/7/ 2007.

Por isso, faremos, na seqüência, uma apresentação do principal decreto em que estão dispostas as leis que fundamentam e organizam esse setor.

1.2 A legislação sobre o controle sanitário dos rebanhos

Fazer um registro das normas que regem o Controle Sanitário Animal no MS é, na verdade, uma necessidade para melhor compreendermos como esse setor é organizado e fiscalizado. Desse modo, ressaltamos aqui o principal decreto em vigor sobre Defesa Animal: o Decreto 10.028, de 14 de Agosto de 2000 – Regulamento da Defesa Sanitária Animal de Mato Grosso do Sul – Redação Vigente a partir de Dezembro de 2003.

Segundo dados oferecidos pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, de Chapadão do Sul (MS), esse é o decreto que regulamenta todas as leis desse setor no Estado.

Tal decreto está dividido da seguinte forma:

- Das atribuições e finalidades;
- Das atribuições;
- Das medidas de combate às enfermidades dois animais;
- Das medidas sanitárias de controle e do transito de animais, seus produtos e subprodutos;
- Das medidas para exposição, feiras, leiloes e outras aglomerações de animais;
- Do credenciamento de médicos veterinários:
- Das medidas de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário e de insumos pecuários;
- Dos conselhos;
- Das infrações e penalidades;
- Dos autos de infração e do seu procedimento administrativo;
- Dos recursos administrativos;
- Das receitas e sua aplicação;
- -Das disposições finais.

Como a Febre Aftosa é uma doença que interfere em todo o *status* econômico pecuarista do país, torna-se interessante explicitar o que está em vigor

nesse setor. Assim, um dos pontos que nos chamou a atenção em "Das Atribuições" foi:

Art. 6º Para o desempenho das suas atribuições o IAGRO poderá:

II- estabelecer calendários para comercialização e utilização de vacinas ou outros insumos de uso veterinário, bem como definir a faixa etária dos animais a serem vacinados ou tratados conforme programas de combate às doenças de animais.

Nesse Art. 6º, podemos constatar que há como lei, no estado, a elaboração de calendário para utilização e cumprimento da vacinação, que é a medida mais eficaz na erradicação do foco da Febre Aftosa.

Ainda nessa mesma sessão do decreto, é estritamente importante a evidência dada às ações obrigatórias contidas no Art. 9°:

I – dos proprietários de animais:

[...]

b) criar, manter e movimentar seus animais em condições adequadas de nutrição, saúde, manejo, profilaxia de doenças e proteção ao meio ambiente, inclusive manter o rebanho compatível com a área destinada à atividade, [...]

[...]

d) declarar ao IAGRO a quantidade e a classificação dos animais sob sua responsabilidade, bem como comprovar o cumprimento de suas obrigações relacionadas à vacinação, no prazo de até quinze dias, contado do término das respectivas etapas de vacinação.

[...]

f) fornecer ao escritório local do IAGRO de sua jurisdição no mês de janeiro de cada ano, o calendário anual das monitorias obrigatórias previstas nos programas sanitários, observado o disposto no § 4º deste artigo;

[...]

 j) submeter os animais às medidas de combate às doenças, nos prazos e condições estipulados nos programas de defesa sanitária animal e pelo IAGRO;

I) vacinar seus animais nas épocas e situações determinadas pelo IAGRO, observado o disposto no § 2º deste artigo;

Esses incisos indicam o papel e a responsabilidade de cada pecuarista para com o seu rebanho, diante do IAGRO, que é o órgão de fiscalização, e o pecuarista que é quem deverá ser fiscalizado.

No mesmo decreto, em "Das Medidas de Combate às Enfermidades dos Animais" observamos a seguinte legislação:

Art. 11. Nos termos da lei nº 1.953/99 é obrigatória a aplicação de medidas sanitárias às doenças passíveis de isolamento ou quarentena, em obediência ao MA.

§ 1º São consideradas doenças de notificação obrigatória no Estado:

I – Febre Aftosa nos ruminantes e suídeos;

No Art. 14, podemos ter conhecimentos das ações consideradas de Defesa Sanitária Animal, diante das seguintes colocações:

I – vacinação: ação de imunizar os animais com a finalidade de evitar a ocorrência e a disseminação de doenças, sendo obrigatória aquela estabelecida na legislação visando ao controle e ou à erradicação de doenças dos animais que interfiram na saúde pública, no meio ambiente e na economia, nas seguintes modalidades:

[...]

b) focal: para imunizar os animais existentes nos focos, sendo coordenado pelo IAGRO e custeada pelo proprietário;

Assim, observa-se novamente a responsabilidade destinada à questão da vacinação obrigatória aos pecuaristas. No decreto há também uma parte em que fica clara a fiscalização que deve ser realizada pelo IAGRO nos comércios de produtos veterinários e de insumos pecuários. Dessa forma, como ressalta o Art. 30, cabe ao IAGRO:

IV – realizar o controle de estoque e de venda de produtos biológicos por meio de formulários oficiais fornecidos pelo IAGRO, que deverão ser emitidos no ato da venda e saída do produto, lançados diariamente no controle de estoque, devendo conter data de venda, número de partida, validade, laboratório, quantidade de dose, nome do proprietário, nome da propriedade e localização;

As afirmações explicitadas anteriormente nos fazem crer que o setor pecuarista no Estado do MS é fiscalizado por meio do IAGRO, diante de medidas legais que envolvem a legislação vigente. Nessa legislação há de se considerar aspectos importantes relacionados ao setor: desde o transporte, até a exposição, vacinação e abate do gado.

O decreto, além de instituir e fiscalizar normas sanitárias, também sanciona os responsáveis pelo não cumprimento das mesmas, pois há, em anexo a esse decreto, um Regulamento da Defesa Sanitária Animal de MS – Anexo único – Da Fixação das Multas.

Tal regulamento fixa valores relacionados ao não cumprimento de algumas exigências, não eximindo o pecuarista, ou ainda, o comerciante, das obrigações legais perante as infrações.

Dessa forma, evidenciar o Decreto que regulamenta leis sobre a Defesa Sanitária Animal de MS fundamenta a questão de "conhecer" o que está legalmente em vigor nesse setor.

Há ainda que se considerar outros decretos instituídos, com a finalidade de melhor explorar as leis já firmadas no Decreto nº 10.028 de 14 de Agosto de 2000.

Situações e questões como essas, de grande proporção e significação, acabam sendo destaques nos principais meios de comunicação estaduais, nacionais e internacionais. Possibilitam, dessa forma, uma grande discussão sobre todas as questões que envolvem o problema: a responsabilidade federal, estadual, municipal; a eficiência das medidas de erradicação dos focos; a possível responsabilidade da ocorrência, das causas e das conseqüências do fato.

Essas questões, abordadas pelos jornais, serão o alvo de nossas análises, ou seja, buscaremos entender como cada veículo impresso produz sentido(s) em suas publicações a esse respeito. Porém, antes disso, apresentaremos, no próximo segmento, algumas informações sobre os jornais focalizados neste estudo.

1.3 Os jornais impressos

Um meio de comunicação de massa mostra a sua força e o seu poder diante do número de leitores que conquista. Assim, com base nessa colocação, cabe ressaltar algumas informações importantes sobre os jornais diários impressos, escolhidos como objeto de estudo da presente pesquisa, pois os leitores desses jornais pertencem a um grupo com escolaridade acima da média

nacional, ou seja, pertencem a um grupo conhecido como a elite que, ao fazer determinadas escolhas, projeta e constrói uma história, uma ideologia.

Com o objetivo de explicitar algumas características fundamentais dos dois jornais diários impressos, escolhidos para análise, optamos pela elaboração desse item dividido em duas partes.

Na primeira parte, fizemos uma abordagem sobre o Correio do Estado (estadual); e, na segunda, sobre a Folha de S. Paulo (nacional).

Dessa maneira, pretendemos caracterizar, a seguir, cada um desses veículos, apresentando as suas especificidades.

1.3.1 Correio do Estado³

Fundado por José Inácio da Costa Moraes, o jornal *Correio do Estado* teve a sua primeira edição publicada em 07 de fevereiro de 1954. O nome foi escolhido por dar idéia de abrangência, formando elo de comunicação entre as cidades.

O jornal foi administrado, firmemente, por quase cinco décadas, pelo senhor José Barbosa Rodrigues. Hoje, transformado em uma S.A., tem como presidente a Sra. Ester Figueiredo Gameiro.

O jornal surgiu num momento bastante importante para o então Mato Grosso, tanto no campo econômico, como no campo político, pois havia a necessidade da existência de um órgão de imprensa com novas idéias e ideais, que pudesse levar informação séria aos seus leitores, sem se intimidar diante dos obstáculos que pudessem surgir.

Quando o *Correio do Estado* foi fundado, era impresso no formato *standard*, com 29 cm X 44 cm, utilizando o sistema de linotipos e clichês e com 1 (um) caderno de 8 (oito) páginas. Teve, desde a sua fundação, linha editorial diversificada, abrangendo tudo o que fosse de interesse da comunidade, sendo essa a principal razão de sua aceitação junto à sociedade, atingindo, na época, principalmente a classe média e alta. Fator que justifica a colocação feita logo no

_

³ As informações sobre o jornal Correio do Estado foram selecionadas a partir de dados fornecidos pela responsável pelo setor de Recursos Humanos do Jornal: Vilma Gutierrez.

início de nosso capítulo, em que afirmamos que os jornais são meios destinados a uma parcela privilegiada da sociedade.

As mudanças passaram a ocorrer gradativamente e, após a fase de linotipos e clichês, o jornal passou a ser impresso pelo sistema offset, numa impressora Solna, posteriormente na impressora Rotativa Goss-Community, com quatro estágios, com capacidade para imprimir, simultaneamente, dezesseis páginas. Em 1992, foi adquirida a impressora usada atualmente, também da marca Goss-Community, com oito unidades impressoras e dobradeira automática, com capacidade para impressão simultânea de 32 páginas em preto e branco e oito páginas coloridas, no formato standard, imprimindo 30.000 exemplares por hora. A informatização do jornal ocorreu nessa mesma época. A primeira impressão colorida circulou em 05/09/1994.

Atualmente, o jornal circula com três cadernos: A, B e C. Além dos suplementos *Correio Informática, Correio Turismo, Correio Rural, Correio Veículos, Correio TV e Correio Infantil*, em edições semanais.

Segundo as informações do setor de RH do jornal, a tiragem que era de 1.000 (um mil) exemplares, hoje é em média de 20.000 (vinte mil). A linha editorial do jornal nasceu, e até hoje continua, independente, priorizando as questões que atingem diretamente a sociedade.

O jornal Correio do Estado sempre esteve à frente dos movimentos de maior relevância para a população, como, por exemplo, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Diante dessas colocações, pudemos ter a possibilidade de conhecer um pouco mais o jornal diário impresso e, dessa forma, identificar suas principais características e tendências.

1.3.2 Folha de S. Paulo⁴

⁴ As informações sobre a Folha de S. Paulo foram pesquisadas no site: www1.folha.uol.com.br/conheça/historia.shtml, acessado em dia 16 de julho de 2007.

Geralmente, os proprietários de jornais e revistas ressaltam que seus produtos são para os formadores de opinião, ou seja, a elite. Isso pode ser comprovado com a declaração abaixo, feita por Otávio Frias Filho (*apud* HERNANDES, 2006, p. 184):

O consumidor da mercadoria jornal é um indivíduo que tem certas expectativas e certas exigências em termos intelectuais, que está num patamar um pouco acima da sociedade como um todo. É um fato, não há o que discutir, que já se cristalizou há 50 anos essa distinção entre aquele que é o veículo de informação de massa, a televisão, e o veículo de informação do conjunto das elites, que é o jornal.

Cada número da Folha de S. Paulo apresenta unidades noticiosas organizadas a partir de dois tipos básicos de intervalos de tempo. O primeiro e mais evidente é o de 24 horas. Nesse ciclo de 24 horas, o jornal apresenta as seguintes partes e editorias: *Primeira página, Opinião, Brasil, Mundo, Ciência, Dinheiro, Cotidiano, Esporte* e *Ilustrada*.

Além desse intervalo de 24 horas, há um outro, semanal, que é marcado pela edição de domingo (a mais vendida): O Folhateen, Informática, Equilíbrio, Turismo, Folhinha, Guia da Folha.

Na Folha, há ainda um suplemento mensal encartado toda última terçafeira: *Sinapse*. A Folha possui ainda dois "fechamentos". A edição nacional é concluída, geralmente às 20 horas, e a paulista, às 23h15min. Isso pode resultar no fato de que os paulistas podem receber notícias mais atualizadas. No entanto, essa diferença de fechamento possibilita uma adequação da 1ª página aos diferentes tipos de leitores.

Cabe salientar que nossa análise se restringe à Folha de S. Paulo de caráter nacional. E, diante dessa escolha, devemos fazer algumas colocações sobre a trajetória desse veículo.

O percurso da Folha de S. Paulo se inicia no ano de 1921. Em 19 de fevereiro, é fundada a "Folha da Noite" por Olival Costa e seu sócio, Pedro Cunha, com o objetivo de noticiar as deficiências dos serviços públicos. Em julho de 1925 é criado o jornal "Folha da Manhã", uma edição matutina da Folha da Noite. Em janeiro de 1931, o jornal é vendido para Octaviano Alves Lima, que se

torna um defensor dos interesses da lavoura cafeeira e do liberalismo, opondo-se ao Estado Novo.

No ano de 1945, sob a direção de José Nabantino Ramos, a Folha adota a imparcialidade como política redacional, defendendo o ensino público e a cédula única. Em julho, no dia 1º, é lançado o jornal "Folha da Tarde".

Na década de 1950, a Folha muda para a Alameda Barão de Limeira e estréia o caderno *llustrada*. No dia 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa (Folha da Noite, da Tarde e da Manhã) se fundem e surge o jornal **Folha de S. Paulo.** No ano de 1967 a Folha dá início a uma revolução tecnológica e a uma modernização do seu projeto gráfico, tornando-se líder na imprensa diária brasileira. A Folha é a pioneira na impressão *offset* em cores, usada em alta tiragem pela primeira vez no Brasil.

Na década de 1970, o jornal dá espaço a intelectuais e políticos perseguidos em *Tendências/Debates*. Em 1971, a Folha introduz um sistema eletrônico de fotocomposição, também pioneiro no Brasil. Em outubro de 1973, é criado o Banco de Dados de São Paulo Ltda., incorporando arquivos de foto, texto e biblioteca. No ano de 1976, a Folha desempenha um papel muito importante no processo de redemocratização do Brasil, pois abre espaço ao debate de idéias da sociedade civil.

No ano de 1980, torna-se o jornal de maior circulação no país. Em 1981, surge a primeira sistematização de um projeto gráfico no Brasil, em que se estabeleciam três metas: informação correta; interpretações competentes e pluralidade de opiniões. Em 1983, cria-se o *Datafolha* (Instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado). Um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno surge no ano de 1984. Ano em que surge também o Manual de Redação, o primeiro no país a condensar uma concepção de jornal, de política editorial e de fases de produção.

Em 1991, o jornal reorganiza o noticiário em novos cadernos de circulação diária. Além da *Ilustrada*, surgem os cadernos *Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano e Esportes*.

Em janeiro de 1992, a Folha de S. Paulo se consolida como o jornal de maior circulação paga aos domingos (522.215 exemplares). Há também uma

reestruturação gráfica em que a 1ª página passa a circular colorida e os cadernos Mais e a Revista da Folha são criados.

Na década de 1990, a Folha se torna o primeiro jornal brasileiro a ter um banco de imagens digital. Em agosto de 1994, há um investimento em uma política de fascículos encartados ao jornal. No ano de 1996, um projeto gráfico identifica os cadernos por meio do uso de cores diferenciadas. Em 1997, um novo projeto editorial propõe um jornalismo mais interpretativo, complexo, desestatizado e humano. Um suplemento da revista norte-americana *Time* é incorporado semanalmente à Folha, há também como caderno semanal o *Folhainvest*, trazendo informações e análises do mercado financeiro.

Na edição de 9 de maio de 2000, a Folha apresenta um novo projeto gráfico, com o objetivo de tornar as notícias mais claras quanto à hierarquização. Há também o lançamento do caderno *Equilíbrio*, dedicado à qualidade de vida. O caderno *Moda*, editado bimestralmente, circula pela 1ª vez no dia 16 de junho.

Diante dessas colocações, pode-se evidenciar o quão importante a Folha de S. Paulo se mostra ao leitor, podendo atender às suas diversas especificidades, às suas necessidades nos mais diversos assuntos. Ou seja, cada caderno da Folha cumpre a função de atender à necessidade de um tipo específico de leitor.

Após essas breves considerações sobre a **febre aftosa** e sobre os jornais **Correio do Estado** e **Folha de S. Paulo**, apresentaremos, no próximo capítulo, os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa.

CAPÍTULO II: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A existência de um capítulo teórico-metodológico justifica-se pela necessidade de explicitar os meios e os fins que nos levaram à elaboração e à execução da pesquisa. É o que apresentaremos a seguir.

2.1 A opção pela semiótica na análise de mídia

Indiscutivelmente, a **mídia** está cada vez mais presente na vida do ser humano. Entretanto, a maioria dos estudos nessa área aborda questões bastante específicas. Assim, como pretendemos realizar um trabalho mais profundo, optamos pela **Semiótica** de linha francesa, ou de Greimas e seguidores.

A **Semiótica Greimasiana** desenvolvida, no Brasil, principalmente na Universidade de São Paulo (USP), é uma ferramenta bastante adequada para esse tipo de investigação, pois o que pretendemos é examinar o texto como objeto de significação e também de comunicação.

Assim, cabe ressaltar que a **Semiótica** se apresenta como um "campo fértil" que nos convida a novas descobertas, principalmente no que diz respeito aos textos que utilizam várias linguagens simultâneas para a produção de sentido: revistas, jornais, quadrinhos, programas de TV, cinema, teatro, peças publicitárias, entre outras.

Por isso, uma reflexão teórica é parte fundamental para a análise de nossos objetos.

2.2 Breve histórico da teoria semiótica

A busca constante pela ampliação de horizontes e questionamentos é uma característica peculiar da **Semiótica Greimasiana**. E para que possamos melhor compreendê-la, é preciso ressaltar alguns pontos fundamentais e de caráter

fundador de toda a teoria, já que as questões a serem abordadas aqui são ainda bastante polêmicas.

Na França, em 1966, Greimas publicou a obra **Semântica Estrutural**, na qual já demonstrava uma intenção perceptível de descrever qualquer conjunto significante. Nessa época, o estruturalismo francês estava no auge e Greimas era um participante ativo desse movimento.

Na mesma época, houve a tentativa de dar, não só à Lingüística, mas também à Antropologia, à Psicologia e à Filosofia, ou seja, às Ciências Humanas, um estatuto científico, a partir da busca de modelos de abstração que evidenciassem a construção do sentido.

Jose Luiz Fiorin (1995, p. 19) afirma que o discurso fundador da **Semiótica** está baseado ou centrado na **Semântica Estrutural**, pois "estabelece uma identidade teórica para um dado grupo de pesquisadores, dando a eles o sentimento de pertença a um projeto de construção do conhecimento [...]"

Lopes (1997, p. 30) ressalta que, com John Locke, o termo **semiotiké** aparece pela primeira vez, no século XVII, sendo designado como uma teoria do conhecimento que é, na sua essência, nominalista. Para Locke, não existem senão indivíduos, como seres singulares e, as idéias gerais sendo meros nomes ou signos.

No final dos anos 60, verifica-se uma possível unificação da nomenclatura, já que, apesar de ter algumas diferenças teóricas, não havia incompatibilidade entre **Semiótica** e **Semiologia**.

Cabe ressaltar que um dos pontos que diferenciam a teoria geral do signo (semiologia) da teoria semiótica é a ênfase dada ao processo de significação capaz de gerar os signos e não mais às relações entre eles.

Greimas (apud LOPES, 1997, p. 32) faz a seguinte afirmação:

Nós [Greimas e Barthes] não fazíamos distinção entre semiologia e semiótica. O problema terminológico surgiu mais tarde: quando os alunos de Barthes quiseram conservar "semiologia", malgrado a decisão das "altas autoridades".

Para criar uma associação internacional de semiótica, seria preciso dispor de um termo que estivesse correspondente ao inglês, pois de outro modo teríamos tido uma associação de semiologia em francês e de semiótica em inglês, oposição que, de algum modo, existe entre a escola européia e a americana, mas que não era visível na época. Então Jakobson propôs esse

termo, e nós éramos quatro, Lévi-Strauss, Barthes e eu, para decidir. Logo, Barthes cedeu, eu também, e isso se vê em meus textos anteriores onde o termo semiologia foi empregado muito frequentemente.

A questão da **Semiótica** e da **Semiologia**, até esse ponto, parecia ser apenas um problema terminológico, sendo fixada como definitiva a primeira denominação, a partir de 1960, pois é nessa época em que se dá a existência da ampliação do estudo da significação para outras linguagens.

A década de 1960 representa o período de maior expansão do estruturalismo na Europa, ditado pelos avanços da lingüística geral ou da semiolingüística geral estruturalista de Saussure. É, segundo Lopes (1997, p. 40), o período das sínteses mais brilhantes do estruturalismo.

Nessa mesma década, o estruturalismo se distribuiu pelas seguintes tendências:

- a) estruturalismo dinâmico;
- b) estruturalismo fenomenológico e gestaltista;
- c) estruturalismo lingüístico: subdividido em:
 - estruturalismo fenomenológico, realista (Jakobson)
 - estruturalismo formalista metodológico e epistemológico (Hjelmslev, Lévi-Strauss, Chomsky e Greimas)
- d) estruturalismo epigenético e cognitivo (Piaget);
- e) estruturalismo catastrófico (René Thom);

Na década de 1970, o termo **Semiótica** é reconhecido como **Semiologia** ou **Estruturalismo**. Hoje, fala-se de Semiótica Européia, Semiótica Francesa e Semiótica Americana. O nosso trabalho utilizará fundamentos da **Semiótica de Linha Francesa**, desenvolvida pelo seu principal precursor Julien Greimas e seguidores. Nessa concepção, as estruturas são objetos teóricos axiomatizáveis e resolve-se a questão da sua realidade ontológica radicando-as nas capacidades cognitivas biologicamente determinadas.

Dessa forma, Greimas desenvolve idéias propostas por Saussure, que é o fundador da Lingüística Moderna. De acordo com o que afirma Lopes (1997, p. 38):

Isso tudo evidencia que a relação (ou a função, como prefere Hjelmslev, ou a estrutura elementar, na terminologia greimasiana) é o mecanismo síntese do epistema estruturalista; e é desse ponto de vista que a prioridade histórica na formulação do conceito pertence indisputadamente a Saussure, que já observara, aliás, que a relação não é um vínculo colocado entre coisas (termos-objetos) preexistentes, que existissem independentemente da própria relação; que, ao contrário do que comumente se pensa, é a existência da relação que põe a existência do objeto (e do sujeito) do conhecimento (e não viceversa); que, por isso, sem a existência da relação não há como falar em objeto de conhecimento (...)

Além dessa preocupação de Greimas, que é a elaboração de um projeto de ciência, ele também se preocupou com a criação de uma metalinguagem específica de análise. Para suprir ou atender essa preocupação surgiu a elaboração de dois dicionários de metalinguagem. Um deles é o *Dicionário de Semiótica*, de Algirdas Julien Greimas e Joseph Courtês, publicado em 1983, pela Editora Cultrix. E o segundo é o *Semiótica* – *diccionario razonado de la Teoría del Languaje*, da Biblioteca Românica Hispânica, Gredos, publicado em 1986.

Greimas sempre se preocupou em desenvolver e ampliar os horizontes da sua teoria. Depois de sua morte em 1992, outros estudiosos contribuíram para esse desenvolvimento teórico.

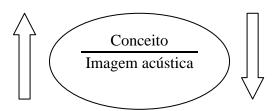
Para uma melhor compreensão dos fundamentos da Teoria Semiótica, precisamos fazer uma retomada das bases estruturalistas saussurianas. E é o que propomos na sequência.

Ferdinand de Saussure desenvolveu, inicialmente, a noção de **signo** que aparece na obra Curso de Lingüística Geral, publicada em 1916.

Assim, podemos afirmar que o signo, ou a unidade lingüística, é uma entidade dupla, constituída da união de dois termos, ou seja:

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (SAUSSURE, 2003, p. 80).

Dessa forma, podemos apresentar aqui, uma figura que representa essa principal característica do **signo lingüístico**, ou seja, a entidade psíquica de duas faces, como ressalta o autor:



Nos estudos semióticos, que são a base do nosso trabalho, a palavra "imagem" deve ser entendida como aquilo que se pode ver. Assim, Pietroforte (2007, p. 33) ressalta que:

[...] os registros escritos das línguas naturais tembém são imagens. Qualquer palavra — própria das semióticas verbais -, quando escrita, é antes vista que ouvida, o que faz desse registro lingüístico uma semiótica sincrética em que se combinam palavra e imagem escrita.

Saussure (2003, p. 81) ressalta que os termos **conceito** e **imagem acústica** devem ser respectivamente substituídos pelas noções de **significado** e **significante**. Para esse mesmo autor, a noção de "imagem" está associada ao plano de expressão de ordem fonológica, ou seja, ao significante verbal. Fontanille (2007, p.36) esclarece essa questão nos seguintes termos:

O significante é definido como uma "imagem acústica" e o significado, como uma "imagem conceitual". O primeiro toma forma, enquanto expressão, a partir de uma substância sensorial ou física; o segundo, enquanto conteúdo, forma-se a partir de uma substância psíquica. No entanto, assim que são reunidos num só signo, eles adquirem tão-somente um estatuto semiótico, e suas propriedades sensoriais, físicas e psíquicas não são levadas em consideração.

Pietroforte (2007, p.34), com base nesse conceito proposto por Saussure coloca em discussão e em evidência duas propostas de definição de "imagem": a imagem vista (expressão) e a imagem imaginada (conteúdo). Segundo o autor:

O desenho de uma árvore, por exemplo, é formado por meio de categorias plásticas, pois nele há cromatismo e forma, dispostos numa topologia — trata-se da imagem vista - mas reconhecer nesse significante uma relação com o conceito de árvore diz respeito ao plano de conteúdo, pois são categorias semânticas que definem o conceito de árvore — trata-se da imagem imaginada. Construída por meio de formas semânticas, a imagem do conteúdo tem propriedades conceituais que, quando textualizadas em semiótica plástica, passam pelo processo de manifestação em que categorias de conteúdo são traduzidas em categorias plásticas.

Dessa forma, os **signos** de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos reais formulados por dois princípios básicos:

- a) a entidade lingüística só existe pela associação do significante e do significado (relação);
- b) a entidade lingüística não está completamente determinada enquanto não esteja delimitada.

Hjelmslev, autor que influenciou Greimas, reformulou as noções de **signo** de Saussure. **Significante** e **significado** passaram a ser entendidos como planos de linguagens. O autor denominou o significante como **plano da expressão** e o significado como o **plano do conteúdo**. Segundo Hernandes (2001, p. 29), o **plano da expressão** é o lugar das qualidades sensíveis que explora uma ou mais linguagens para se manifestar por meio das relações; o **plano do conteúdo** é o lugar dos conceitos. O autor ainda ressalta outras modificações realizadas por Hjelmslev em relação aos planos. Ele postulou que tinham uma só **forma**, e também uma **substância** específica, formulada da seguinte maneira:

SIGNO	Plano do Conteúdo Significado	Substância do conteúdo Forma do conteúdo
	Plano da Expressão Significante	Substância da expressão Forma da Expressão

Assim, observa-se que se adota, agora, uma perspectiva da linguagem tal como parece no discurso; em que é articulada por meio de duas dimensões: a da expressão e a do conteúdo.

Cabe ressaltar que a forma do conteúdo e a da expressão é significante, produz sentido, sendo, portanto, objeto de estudo da **Semiótica**. Fontanille (2007, p31) afirma que o "sentido" é, afinal, a matéria amorfa da qual se ocupa a semiótica, que se esforça para organizá-la e torná-la inteligível. E que uma das questões mais importantes para essa teoria é que um texto pode ser entendido como um grande **signo** formado por signos menores. Desse modo, podemos e devemos entender que a semiotização só acontece quando a realidade é apreendida e transformada em **signo**.

O mesmo autor explicita muito bem essa dialética proposta pelos estudos lingüísticos:

Hjelmslev tornou mais precisa a teoria de Saussure insistindo no fato de que os dois planos reunidos em uma função semiótica eram, de início, substâncias. Afetivas ou conceituais, biológicas ou físicas, essas substâncias correspondem, grosso modo, às "imagens acústicas" e às "imagens conceituais" de Saussure. Contudo, sua reunião, graças à função semiótica, converte-as em formas: forma da expressão e formas do conteúdo. (FONTANILLE: 2007, p. 48)

Não podemos nos esquecer de relacionar a **Semiótica** à necessidade de uma **Semântica do Discurso**, ou uma **Semântica Estrutural**, explicitada por Fiorin (2004, p. 11). Segundo o autor, o termo **Semântica** foi utilizado no final do século XIX por Michael Bréal para designar o estudo do sentido, com o objetivo de investigar as mudanças de sentido das palavras a fim de determinar os mecanismos que regulam essas alterações.

Na primeira metade do século XX, nasceu uma **Semântica** preocupada com a descrição sincrônica. Por volta dos anos 1960, aparece a **Semântica Estrutural**, que tem como fundamento básico o paralelismo do **plano de expressão** e do **plano de conteúdo**, ou seja:

[...] essa semântica parte da hipótese de que o plano de expressão é constituído de distinções diferenciais e de que essas diferenças de expressão devem corresponder distinções do plano de conteúdo, consideradas traços distintos de significação (FIORIN, 2004, p. 12).

A **Semântica Estrutural** analisa as unidades lexicais manifestadas, decompondo-as em unidades subjacentes menores, os semas ou traços semânticos. Como esse projeto não foi bem sucedido, os lingüistas se voltaram para a análise de unidades maiores do que a palavra.

De acordo com Fiorin (2004, p. 13), Ducrot debruçou-se sobre os implícitos do **discurso** e começou a desenvolver a **Semântica Lingüística**, assim como outros lingüístas começaram a se preocupar com problemas do **discurso**.

Para Greimas, uma **Semântica** deve ser:

- a) gerativa: estabelece modelos que apreendam os níveis de invariância crescente do sentido, de tal forma que se perceba que diferentes elementos do nível de superfície podem significar a mesma coisa num nível mais profundo;
- b) sintagmática: deve explicitar a produção e a interpretação do discurso;
- c) geral: objetiva a unicidade do sentido, que pode ser manifestada por diferentes planos de expressão;

2.3 O percurso gerativo de sentido

Com a finalidade de construir o **sentido** de um **texto**, a **Semiótica** concebe o seu **plano do conteúdo** sob a forma de um **percurso gerativo de sentido** que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, por meio de três etapas. O plano do conteúdo refere-se ao significado do texto, ou seja, ao que o

texto diz e como ele faz para dizer o que diz, assim, refere-se ao sentido que por ele é estabelecido.

De acordo com as colocações de Fiorin (2004, p. 17):

O percurso gerativo de sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo.

Esse percurso, como afirma o próprio autor, está fundamentado em três patamares, ou seja, em três níveis, assim representados: **fundamental**, **narrativo** e **discursivo**. Em cada um desses níveis, existe um componente sintático e um componente semântico. Numa teoria do discurso, a sintaxe contrapõe-se à semântica. No entanto, ela tem uma acepção relativamente comparável. Como afirma Fiorin (p. 18), "a sintaxe dos diferentes níveis do percurso gerativo é de ordem relacional, ou seja, é um conjunto de regras que rege o encadeamento das formas de conteúdo na sucessão do discurso".

O autor ressalta que, embora a sintaxe seja puramente relacional, ela também apresenta um caráter conceptual, ou seja, cada combinatória de formas produz um determinado sentido.

2.3.1 Nível fundamental

Segundo Fiorin (2004), a **Semântica** do **nível fundamental** abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um **texto**, pois se fundamenta numa diferença, numa oposição. No entanto, para que os dois termos sejam apreendidos conjuntamente, é necessário que tenham algo em comum para que se possa estabelecer uma diferença. De acordo com Barros (1997, p. 10), "no nível das estruturas fundamentais é preciso determinar a oposição ou as oposições semânticas a partir das quais se constrói o sentido do texto".

Cabe ressaltar e diferenciar aqui as noções de **contrariedade** e **contraditoriedade**. A primeira está baseada na afirmação de que os termos relacionados possuem, cada um, um conteúdo positivo, como masculinidade *versus* feminilidade. Já a **contraditoriedade** pode ser definida pela presença e

não pela ausência de um dado traço, como masculinidade versus nãomasculinidade.

Fiorin (2004,p. 19) denomina essa segunda colocação de **subcontrários**. Para ele, os termos **contrários** ou **subcontrários** podem aparecer reunidos, denominados como termos complexos, como Cristo (divindade *versus* humanidade) e anjos (nem divindade nem humanidade).

Numa categoria semântica de base, todo elemento de um **texto** recebe a qualificação semântica **euforia** *versus* **disforia**. O termo **euforia** é aplicado ao elemento que apresenta um valor positivo; e **disforia** àquele a que foi dada o valor negativo. Esses dois valores, o **eufórico** e o **disfórico**, não são valores determinados pelo leitor, mas estão inseridos no próprio **texto** e que serão transformadas em modalidades veridictórias no nível narrativo.

A sintaxe do **nível fundamental** abrange duas operações: a negação e a asserção, que ocorrem no decorrer de um **texto**. Como afirma Fiorin (2004, p.20), "a semântica e a sintaxe do nível fundamental representam a instância inicial do percurso gerativo e procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso".

2.3.2 Nível narrativo

De acordo com Barros (1997, p. 11), no nível das estruturas narrativas:

[...] os elementos das oposições semânticas fundamentais são assumidos como valores por um sujeito e circulam entre sujeitos, graças à ação também de sujeitos. Ou seja, não se trata mais de afirmar ou de negar conteúdos, de asseverar a liberdade e de recusar a dominação, mas de transformar *pela ação do sujeito*, estados de liberdade ou de opressão.

Para que possamos melhor entender o **nível narrativo**, precisamos antes fazer duas importantes definições. Essas definições persistem e se fazem necessárias pelo fato de que devemos considerar que nem todo texto é narrativo. Mas, então, como analisar o **nível narrativo** já que nem sempre se trata de um texto narrativo?

Diante desse questionamento surge a primordial diferença entre **narratividade** e **narração**. Para Fiorin (2004, p. 21),

[...] aquela é componente de todos os textos, enquanto esta concerne a uma determinada classe de textos. A narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estágio inicial, uma transformação e um estágio final.

O autor ainda afirma que a **narratividade** é um componente da teoria do **discurso**, que transforma o **conteúdo**, portanto sempre possível na análise semiótica. Já a **narração** é uma classe de discurso em que estados e transformações estão ligados a personagens individualizados. Cabe ressaltar aqui, nesse nível, a existência de um enunciado elementar. Segundo Barros (1997, p. 17), esse enunciado "caracteriza-se pela transitividade entre dois actantes, o *sujeito* e o *objeto*". O **sujeito** é o **actante** que se relaciona transitivamente com o **objeto**; o **objeto** é aquele que mantém laços com o **sujeito**.

Na sintaxe narrativa, há dois tipos de enunciados elementares:

- a) enunciados de estado: são os que estabelecem uma relação de junção (conjunção ou disjunção) entre um sujeito e um objeto;
- **b) enunciados de fazer**: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro;

Como nos **enunciados de estado** nós temos duas categorias (**disjunção** – modo de ser da relação disjuntiva - e **conjunção**), devemos considerar duas espécies de narrativas mínimas: a de **privação** e a de **liquidação de uma privação**.

Na **privação** ocorre um estado inicial conjunto e um estado final disjunto. Já na **liquidação de uma privação** ocorre o contrário, pois o estado inicial é disjunto e o final é conjunto. De acordo com as afirmações de Barros (1997, p. 20), "a comunicação hierárquica de enunciado de fazer e enunciado de estado define o *programa narrativo*, a unidade operatória elementar da organização narrativa de um texto." Segundo Fiorin (2004, p. 22), as categorias de **sujeito** e **objeto** não devem, respectivamente, serem confundidas com **pessoa** e **coisa**, pois são papéis narrativos que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais. Assim, o mesmo autor destaca e enfatiza que "[...] os textos não são narrativas mínimas. Ao contrário, são narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de ser (de estado) estão organizados hierarquicamente".

Considerando, portanto, a existência de uma narrativa complexa, temos então uma **seqüência canônica** compreendida ou representada por quatro fases:

- manipulação;
- competência;
- performance;
- sanção

Na primeira fase, que é a da **manipulação**, um **sujeito** age sobre outro para levá-lo a **querer** e/ou **dever fazer** alguma coisa. Ela só será bem sucedida quando o **sistema de valores** em que ela está assentada for compartilhado entre **manipulador** e **manipulado**, havendo uma cumplicidade entre eles.

A **manipulação** pode acontecer de diversas maneiras. Descreveremos aqui os quatro tipos mais comuns:

- a) tentação: quando um manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com o objetivo de leválo a fazer algo;
- b) **intimidação**: quando o **manipulador faz fazer** por meio de ameaças;
- c) sedução: quando o manipulador leva a fazer, manifestando um juízo positivo sobre a competência do manipulado;
- d) **provocação**: quando o **manipulador** impele à **ação**, exprimindo um juízo negativo a respeito da **competência** do **manipulado**;

Na fase da **competência**, que é a segunda fase, o **sujeito** que vai realizar a principal transformação da narrativa é dotado de um **saber** e/ou **poder fazer**, podendo aparecer no discurso sob as mais variadas formas, ou seja, há uma doação de **valores modais** ao **sujeito de estado**, que se torna, com sua aquisição, capacitado para agir.

A terceira fase, a da *performance*, é a fase em que acontece a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa. O **sujeito** que opera a transformação e o que entra em **conjunção** com o **objeto** podem ser distintos ou idênticos, assim, essa é a fase em que ocorre uma apropriação de **valores** descritivos, ou ainda, uma aquisição de **valores** desejados.

Na quarta e última fase, a da **sanção**, ocorre a constatação de que a **performance** se realizou e que o **sujeito** que operou a transformação foi reconhecido. É, sem dúvida, a fase de distribuição de prêmios e/ou castigos, caracterizando as narrativas conservadoras em que o bem é premiado e o mal, punido.

Fiorin (2004) ressalta que nem sempre os prêmios e os castigos estarão presentes na fase da **sanção**, mas a **performance** acontecerá. A efetivação de uma **performance** implica um **poder** e um **saber** realizá-la e também um **querer** executá-la; o que implica também considerar a existência de um **não-querer**, um **não-dever**, um **não-saber** e um **não-poder**.

Segundo o autor (p. 24), as fases das narrativas muitas vezes ficam ocultas e devem ser recuperadas a partir das relações de pressuposição, ou ainda, muitas narrativas não se realizam completamente e também as narrativas realizadas podem relatar, preferencialmente, uma das fases. Ou seja, "a semântica do nível narrativo ocupa-se dos valores inscritos nos objetos. Numa narrativa, aparecem dois tipos de objetos: objetos modais e objetos de valor" (FIORIN, 2004, p. 28). Os **modais** são o **querer**, o **dever**, o **saber** e o **poder** fazer; elementos fundamentais para a realização da **performance** principal. Já os **objetos de valor** são aqueles com que se entra em **conjunção** ou **disjunção** na **performance** principal.

Nesse nível das estruturas narrativas, as operações da etapa fundamental devem ser examinadas como transformações operadas por **sujeitos**.

2.3.3 Nível discursivo

Barros (1997, p. 11) ressalta que "as estruturas discursivas devem ser examinadas do ponto de vista das relações que se instauram entre a instância da

enunciação, responsável pela produção de sentido e pela comunicação do discurso, e o texto-enunciado."

Nesse nível, as formas que se apresentavam abstratas no nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude, produzindo as variações de **conteúdos narrativos invariantes**, ou seja, as estruturas discursivas são mais específicas, mas também mais complexas e enriquecidas semanticamente que as estruturas narrativas e fundamentais.

Segundo Fiorin (2004, p. 39), os esquemas narrativos, assumidos pelo **sujeito da enunciação**, são convertidos em **discurso**. Assim,

[...] a enunciação é o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se ela deixa marcas no discurso que constrói.

De acordo com Barros (1997, p. 54):

É nas estruturas discursivas que a enunciação mais revela e onde mais facilmente se apreendem os valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído. Analisar o discurso é, portanto, determinar, ao menos em parte, as condições de produção do texto.

O primeiro sentido de **enunciação** que se deve considerar, segundo Fiorin (1999, p. 31), é o de ato produtor do enunciado.

A **Semiótica** não aceita o ponto de vista comum de algumas teorias da comunicação de que a relação entre **autor/emissor** e o **leitor/receptor** é de mera transmissão de conhecimentos e informações. Barros ressalta em sua obra essa peculiaridade. Para ela, a **enunciação** caracteriza-se como a instância de mediação entre estruturas narrativas e discursivas, podendo ser reconstruída por meio das marcas que espalha no **discurso**.

O fazer-crer é um dos componentes determinantes no processo de comunicação, pois tem como ponto principal mudar ou reforçar crenças, mexer com atitudes que vão ou não determinar atos.

Os textos que fazem parte do *corpus* da pesquisa são produzidos por meio do controle de seus donos e da ação dos jornalistas, entretanto, interessa-nos discutir os autores e leitores "construídos" pela própria publicação, ou seja, pensá-los como "enunciador" e "enunciatário".

O enunciador cumpre o papel de destinador final do texto, pois tenta persuadir pela verdade; o enunciatário cumpre o papel de destinatário, pois interpreta se o texto é verdadeiro ou não. Semioticamente, esses dois elementos aparecem reunidos no sujeito da enunciação, que faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir.

Barros (*apud* HERNANDES 2001, p. 44) ressalta que o **enunciador** propõe um **contrato**, que estipula o modo como o **enunciatário** deve interpretar a **verdade** do **discurso**, ou seja:

[...] o reconhecimento do dizer verdadeiro liga-se a uma serie de contratos de veridicção anteriores, próprios de uma cultura, de uma formação ideológica e da concepção, por exemplo, dentro de um sistema de valores, de discurso e seus tipos. [...] A interpretação depende, assim, da aceitação do contrato fiduciário e, sem dúvida, da persuasão do enunciador, para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção do discurso e as compare com seus conhecimentos e convicções.

Dessa forma, a **Semiótica** busca conhecer os mecanismos que um texto mobiliza para **fazer-crer** sobre sua **verdade** e assim manipular o **enunciatário**; entretanto, é uma teoria que não se detém na reflexão do que é ou não verdadeiro, mas no **efeito de verdade** produzido pelo enunciador.

O **sujeito da enunciação**, como ressalta Hernandes (2001, p. 45), gera o sentido. Segundo o autor,

[...] uma das principais tarefas do sujeito da enunciação no percurso de enriquecimento de sentidos é fazer uma série de 'escolhas', de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, de temas

e, no caso do sincretismo, das linguagens e mecanismos à disposição para criar um texto.

Examinar a **enunciação** em **textos sincréticos** é ainda uma barreira, pois não existem muitos estudos sobre o assunto; as relações das categorias de **pessoa, tempo e espaço** são mais complexas nesse tipo de **texto**.

Cabe salientar que, mesmo quando os elementos da **enunciação** não aparecem num **enunciado**, a **enunciação** existe, já que nenhuma frase se enuncia sozinha, pois sempre há alguém (um eu) que diz.

A enunciação é definida como na instância de um eu-aqui-agora, pois o sujeito da enunciação é sempre um eu que realiza a produção discursiva no espaço do aqui e no tempo do agora. Assim, ao estudarmos as marcas da enunciação no enunciado, devemos considerar três procedimentos de discursivização, ou seja, a constituição das pessoas, do tempo e do espaço no discurso, denominadas, respectivamente, como:

- a) actorialização;
- b) espacialização;
- c) temporalização

De acordo com Fiorin (2004, p. 40),

O sujeito produtor do discurso desdobra-se num enunciador e num enunciatário. O primeiro realiza um fazer persuasivo, isto é, procura fazer com que o segundo aceite o que ele diz, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Para exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de um conjunto de procedimentos argumentativos, que são parte constitutiva das relações entre enunciador e enunciatário.

Diante dessas colocações, vale lembrar que, no nível discursivo, devemos considerar dois aspectos importantes: as projeções da instância da **enunciação** no **enunciado** e as relações entre **enunciador** e **enunciatário**.

Sobre o primeiro aspecto, devemos considerar que, quando a enunciação instaura um **eu-aqui-agora**, instaura também um discurso enunciado, em que projeta para fora de si os **atores**, o **espaço** e o **tempo** do discurso. Logo, para constituir o **discurso**, faz uso de dois mecanismos básicos: a **debreagem** e a **embreagem**.

Numa debreagem, projetam-se, no enunciado, a pessoa, o tempo e o espaço. Quando se projetam o eu-aqui-agora, ocorre uma debreagem enunciativa, quando se projetam um ele-então-lá, acontece a debreagem enunciva. Nesses dois casos, devemos considerar a produção de dois tipos básicos de discurso: os de primeira pessoa e os de terceira pessoa, que produzem, respectivamente, efeitos de sentido de subjetividade e de objetividade, porque na debreagem enunciativa o eu coloca-se no interior do discurso, enquanto que na enunciva, ausenta-se dele.

Dessa forma, utilizar numa narração a primeira ou a terceira pessoa é uma opção do enunciador, pois pode pretender transmitir efeitos de **subjetividade** ou de **objetividade**.

Como ressalta Fiorin (2004, p. 46), um enunciador pode ainda operar uma debreagem de segundo grau. Isso pode ser possível quando ele dá a palavra a uma das pessoas do enunciado ou da enunciação já instaladas. Esse tipo de debreagem acontece por meio do uso do discurso direto e cria um efeito de verdade, pois proporciona ao enunciatário a ilusão de estar ouvindo o outro.

Já com o uso do discurso indireto, não há **debreagem interna**, pois ouvimos a palavra do outro por meio da voz do narrador, que pretende apresentar uma análise objetiva do que o outro disse. No discurso indireto livre, a fala da personagem invade a fala do narrador.

Sobre o segundo aspecto, que corresponde às relações entre o **enunciador** e o **enunciatário**, devemos considerar que todo ato de comunicação tem como principal finalidade não a informação, mas sim o fato de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Assim,

[...] o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido (FIORIN, 2004, p. 52)

Com o objetivo de levar o **enunciatário** a admitir como certo e válido o sentido produzido, o **enunciador** utiliza, num jogo de persuasão, determinados

processos argumentativos. Esses processos são elementos constituintes da argumentação, ou seja, do conjunto de procedimentos lingüísticos e lógicos utilizados por um **enunciador** com a finalidade de convencer um **enunciatário**.

Os processos argumentativos serão mais detalhados, exemplificados e discutidos com maior destaque no momento de análise do *corpus* da pesquisa.

Não podemos nos esquecer de destacar aqui que as mudanças de estado do nível narrativo são revestidas e concretizadas por meio da **tematização** e da **figurativização**, ou seja, as oposições fundamentais, assumidas como valores narrativos, são assumidas e concretizadas.

Falar de temas e figuras é considerar os níveis de concretização do sentido, ou seja, todos os textos tematizam o nível narrativo e depois esse nível pode ou não ser figurativizado. A oposição entre o tema e a figura remete, inicialmente, à oposição abstrato/concreto, pois a figura é o termo que remete a algo, ou seja, a um conteúdo do mundo natural e/ou construído. Já o tema é de natureza conceptual, já que não remete ao mundo natural, pois é uma categoria que organiza e ordena os elementos do mundo natural. Dessa forma, podemos novamente ressaltar a existência de dois tipos de textos: os temáticos e os figurativos.

Os textos **temáticos** explicam, classificam e ordenam a realidade significante, estabelecendo relações e dependências. Já os textos **figurativos** criam um **efeito de realidade**, pois constroem um **simulacro** dessa realidade, representando, dessa forma, o mundo. Segundo Fiorin (2004, p. 67), "não há texto figurativo que não tenha um nível temático subjacente, pois este é um patamar de concretização do sentido anterior à figurativização".

Dessa maneira, quando a relação entre **temas** e **figuras** é fixa, há um processo de simbolização no qual se estabelece para uma dada **figura** uma determinada interpretação temática. O símbolo pode ser definido como uma figura (elemento concreto) cuja interpretação temática seja fixa. Um exemplo disso é a coruja que simboliza a sabedoria.

Devemos também ressaltar que um mesmo tema pode ser percebido em textos diferentes, o que nos possibilita, após uma análise, identificar que esse mesmo tema é tratado de maneira distinta. Esse ponto torna-se muito importante para o nosso trabalho, já que abordaremos uma análise de diversos textos com a mesma temática. A análise de todo o *corpus* poderá demonstrar melhor essa característica, que é denominada por Fiorin (2004, p. 76) como *configuração discursiva*.

2.4 Definindo a semiótica sincrética

Segundo Hernandes (2001, p. 30), a reunião de linguagens num determinado texto é chamada de **sincretismo**. O **sincretismo** considera que as diferentes linguagens de um veículo estão em relação para criar um sentido, ou seja, em meios de comunicação como a Folha de S. Paulo e o Correio do Estado, as capas, as matérias internas, as fotos, os gráficos e os fundos coloridos são exemplos de "**semióticas sincréticas**".

Pietroforte (2004, p.11) ressalta que os sistemas sincréticos são aqueles que acionam várias linguagens manifestadas, ou ainda que um mesmo conteúdo pode ser expresso por meio de planos de expressão de diferentes ordens. O mesmo autor ainda afirma que o texto sincrético é o resultado da articulação de um sistema semiótico verbal com um sistema semiótico não-verbal.

Mas como possibilitar a compreensão, a produção e a apreensão de sentido em um **texto sincrético**?

Nos últimos vinte anos, vários autores, principalmente Greimas e Floch, têm-se dedicado a estudar textos verbais, não-verbais e sincréticos, buscando compreender as construções de sentido, conhecer a leitura como ato de significação, no qual o leitor é **sujeito** e produtor do discurso. Um texto possibilita mais de uma leitura, mas isso não significa que se possa fazer qualquer leitura.

Dessa forma, podemos e devemos considerar que a produção de sentido nesses textos depende de estratégias globais de comunicação, tornando-se,

portanto, um dos objetivos da pesquisa: o conhecimento e a identificação dos mecanismos pelos quais se estabelecem as relações de significação.

Por **sincretismo**, entende-se a articulação entre diferentes linguagens (verbal e não verbal) para produzir uma significação, ou ainda a relação entre o plano da expressão e o do conteúdo de um texto. Greimas e Courtés (1983, p. 426) consideram o **sincretismo** como "o procedimento (ou seu resultado) que consiste em estabelecer, por superposição, uma relação entre dois (ou vários) termos ou categorias heterogêneas, cobrindo-os com o auxílio de uma grandeza semiótica (ou lingüística) que os reúne".

Pietroforte (2004, p.50) baseado nas afirmações feitas por Barthes (1984, p.32-3) ressalta:

A articulação da imagem com a palavra, portanto, torna-se um dos modos de orientar e restringir essas escolhas do leitor, quando as palavras explicam, o que se passa nas imagens, como nas legendas das fotos jornalísticas, o verbal cumpre a função de ancoragem, quando entre palavra e imagem há uma relação complementar, que se resolve na totalidade da mensagem, como nos diálogos das histórias em quadrinhos, o verbal cumpre sua função de etapa.

A **Semiótica** busca como foco a produção e a apreensão de sentido. É uma ciência que não pretende indicar o sentido, mas analisar como ele emerge de um campo de relações e em diferentes contextos sociais. O **sentido** não está pronto, ele precisa ser construído a partir da identificação das diferenças. O objeto de estudo da **Semiótica** é, então, o **texto** entendido de dois pontos de vista complementares: como um **objeto de significação** e como um **objeto cultural de comunicação**, criado num determinado contexto.

A partir desse detalhamento do que é a **Semiótica Sincrética**, podemos, por meio da teoria, descrever e analisar o que o texto diz e como ele se mostra, ou seja, como ele faz para dizer o que diz. Para isso, é necessário, então, examinar sua organização textual e também os mecanismos enunciativos de produção e de recepção.

O nosso *corpus* nos possibilita o contato com diferentes tipos de linguagens: gráfica, tipográfica, fotográfica, gestual, entre outras. Logo, coloca-nos em contato com um texto sincrético. Nesse tipo de texto, as linguagens são administradas, unidas e hierarquizadas na forma de um único texto, um único todo de sentido.

Diante dessa concepção, a de considerar que um texto é um todo de sentido, precisamos compreendê-lo diante de dois planos: o plano da expressão e o plano do conteúdo, que somente reunidos podem significar.

O plano do conteúdo é, na verdade, o lugar do inteligível, é onde o texto diz o que diz. Já o plano da expressão é o lugar do sensível, lugar pensado não só para carregar os conceitos, mas também para observar e identificar os efeitos de contrastes, movimentos e profundidade; às qualidades sensíveis do texto, à sua materialidade, à disposição no espaço, às suas cores e às suas formas.

Semiótica procura estudar problema da significação pela análise, em primeiro lugar, do plano do conteúdo, considerando, posteriormente, as especificidades da expressão, bem como a sua relação conteúdo. Ε é dessa forma com que nos posicionaremos em relação à análise do corpus.

2.5 Proposta de análise

Nos próximos itens, explicitaremos os recursos disponíveis para o exame de textos **sincréticos**. Inicialmente, faremos uso de uma explicitação do **plano do conteúdo** e depois do **plano da expressão**, e ainda a relação entre esses dois planos.

Na seqüência, faremos um estudo das principais **estratégias de enunciação**.

2.5.1 Plano do conteúdo

Um dos grandes problemas enfrentados pela **Semiótica** é saber por onde começar a análise de um **texto sincrético**. Hernandes (2001, p. 32) afirma que esse tipo de análise deve ser iniciada pelo **plano do conteúdo**, pois é o momento em que os conceitos são buscados e as especificidades do **plano da expressão** são deixados de lado. O autor ressalta ainda a importância da **Semiótica** ser gerativa, pois dessa forma, hierarquizou-se o **plano do conteúdo** e estabeleceram-se mais níveis de abstração para analisá-lo. Essa hierarquização acontece em três níveis: o **fundamental**, o **narrativo** e o **discursivo**; elementos já explicitados em momento anterior.

Dessa forma, podemos dizer que a **Semiótica** se renovou com o objetivo de trilhar um caminho de enriquecimento dos sentidos; podendo, assim, considerar que o sentido é "gerado", investigando níveis cada vez mais profundos de produção de sentido.

Antes de prosseguirmos, torna-se importante evidenciar e diferenciar as noções de *texto* e *discurso*. Essa postura tem como objetivo esclarecer problemas maiores de metalinguagem, no que se refere à Semiótica e à Lingüística. Para isso, utilizaremos os conceitos propostos por Hernandes (2001, p. 33):

Discurso [...] é o nível do percurso gerativo mais superficial e ao mesmo tempo mais enriquecido semanticamente. Texto é a união do plano de conteúdo (níveis discursivo, narrativo e fundamental) com o plano de expressão.

Também, devemos considerar as definições feitas por Fiorin (2004, p. 31). Para ele:

Discurso é uma unidade do plano de conteúdo, é o nível do percurso gerativo de sentido, em que formas narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos. Quando um discurso é

manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto.

Com a finalidade de evitar determinadas confusões com a palavra *texto*, chamaremos *matéria* à parte verbal desenvolvida nas edições.

Logo, o **discurso** veiculado pelos meios de comunicação de massa e que são pertencentes a sólidos grupos empresariais reforçam a noção e as idéias do capitalismo; idéias que remetem a um indivíduo bem posicionado e outro não.

Quando os tipos de linguagens e recursos são escolhidos (fotografia, ilustração, tipo de letra, diagramação, e outros), monta-se o **plano de expressão** no qual a **manipulação** é consciente e o exercício da liberdade criadora é exercido. Dessa forma, podemos afirmar que todo **texto** materializa uma **ideologia.** Mas em que sentido, ou diante de qual aspecto faremos uso dessa palavra? Que conceito de **ideologia** será base de nossa pesquisa? Segundo o dicionário Houaiss (2007, p. 1565):

Ideologia s.f. 1 FIL ciência proposta pelo filósofo francês Destrutt de Tracy (1754-1836) nos parâmetros do materialismo iluminista, que atribui a origem das idéias humanas às percepções sensoriais do mundo externo 2 p. ext. FIL no marxismo, conjunto de idéias presentes nos âmbitos teóricos, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais e dominantes 3 p. ext. FIL no marxismo, esp. O dos epígonos de Marx, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de idéias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o conjunto de idéias que expressa os interesses revolucionários da classe dominante (ideologia burguesa) e o conjunto de idéias que expressa os interesses revolucionário da classe dominada (ideologia proletária ou socialista) [...]

Neste trabalho, vamos considerar a ideologia como uma "visão de mundo" de cada classe social que motivada, principalmente, por fatores econômicos, nasce

e é renovada continuamente nos conflitos de poder entre os segmentos sociais.

Segundo Hernandes (2001, p. 33), no capitalismo, a visão de mundo dominante é uma inversão do real, mas não uma ilusão. O real se põe invertido por causa da existência do nível de produção (nível mais profundo) e do nível de circulação (nível mais superficial). De acordo com o mesmo autor, (p. 34),

A ideologia como visão de mundo permite relativizar a 'verdade', ao mostrar que há vários saberes ligados às diferentes classes, e reconhecer contradições em cada forma de ver o mundo, especialmente na visão dominante, criticando-a e a ela resistindo.

2.5.2 Plano de conteúdo e relações com o plano de expressão

Nesse ponto, cabe-nos a tarefa de relembrar que o **plano de expressão** refere-se à dimensão do **sensível**, ou seja, refere-se ao que é menos racional em relação ao **inteligível**.

Desse modo, não devemos e nem podemos confundir a descrição dos aspectos **sensíveis** com o que o texto coloca diante do nosso corpo para ser captado pelos nossos sentidos, que também podem ser mobilizados.

Na mídia impressa, a mobilização dos sentidos é, também, marcadamente visual, o que caracteriza um efeito estético com a finalidade de que o leitor reconheça um objeto artístico.

O estudo de nossos textos sincréticos nos propõe, ainda, grandes questões teóricas que são bastante desafiantes. Nesta pesquisa, temos a preocupação de explicitar algumas reflexões já cristalizadas e propor algumas especificidades de análise. Isso será feito nos próximos itens.

2.5.3 A Semiótica visual

No plano de expressão podem ser reconhecidos os "formantes plásticos" e os "formantes figurativos". No que se refere aos formantes plásticos, podemos categorizá-los de três formas:

a) Categoria topológica (lugar):

- dimensão (grande x pequeno);
- posição (alto x baixo);
- orientação: (frente x trás);

b) Categoria cromática (cores):

- valor: (claro x escuro);
- tonalidade: (quente x frio);
- pureza: (cor limpa x cor suja);
- luminosidade: (brilhante x opaco);

c) Categoria eidética (forma):

- reto x curvo
- angular x redondo

Hernandes (2001, p. 37) ressalta também a importância do **semi-simbolismo** que, por meio de trabalhos de Hjelmslev, foi diferenciado dos sistemas semióticos. Assim, o autor afirma que

[...] os sistemas simbólicos são linguagens cujos dois planos estão em conformidade total: a cada elemento da expressão corresponde um – e somente um – elemento do conteúdo, a tal ponto que não é rentável para o analista distinguir ainda o plano de expressão e o plano de conteúdo, pois eles têm a mesma forma.

2.5.4 A organização textual: a diagramação e o projeto gráfico

Um mundo de imagens e palavras é construído num jornal impresso, e por isso, valores são encenados por meio de um texto apresentado num espaço claramente delimitado, repetido a cada edição. A disposição espacial de um texto representa o que foi considerado como mais ou menos importante no jornal; isso

ressalta o fato de que linguagens e elementos são manejados de maneira bastante lógica, obedecendo a uma série de regras.

A análise dos objetos tem como ponto de partida o exame do projeto gráfico e da diagramação, com a finalidade de mostrar o funcionamento do gerenciamento do nível de atenção, perpassando pelo caminho do sensível ao inteligível, pelas estratégias de arrebatamento, sustentação e fidelização da atenção dos leitores. O projeto gráfico e a diagramação de um jornal impresso são tarefas destinadas aos profissionais ligados ao design.

Faremos, diante dessas duas abordagens, uma tentativa de apresentar um estudo mais detalhado sobre os textos que se utilizam dessas estratégias.

O jornalismo impresso tem um projeto gráfico que define rigidamente a quantidade de colunas de cada página, tipos e características de letras a serem utilizados na manifestação do verbal, no posicionamento de fotos, gráficos, quadros e principalmente em qual parte das publicações certos assuntos deverão ser abordados.

Dessa maneira, torna-se necessário adequar o projeto gráfico às necessidades diárias do jornal. A execução desse projeto acontece por meio da distribuição espacial das unidades (fotos, títulos, matérias, legendas, logos, etc), ou seja, da chamada **diagramação**. Segundo Hernandes (2006, p. 186):

Diagramar é, em termos gerais, organizar e manifestar gráfica e plasticamente as unidades noticiosas a partir das necessidades da edição (aqui como ato ou efeito de editar). A edição, por sua vez, está atrelada ao projeto editorial do jornal, o conjunto de normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas.

Na verdade, a **diagramação** é uma série de regras que mostram como as publicações valorizam e diferenciam as unidades noticiosas e como dirigem a

percepção dos leitores, sendo, portanto, responsável pela criação e determinação de alguns padrões.

Hernandes (2001, p. 38-9), em sua obra, evidencia quatro **leis de diagramação**, que serão representadas abaixo:

Primeira lei: o valor de uma matéria é proporcional ao espaço dado; quanto maior o espaço, mais valor ela tem.

Segunda lei: o que estiver na parte superior tem mais valor do que o que estiver na parte inferior.

Terceira lei: na primeira página ou na capa está a informação mais importante da publicação.

Quarta lei: o início de um texto é o espaço mais valorizado, por isso precisa conter as informações mais importantes.

Semioticamente, numa diagramação, das três categorias do plano de expressão, a mais trabalhada é a topológica, a que se refere aos "lugares" que as unidades noticiosas ocupam.

Na diagramação dos jornais diários impressos, existe um contrato pressuposto entre leitor e jornal para que os assuntos abordados apareçam hierarquizados por ordem de importância. Esse contrato se mostra visualmente para um reconhecimento imediato e basicamente intuitivo, o que demonstra uma administração do nível de atenção.

A manipulação do espaço do jornal é uma forma de administrar a atenção do leitor e os níveis de tensão ou relaxamento que dele se espera. Ao ceder mais espaço para uma unidade noticiosa, por exemplo, o veículo de comunicação está comunicando que deu mais atenção àquele assunto em relação a outro, assim, deseja-se que o leitor também entenda e interprete dessa maneira; ou seja, ao dar mais valor a uma parte do jornal, o veículo de comunicação mexe com o sensível e com o inteligível do público alvo.

A diagramação cria e gerencia, também, a identidade visual do impresso, a partir do momento em que o leitor a reconhece após uma seqüência de edições. Ao criar essa identidade visual devemos considerar duas questões importantes. Na primeira delas, é a existência de um sentido de continuidade na parte editorial, ou seja, o objeto acaba sempre tendo a mesma "cara". Na segunda, cabe

salientar, como afirma Hernandes (2001, p. 42), que a identidade visual vai adquirindo um caráter parcialmente dessemantizado.

Uma outra característica da **diagramação** é a atenção dada aos caracteres tipográficos, pois as letras, em mídia impressa, não são apenas mero suporte da parte verbal dos textos, mas sim, uma estratégia verbo-visual, pois manejam táticas visuais de criação de sentido. O que nos permite ressaltar que o uso de letras mais grossas está relacionado a assuntos mais sérios e o das mais finas, a questões mais alegres e leves. Já o tamanho das letras está relacionado à intensidade da fala; as letras maiores indicam exaltação, atenção, enquanto que as menores retomam um tom mais ameno.

Ainda ao que se refere à **diagramação**, podemos ressaltar as principais funções dessa organização textual, diante do que chamaremos de: **gerenciamento do nível de atenção**.

Nesta parte do nosso estudo, faremos uma explicitação de três importantes estratégias utilizadas pelos jornais diários impressos: de arrebatamento, de sustentação e de fidelização.

2.5.5 O gerenciamento do nível de atenção

O principal foco de nosso trabalho é o exame das estratégias de persuasão mobilizadas pelos jornais para fazer o público-alvo realizar a performance de consumi-lo.

Como afirma Hernandes (2006, p. 38), ao examinarmos um objeto jornalístico, observamos a existência de duas histórias que se inter-relacionam: a primeira se manifesta na relação público-jornal e a segunda se manifesta nas unidades noticiosas.

Um jornal, para buscar a atenção do público ao qual se destina, precisa desencadear desejos e curiosidades; e isso acontece por meio de estratégias de persuasão. Não podemos nos esquecer de enfatizar aqui que os meios de comunicação estão sofrendo uma crescente e perceptível "infidelidade" dos leitores, pois há um significativo aumento na oferta de informação e contínuos avanços tecnológicos na área da comunicação. Dessa maneira, existe a necessidade de as estratégias serem cada vez mais sofisticadas, a fim de obter e manter a atenção do público.

Para atrair a atenção do leitor, o jornal apresenta unidades noticiosas para consumo. Assim, precisa reter a atenção do público-alvo por meio da apresentação das unidades noticiosas, pela distribuição delas na edição e no conjunto de edições. Para que isso aconteça, é necessário obter a atenção em três níveis que, segundo Hernandes (2006, p. 48), devem apresentar-se da seguinte forma:

- é preciso fisgar a curiosidade do sujeito;
- o sujeito deve interessar-se pelas histórias das unidades noticiosas;
- o sujeito deve querer repetir a experiência nas edições seguintes (consumo
 hábito);

O fenômeno da atenção será abordado como um deslocamento do querersaber do público, manifestado na forma de curiosidade e desejos. O que deve ser
ressaltado é que o público só realiza a ação de entrar em contato com um
noticiário se tiver a atenção despertada e manipulada. O sujeito, ao ter o
interesse despertado, passa a sentir uma falta, uma insatisfação por não ter um
saber, como um valor almejado. A passagem do não-saber para o saber dá
prazer ao sujeito, pois é considerada como uma recompensa.

Dessa forma, cabe ressaltar o que esse mesmo autor afirma sobre o gerenciamento do nível da atenção:

A atenção se relaciona ao desencadeamento de certas formas de curiosidade. Ao ter o interesse despertado, o sujeito passa a sentir uma falta, viver até mesmo uma insatisfação por não ter um saber. Obter o saber por meio da unidade noticiosa é o valor que passa a almejar. A passagem do não-saber para o saber dá prazer ao sujeito, é uma de suas recompensas (HERNANDES, 2006, p. 48).

Assim, um jornal deve apresentar unidades noticiosas para serem sentidas por meio de fotos e, conseqüentemente, mobilizar os afetos por meio dos conteúdos. Podemos compreender que a estratégia inicial de um jornal é da ordem do sensível, e pode ser representada por meio de uma foto na primeira página, por exemplo. Diante do entendimento da foto, o sujeito deve querer saber o que ainda não sabe, ou seja, passa a viver uma insatisfação, uma tensão, pois quer passar de um estado de disforia a uma situação de euforia e relaxamento com o consumo do jornal.

Diante dessa colocação, podemos afirmar que a atenção se relaciona a uma disforia, a uma curiosidade do enunciatário que, ao consumir uma notícia, passa a saber mais, porém fica sem saber tudo. Diante desse percurso, podemos ressaltar alguns procedimentos utilizados pelos jornais para gerenciar a atenção do leitor:

a) Estratégia de Arrebatamento: é o tipo de estratégia que tem como objetivo criar iscas para o olhar, pois se refere à concepção espacial de uma unidade noticiosa com a finalidade de atrair a atenção do enunciatário por meio de recursos gráficos. É da ordem sensorial, pois visa instaurar o sujeito por meio de um estímulo perceptivo; é um querer-saber que acontece por meio da tentação. De acordo com Hernandes (2006, p. 52), esse tipo de estratégia pressupõe a criação de descontinuidades que requerem uma categorização, pois o sujeito deve ficar interessado em compreender um estímulo, cujo caráter descontínuo, de novidade, encoraja a decodificação. Num primeiro contato, o jornal precisa produzir no leitor / enunciatário uma curiosidade instantânea, não racionalizada, automática. A base dessa estratégia é a instauração de uma novidade de ordem sensível, um estímulo, um querer-saber. Esse tipo de estratégia possui um caráter impactante e pontual, pois praticamente não tem duração.

b) Estratégia de Sustentação: é utilizada quando o destinador (jornal) além de atrair o leitor, também precisa segurá-lo. O leitor arrebatado, deve agora buscar o significado do estímulo anterior. Nessa fase, surpreendido por não ter um saber, passa a sentir uma disforia, uma tensão e por isso, torna-se mais atento ao que o noticiário apresenta. Ou seja, a base sensorial do sujeito dá lugar à base afetiva, originando um laço entre jornal e leitor. Segundo Hernandes (2006, p. 53), uma das principais maneiras de fisgar e manter a atenção do público-leitor são a manchete e a chamada, pois esses recursos são concebidos para "sensibilizar", atrair sensorialmente e passionalmente (arrebatar e sustentar). Dessa forma, cada jornal veicula uma grande carga afetiva e pede concentração para o que destaca como o mais importante, "a apresentação das manchetes mostra que, para prender a atenção, quase toda narrativa jornalística tem uma característica notável: a de começar literalmente pelo fim".

Esse mesmo autor afirma que há duas razões para essa característica: a primeira delas é que o **enunciatário** não precisa ter contato com todo o relato para conhecer o seu aspecto mais importante; a segunda é que essa estratégia incita o leitor a buscar mais detalhes da unidade noticiosa. Logo, cabe ressaltar o que o autor sustenta sobre as **estratégias de gerenciamento da atenção**:

[...] os jornais, para construir laços com o público-alvo, não querem apenas fazer saber, em outras palavras, expor histórias para que se conheça o que ocorre cotidianamente. Os noticiários também precisam fazer sentir, estruturar modos de o público se perceber nas notícias. Uma das chaves do sucesso da estratégia de sustentação é o estabelecimento de um sentido de identificação ou empatia entre o sujeito da história, da notícia, e o público, além de uma sensação de atualidade (Hernandes, 2006, p. 54).

Assim, quanto maior for a identificação entre o leitor e a história de alguém, apresentada nas notícias, maior será a curiosidade e a atenção. Esse tipo de estratégia envolve também uma identificação entre **tempo** e **espaço** da unidade noticiada, ou seja, o poder de mobilização afetiva dessas unidades está vinculado ao período de edição, ao aspecto da **atualidade**, pois noticiário antigo não emociona.

Os objetos jornalísticos apresentam momentos de consumo bem determinados, o que depende de cada edição. Dessa maneira, as noções de **tempo**, **espaço** e **pessoa** devem ser pensadas não como elementos reais, mas sim como "**contexto semiótico**". De acordo com Fontanille (*apud* HERNANDES 2006, p. 54) essa formulação "não é uma adição do contexto ao texto", ou seja, cada edição de um jornal tem seu "**contexto semiótico**" específico. Desse modo, a apresentação do conceito de "**contexto semiótico**" possibilitará um melhor entendimento sobre as particularidades da estratégia de sustentação no que se refere à compreensão de certos efeitos como o de atualidade e empatia.

Sobre o **efeito de atualidade**, podemos afirmar que qualquer jornal precisa fazer seu público consumidor acreditar que as notícias divulgadas são atuais, ou seja, que existe um "**agora**" partilhado entre **actantes** da narrativa e **actantes** da enunciação. A escolha de um acontecimento e sua transformação em fato e em notícia é determinada pelo componente temporal, pois uma história de interesse pode durar de segundos a meses, dependendo dos ajustes de cada edição.

Dessa maneira, a cronologia dos acontecimentos é submetida a uma ordem de relevância, de impacto sobre o **enunciatário**, não deixando de relembrar que uma das principais características da narrativa jornalística é começar pelo fim. Assim, o momento de máxima tensão narrativa torna-se o "gancho", pois "além de se vincular totalmente ao período da edição na qual se insere e dar a sensação de que a notícia é atual, também motiva ainda a construção do chamado *lead*, o parágrafo introdutório de uma unidade noticiosa" (HERNANDES, 2006, p. 60). O Manual da Folha de S. Paulo (2001, p. 28) afirma que:

O lead tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas inicias. Pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a idéia mais significativa de um debate, o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem.

Logo, torna-se importante ressaltar que os jornais produzem um **efeito de atualidade** ao contar histórias já ocorridas, sem a necessidade de esconder que o fato principal é passado. O que é preciso evidenciar é que essa estratégia e esse

efeito fazem o **enunciatário** ter a sensação de que o que está sendo contado na edição é atual, pertinente e importante. Uma das principais características desse efeito é o uso, nas manchetes, de verbos no tempo presente e elemento de atualização. Esse elemento de atualização pode ser acrescentado por meio de uma conseqüência do próprio fato, ou seja, uma repercussão, uma análise ou interpretação do fato gerador. Hernandes (2006, p. 62) afirma:

Diários e revistas constroem unidades noticiosas cada vez mais analíticas porque não podem competir com as mídias mais rápidas e, desse modo, passam a sensação aos leitores de que estão mais preocupados com o futuro do que em reportar o que acontece no presente. A estratégia, no entanto, faz o noticiário impresso ficar cada vez mais especulativo e evidencia o ponto de vista do jornal.

Os jornais valorizam acontecimentos que mostram experiências humanas e que emocionam. Um primeiro exemplo disso é a veiculação de textos que buscam persuadir o público por meio de um vínculo social. Nesse caso, há uma mobilização de paixões ligadas à **disforia**, como piedade, terror etc. Um segundo exemplo é a veiculação de textos que mobilizam um indivíduo competitivo, abordando principalmente os problemas políticos e econômicos. Nesse caso, mobilizam-se **paixões** como a esperança, entre outras. Um jornal gera **empatia** quando mobiliza afetos do público ao noticiar, quando busca obter uma identificação entre o leitor e os personagens das notícias. Uma das funções desse veículo é eleger e oferecer elementos concretos à consciência do **enunciatário**; e isso pode ser feito por meio da **figurativização** ou representação. Essa estratégia é representada de acordo com dois extremos:

- a) representação icônica;
- b) representação abstrata.

Ao usar a **representação icônica**, o jornal se vale de uma das principais estratégias de elaboração de efeitos da realidade. Já de uso de uma **representação abstrata**, o jornal busca o genérico, negando o particular e caracterizando os textos temáticos, resultando, dessa forma, numa visão ampla e inteligível da realidade.

Assim, afirma Hernandes (2006, p. 67):

Se o efeito de realidade não pressupõe identificação entre público e personagens das notícias, toda empatia, porém, tem como base o efeito de realidade. A projeção do público na história contada é produto de um tipo de ação narrativa que vai expondo determinados estados afetivos. Para haver empatia, a complexidade figurativa deve estar a serviço da maior concretude possível de uma narrativa em pleno desenrolar, na qual apareçam certas paixões, sentimentos.

Diante dessas colocações, podemos sintetizar alguns pontos importantes sobre esse tipo de estratégia, principalmente no que se refere aos objetivos de:

- fazer crer em uma fácil legibilidade: criar o efeito de que o leitor pode transitar facilmente pela publicação e parar somente onde encontrar o que procura;
- instaurar uma comunicação de valores instantânea: o enunciatário identifica, por meio da ocupação espacial, o valor de uma unidade noticiosa;
- construir uma publicação atraente, bonita e completa: o leitor exige um jornal de caráter prático;
- c) Estratégia de Fidelização: é o tipo de estratégia que mostra a existência de procedimentos para cativar consumidores com a finalidade de que mantenham uma relação contínua com a empresa ou produto. Manter um público fiel por um longo tempo é o desejo de todo veículo de comunicação. Por isso, enfatizamos o que afirma Hernandes:

Se as estratégias de arrebatamento e sustentação vinculam-se ao poder das unidades noticiosas, a estratégia de fidelização resulta do contato com a edição inteira. O jornal deve convencer de que é completo, realiza uma eficaz triagem e organização da realidade na qual o enunciatário se insere e se apresenta de maneira clara, possibilitando prazeres e um consumo fácil e eficiente. A satisfação deve motivar o desejo de tomar contato com a edição seguinte (HERNANDES, 2006, p. 73).

A boa relação entre o público e o veículo gera o sentido de familiaridade que gera confiança e "credibilidade". Dessa forma, esse tipo de estratégia está apoiado na dimensão do inteligível, sem desconsiderar a dependência das estratégias de arrebatamento e sustentação. Cabe ressaltar que, uma fidelização bem sucedida, é representada pela identificação ideológica do público

alvo com o jornal e também uma satisfação contínua que gera um hábito, o que nos leva a retomar as noções abordadas anteriormente sobre o *ethos*. Um dos principais aspectos dessa estratégia é o hábito, a atenção incessante do públicoleitor, a presença de um comportamento constante, repetitivo e sem modificação. Para isso, o *ethos* de um produto jornalístico sempre deve ser identificado como competente pelo público para realizar determinada função. Portanto, o jornal deve noticiar, apresentar e discutir as novidades do mundo, mesmo que de maneira repetitiva e habitual. Sobre isso, ressaltamos o que Landowski afirma (1989, p. 120):

A narrativa jornalística valoriza por princípio a irrupção do inesperado, do singular, do a-normal para, depois, tornar a situar o sensacional no fim de uma História que lhe dá sentido e o traz de volta à norma, à ordem das coisas previsíveis — ou seja, ao "cotidiano", que, no entanto, lhe é, a priori, como que é a antítese.

Devemos então ressaltar que o jornal busca, por meio de suas edições contínuas, mostrar-se como um **enunciador** que se utiliza de uma medida justa entre o velho e o novo na busca pela conquista do **enunciatário**; pois novidade demais pode resultar em um **enunciatário** sem referências e pouca novidade pode desinteressá-lo. Assim, o jornal, na tentativa de satisfazer a necessidade do homem ocidental de se libertar da rotina para se sentir mais vivo, promete fazer o sujeito viver emoções e paixões com seu recorte, ordenando a apresentação dos acontecimentos do mundo. Podemos dizer que esse tipo de estratégia tem como principal objetivo:

- criar um sentido de identidade ao material: a identidade visual de um jornal, com o tempo, gera um efeito de familiaridade.

Quanto ao que se refere à questão de **pessoa**, todo meio de comunicação de massa tem uma **marca**, cuja identidade pode ser mostrada por uma **logomarca** ou por um **logotipo**. No nosso caso, consideraremos o **logotipo**, pois é a marca constituída de um grupo de letras, como acontece nos veículos escolhidos.

Esse **logotipo**, juntamente com um **slogan** representa um **eu** que assume o discurso; ou seja, um **autor** construído pelo texto, um **simulacro** do sujeito da enunciação.

A mídia, diariamente, tem em mãos uma grande quantidade de informações que serão pinçadas, editadas e/ou filtradas de acordo com uma visão de mundo. Ela constrói outra realidade a partir dos elementos que escolhe e reporta, e assim quer **fazer-crer** que essa realidade filtrada é o mundo "**real**".

Mas, para apagar esse processo de filtragem, a mídia utiliza-se de uma técnica bastante comum: o **distanciamento**. Essa técnica pode ser percebida em recursos como as falas de entrevistados entre aspas e também matérias e títulos em terceira pessoa. De acordo com Hernandes (2001, p. 47):

O que vale mostrar, numa semiótica sincrética, é que a natureza subjetiva (enunciativa) de um texto só é possível de ser bem apreendida por meio do estudo das relações entre todas as unidades e linguagens utilizadas. [...] o efeito geral de objetividade ou subjetividade de um texto sincrético não é absoluto.

Outro efeito interessante é o de **atualidade** - mais relacionado ao **tempo** - é o tipo de efeito que faz crer que mesmo algo ocorrido há muito **tempo** torna-se atual, pertinente e importante.

2.6 Conceitos Importantes: verdade, ideologia, objetividade, neutralidade.

Na busca de nossos resultados, torna-se interessante colocar também algumas questões bastante pertinentes e características de nosso objeto de estudo, pois os jornais possuem determinados mecanismos que, colocados em funcionamento, fazem com que certos pontos de vista se tornem verdadeiras bandeiras de uma sociedade.

Os jornais possuem relações intrincadas e sofisticadas entre as unidades que ainda são entendidas e estudadas por meio de uma classificação verbal e visual, ou ainda visual e sonora. Dessa forma, o jornal depende da tiragem para o exercício de seu **poder** como um ator social que influencia diretamente nos indivíduos pertencentes à sociedade.

Para que nosso estudo possa nos levar a um resultado satisfatório, é necessário desmistificar algumas noções, como as de comunicação, notícia,

ideologia, realidade, verdade e objetividade; e assim, apresentar as bases que sustentam a investigação.

Segundo Hernandes (2006, p. 11), os jornais construíram mecanismos que comunicam o nível de importância, de concentração e atenção daquilo que veiculam. Portanto, os jornalistas desenvolveram meios de guiar a percepção do público, direcionar expectativas e também mostrar maior ou menor interesse nos níveis **sensível**, **passional** e **inteligível**.

A relação existente entre autor e leitor não é de mera transmissão de informações, quando se fala em jornalismo, pois comunicar não é apenas um meio inocente de transmitir saberes, é principalmente a ação do homem sobre outros homens, criando relações intersubjetivas que geram e mantêm crenças que se revertem ou não em determinados atos. Para Hernandes (2006, p. 18):

No jornalismo, a divulgação de notícias está intimamente relacionada à mudança ou reforço de crenças que redundem em atitudes que podem ou não se converter em ações de diversas amplitudes, de comprar um jornal a apoiar determinado candidato a presidente, de ver a peça de teatro comentada ou até mesmo de não fazer nada diante de alguma forma de injustiça.

Para que o jornal manipule seu público, é necessário que o público-alvo partilhe do mesmo **sistema de valores** do jornal, sendo, portanto, o co-autor desse meio de comunicação. Um autor leva em consideração as expectativas e as prováveis reações do receptor do texto para construir um discurso com a eficiência desejada. Ou seja, a relação existente entre um jornal e o seu público-alvo pressupõe um **contrato** com um grande número de cláusulas que não são explicitas, pois são, na verdade, uma série de expectativas mútuas que influenciam a produção e o consumo do discurso jornalístico dos grandes noticiários. Para Hernandes, algumas cláusulas principais ressaltam a importância dos elementos destacados a seguir.

2.6.1 A verdade

Diariamente, usamos as palavras **verdade** e **mentira** e achamos que elas realmente significam alguma coisa. Por muito tempo, os profissionais de imprensa desenvolveram um código não escrito de princípios e valores que devem nortear a difusão da informação, o conhecimento indireto pelo qual as pessoas podem formar suas opiniões sobre o mundo. Entre os mais importantes desses princípios, está o **compromisso com a verdade.**

Sobre esse princípio, existe certa unanimidade e uma considerável confusão em relação ao significado dessas palavras, pois todos concordam que os jornalistas devem dizer a **verdade**. Apesar disso, as pessoas se mostram confusas sobre as possibilidades de significado da palavra "**verdade**".

O Dicionário Houaiss (2007, p. 2845) relaciona sete acepções que a palavra apresenta de acordo com cada contexto em que pode ocorrer:

verdade s.f (sXIII cf.FichIVPM) 1 propriedade de estar conforme com os fatos ou a realidade; exatidão, autenticidade, veracidade <a v. de uma afirmação, de uma interpretação> <v.histórica> 1.1 a fidelidade de uma representação em relação ao modelo ou original; exatidão, rigor, precisão < v. de um quadro, de uma foto> 2 e.exp. coisa, fato ou evento real, verdadeiro, certo <o que eu contei corresponda à v.> 3 p. exp. Qualquer idéia, proposição, princípio ou julgamento que se aceita como autêntico, digno de fé; axioma máxima < as v. de uma religião, de uma filosofia> 4 p. exp. Procedimento sincero, retidão ou pureza de intenções; boafé <agir com v.> 5 fig. O que caracteriza algo ou alguém; caráter, feitio <demonstrar a sua própria v.> 6 FIL correspondência, adequação ou harmonia passível de ser estabelecida, por meio de um discurso ou pensamento, entre a subjetividade cognitiva do intelecto humano e os fatos, eventos e seres da realidade objetiva 7 FIL no nietzschianismo e pragmatismo, pluralidade inesgotável e freq. Contraditória de enunciados ou discursos que, em vista de suas consegüências práticas, se revelam úteis ou favoráveis aos interesses de indivíduos, grupos, ou da humanidade em geral.

Com efeito, tais acepções do termo criam uma sensação de segurança que, na mídia, é gerada pela percepção dos fatos e está na essência das notícias.

O certo é que um ceticismo epistemológico permeia hoje todos os aspectos da nossa vida intelectual, desde a arte e a literatura até o direito, a física e a história. Simon Schama, historiador da Columbia University, (apud Kovach &

Rosenstiel, 2004, p. 65) diz que "a certeza de uma verdade em última análise observável, empiricamente verificável já não existe, morreu." Cabe ainda ressaltar que a discussão sobre a objetividade ou a verdade acabou virando uma armadilha, pois a verdade pode talvez nem existir, já que somos todos indivíduos subjetivos (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 65).

A verdade jornalística, segundo os autores, é muito mais que precisão, é um **processo seletivo** que se desenvolve entre a matéria inicial e a interação entre o público leitor e os jornalistas, ao longo do tempo. Portanto, o jornalismo

[...] procura uma forma prática e funcional da verdade. Não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode - e deve- perseguir a verdade num sentido por meio do qual possamos funcionar no dia-a-dia (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 68).

A **realidade** é vista, pelo senso comum, como algo definitivo, inquestionável, pertencente a um mundo único. O que, na verdade, leva-nos à afirmação de que qualquer aspecto da realidade é muito mais complexo do que se possa imaginar. A idéia de **fato** também é parte de outra **manipulação** discursiva importante em praticamente todas as mídias, principalmente quando se relaciona ao efeito de **realidade**, pois objetiva mostrar coisas ocorridas com seres de carne e osso num tempo e num espaço reconhecível pelo leitor como existentes, reais, envolvendo o texto como um todo. A mídia, para ressaltar esse efeito, extrai frases de entrevistas e as remonta numa reportagem para reforçar um determinado ponto de vista, e também passa a responsabilidade do que é dito àquele que é citado em discurso direto.

Um dos maiores problemas em relação à **verdade** é que cada pessoa acredita que seu direcionamento, a sua interpretação é a própria realidade, que a parte é o todo. Logo, cada indivíduo acredita que aquilo que vê, sente e interpreta é também o que todos vêem, sentem e interpretam; e que o jornal pode ser também julgado por essa mesma lógica, pois o indivíduo julga ter acesso à verdade sobre determinado assunto e recrimina o jornal por não apresentá-lo "fielmente".

Dessa forma, podemos afirmar que os jornais são instrumentos complexos de **poder**, pois apresentam o que deve ser entendido como "**realidade**", os

valores em jogo, o que deve ser ou não valorizado e a própria forma de interpretar os "fatos".

Diante da proposta de trabalho, o que se pretende é investigar a "verdade" como um efeito do discurso jornalístico, pois não interessa apontar ou discutir se o jornal mente, mas sim estudar o mecanismo que faz o discurso do jornal ser compreendido como "verdadeiro".

Segundo Hernandes (2006, p. 20),

Um dos recursos de qualquer jornal – entendido como enunciador/destinador – para persuadir o público – e enunciatário/destinatário – a crer na verdade que enuncia é elaborar uma *encenação*, uma representação da realidade que deve ser aceita pelo público.

2.6.2 Verdade e ideologia

Dessa maneira, cabe considerar que o leitor não pensa de modo errado, mas pensa como alguém que foi persuadido a acreditar que tal versão da realidade só pode ser verdade. Portanto, a **realidade** pode ser apreendida de modo bastante diferente, ou seja, cada indivíduo apreende a realidade de acordo com a **ideologia** ou o grupo social ao qual pertence.

Aqui, a **ideologia** deve ser entendida como "visão de mundo", pois, de acordo com Hernandes (2006, p. 22):

Cada grupo social tem um conjunto de valores, uma maneira de ver e julgar o mundo. Quando esse grupo ou classe social tenta legitimar seus valores para outros sujeitos, entramos no fenômeno da ideologia.

Dessa forma, pode-se relacionar esses efeitos de verdade ou realidade a uma característica discursiva ideológica que sempre busca expressar o ponto de vista de uma classe social, sendo comprometido com interesses sociais e de mundo, caracterizado pelas diferentes visões sobre o "real". Em contrapartida, há de se evidenciar que os meios de mídia impressa, ao se auto-intitularem como meio de informação objetivo, apartidarista e neutro diante do fato noticiado, levantam grande polêmica em relação à produção de sentido dos textos.

O conceito de ideologia, neste trabalho, não é apresentado apenas como uma arma da classe dominante, mas sim como uma ampliação para todos os grupos sociais, pois todos apresentam uma ideologia que resulta num recorte da realidade apresentada.

Cabe ressaltar que Fiorin (2004, p.28-9) explicita muito bem essa colocação sobre o fato da **ideologia** ser uma falsa consciência, pois considera que é uma forma fenomênica da realidade, ou seja, uma forma que oculta as relações mais profundas e as expressa de modo invertido, sendo, portanto, a inversão da realidade, uma **ideologia**. Para o mesmo autor:

[...] não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conhecimento de ideologia; ela é uma "visão de mundo", ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. (FIORIN: 2004, p.29)

Não podemos nos esquecer de considerar que "a ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de idéias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se

que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico" (FIORIN, 2004, p. 30).

2.6.3 A notícia: um recorte específico da realidade no jornalismo

Cabe aos jornais fazer uma triagem dos acontecimentos, pois o jornalista é sempre um mediador capaz de transformar fragmentos da realidade em **notícia**. Para que se possa melhor definir o que é uma **notícia**, ressaltamos o que Hernandes evidenciou em seu trabalho, pois diferencia três elementos importantes: o **acontecimento**, o **fato** e a **notícia**. Para ele (2006, p. 26),

- acontecimento: é a manifestação de qualquer fenômeno que passou a ter significado para um ser humano;
- fato: é a primeira eleição e apropriação que um determinado jornal faz; fase em que se aponta a existência de uma visão de mundo;
- notícia: hierarquização de fatos, sendo fruto de uma visão de mundo com o objetivo de despertar a curiosidade, as crenças, as sensações e as ações;

Segundo o mesmo autor, o caráter mais óbvio de uma **notícia** é o de **fazer crer** na sua atualidade, pois um acontecimento se transforma em fato a partir do momento de sua citação e/ou apresentação em jornais; e depois em **notícia** quando é contextualizado, narrado. É a **notícia** que gera todos os outros tipos de textos jornalísticos, como: editoriais, comentários, charges, etc.

Para nosso trabalho, assumiremos aqui o conceito proposto por Hernandes (2006) que é o de "unidades noticiosas". Pois segundo ele, tudo o que aparece no jornal se vincula, direta ou indiretamente, a uma notícia.

2.6.4 A objetividade

O jornal diário tem por objetivo relatar o que está acontecendo, transmitindo juntamente com a idéia de ação uma proximidade temporal. Os textos jornalísticos são construídos majoritariamente em terceira pessoa, sendo esse apenas um dos recursos utilizados pelos enunciadores. Os jornais sempre se reportam a realidades filtradas, por meio de três processos distintos:

- pinçagem ou escolha do que é relevante;
- remontagem dos pontos que interessam para criar uma sensação de realidade e verdade;
- esquecimento ou negação do que é notado como inoportuno ou desimportante na situação retratada (ou de tudo o que poderia contradizer a tese resultante dos itens anteriores);

Desse modo, não há nenhuma maneira de falar de forma isenta, o que não é considerado como um problema dos jornais. O importante é verificar, na materialidade do texto, como se tenta persuadir o público. Dessa forma, a **ideologia** se torna um filtro da realidade, que tenta impor uma interpretação que pode ser vista como real. Assim, o jornalismo se apresenta com a missão de fazer o **parecer real** ser **sentido como real**. A semiótica trata a questão da verdade e da crença partilhada por meio da problemática da veridicção que comanda os jogos de parecer e do sentido. Bertrand (2003, p.239) com base nos estudos de Greimas (1983, p.105) afirma:

O discurso é esse lugar frágil em que se introduzem e lêem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; [...] equilíbrio mais estável ou menos, proveniente de um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação. É esse entendimento tácito que é designado pelo nome de contrato de veridicção.

Segundo Hernandes (2006, p. 29):

Não há acesso aos acontecimentos "concretos" nem compreensão das experiências, portanto, fora dos quadros de uma linguagem e de uma categorização que acontece com base em um sistema de valores. Além de determinar o que é importante saber e de dar presença a certos aspectos da realidade e não a outros, a função do jornalismo também é a de apresentar conceitos sobre situações, atos e seus personagens, no sentido de tentar impor uma versão sobre certos acontecimentos. Um jornal pode ser entendido como um texto que materializa e congela, numa coordenada espaço-temporal específica, o recorte da realidade que um grupo social faz e julga mais conveniente legitimar para uma camada social mais ampla.

Devemos considerar que as noções de realidade, verdade, objetividade e imparcialidade só podem ser discutidas como efeitos de sentido quando relacionamos cada conceito aos textos jornalísticos. Bertrand (2003, p. 240) ressalta que a questão da veridicção está no centro da semiótica, relacionada aos postulados fundamentais sobre o sentido que se apresenta sempre sob o modo do parecer. Portanto, a preocupação maior de um analista deve ser a discussão que se propõe no modo como esses efeitos são produzidos num determinado gênero de texto. Nessa perspectiva, cada analista deve buscar no próprio jornal as marcas que constroem uma imagem de autor e a sua intencionalidade, que são apreensíveis no texto, pois são, na verdade, o que deve interessar ao analista. Os objetos jornalísticos devem ser valorizados como meio de conhecer e apontar as estratégias de manipulação de um enunciador.

A **objetividade** deve ser pensada como **efeito de sentido** construído pelo texto jornalístico exatamente para **fazer crer** que relatos são realidade. Assim:

A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar 'apagar' o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas conseqüências do que noticia (HERNANDES, 2006, p. 30).

O efeito de sentido da objetividade deve ser visto como uma estratégia argumentativo-persuasiva de construção do discurso que instaura um efeito de adequação ao real em dois patamares complementares:

- possibilidade de observar nos textos um viés ideológico muito evidente, pois os jornais e o público fazem o mesmo recorte da realidade, portanto a apreensão do real não é sentida como "parcial";
- de caráter mais delimitado, apresentando certo distanciamento como estratégias discursivas específicas;

Com a finalidade de produzir no texto um efeito de sentido objetivo, os enunciadores se valem de alguns recursos, como: ausência de opiniões, depoimentos entre aspas, utilização de 3ª pessoa, fotos em harmonia com a descrição, descrição minuciosa, entre outros.

2.6.5 A neutralidade

Segundo Hernandes (2006, p. 32), uma das questões mais importantes do jornalismo é a produção de quase todos os textos em terceira pessoa. Para os profissionais, **neutralidade** é não se envolver com a notícia. Assim, elaborou-se uma classificação dos textos jornalísticos, que pudesse explicar e justificar tal fenômeno e suas variações. Portanto, os textos jornalísticos podem ser classificados em:

- objetivos e factuais;
- interpretativos e
- opinativos

A existência dessa divisão dos textos jornalísticos se justifica pelo fato de tentar fazer o leitor crer que tem acesso a uma separação nítida entre o mundo "real" e as intervenções da mídia, dando o efeito de verificar e controlar a escala de interferência do meio de comunicação sobre a realidade. Ou seja, a divisão dos textos não passa de uma estratégia para produzir diferentes impactos sobre o enunciatário. O acesso ao real é sempre mediado pela linguagem, o mundo dos signos, o simbólico e ideológico.

Os elementos pertencentes a essa classificação quase sempre usam as mesmas técnicas de criação de distanciamento, principalmente o uso da terceira

pessoa do discurso. No jornalismo diário, tenta-se **fazer crer** que a parte de opinião está nos editoriais ou nos comentários dos colunistas. Hernandes (2006, p. 33) esclarece que:

[...] o primeiro problema que surge para abalar essa divisão é que, quanto mais complexo for um assunto, mais escolhas deverão ser feitas pelos jornalistas para que seja apresentado na forma de notícia e possa se adequar às necessidades de um jornal, não importa o meio de comunicação e nem mesmo as coerções de expressão e textualização.

A classificação dos textos jornalísticos pretende **fazer crer** na idéia de que existe um modo de expor a notícia de maneira neutra. Pois o **fazer crer** da neutralidade reforça o efeito de objetividade no jornalismo, que é produto de estratégias como a de diálogos entre aspas, fotos, filmagens, entre outros. Diante dessas colocações, torna-se importante ressaltar que há sempre um distanciamento constante no modo de enunciar, pois raramente há um "eu" assumindo a palavra; para isso, os adjetivos são evitados, as categorias de pessoa, tempo e espaço são bem demarcadas e a palavra geralmente cedida aos interlocutores. O **efeito de neutralidade** é uma exclusividade das unidades noticiosas que se querem fazer crer como factuais.

Algo bastante importante precisa ser evidenciado sobre a **objetividade**: não podemos confundir o estudo dos jornais (estudo do sentido produzido pelos jornais) com as coerções do jornalismo como atividade profissional, vinculada ao direito social à informação. Ou seja, o jornalismo como atividade não pode ser confundido com os produtos de suas empresas de comunicação, ou ainda, a busca de objetividade pelo jornalista (dever-fazer) não pode ser relacionada com a objetividade, "efeito de sentido" dos produtos jornalísticos (fazer-crer).

Diante de todas as colocações feitas, cabe agora partirmos para uma nova etapa: a de análise dos textos de cada veículo de comunicação selecionado. Dando, portanto, seqüência, faremos uma análise desses objetos, evidenciando os elementos semióticos destacados anteriormente.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DA EDIÇÃO 16.046 DO CORREIO DO ESTADO

Neste capítulo, será analisada a edição número 16. 046, ano 52, de quartafeira, 19 de outubro de 2005, do jornal impresso, Correio do Estado, a chamada
mídia impressa. A análise será feita no sentido de identificar uma possível
estrutura comum entre a 1ª página (Figura 3) e as matérias que compõem o todo
textual. Optamos por essa delimitação, pois pretendemos apresentar, mais
adiante, na discussão dos resultados, as diferenças entre essa edição do Correio
do Estado e a da Folha de S. Paulo. Nos estudos mais específicos da construção
textual, verificaremos como foi produzido o sentido em textos que abordaram a
temática da **febre aftosa**.

3.1 A edição em análise



Figura 3: Edição 16.046, ano 52, de quarta-feira, 19 de outubro de 2005.

Vamos iniciar a nossa análise por meio do exame da edição 16.046, ano 52 de 19 de outubro de 2005. Iniciaremos pela capa (1ª página do jornal), já que é a primeira parte do jornal com a qual os leitores têm contato, e depois nos dedicaremos às matérias.

Para um melhor entendimento sobre o funcionamento de um jornal, definiremos aqui uma visão mais ampla sobre a idéia de manchete. Segundo o Houaiss (2007, p. 1829),

manchete s.f. (c1935)B 1 JOR título principal, de maior destaque, no alto da primeira página de jornal ou revista, alusivo à mais importante dentre as notícias contidas na edição 2 DESP no voleibol, lance em que o jogador defende cortada ou saque, ou passa a bola, com os braços estendidos a as mãos unidas . ETIM fr. Manchette (sXIII), dim. Do fr. Manche 'manga, punho, luva', acp. JOR por 1850; do lat. Manica 'manga, luva', der. do lat. Manus, us 'mão', ver man (i/u)

Assumiremos aqui que a manchete de 1ª página é formada por um conjunto que reúne o título (com ou sem linha fina explicativa), legenda de fotos, tarjas, etc. e a ilustração e/ou foto, ou seja, um **bloco de significação** claramente delimitado, que destaca um ou mais assuntos ligados a um mesmo tema. Uma primeira página de jornal pode ter uma, mais de uma ou mais de duas **manchetes**. As chamadas manchetes secundárias têm um destaque muito menor que a principal. Já a **logomarca** e as informações sobre a edição e o próprio formato são fixos.

Visualmente, podemos evidenciar que, em um jornal, uma unidade noticiosa é considerada de maior interesse que outra sem que haja a necessidade de alguma comparação explícita. Cada jornal aperfeiçoa mecanismos que comunicam o que é mais ou menos importante, por meio de estímulos verbais e visuais no processo de organização.

Em um jornal impresso, observam-se conjuntos significantes, como o verbal e o não-verbal. Podemos perceber que a primeira página do jornal "grita em silêncio", pedindo a atenção do leitor para o que foi destacado como o fato mais importante a ser publicado. Isso pode ser percebido por meio do tamanho e do formato das letras, em tom mais escuro e forte que todas as outras manchetes.

Há também de se evidenciar que o espaço ocupado pelo **bloco de significação** é bastante superior em relação aos demais, ressaltando a grande importância dada ao fato noticiado.

A 1ª página do jornal afirma o caos social e econômico elegendo o grande **fato** para o qual todos os outros devem se subordinar: a crise provocada pelo surgimento do foco da **febre aftosa**. O leitor deve ficar sabendo o que ainda não sabe, ou ainda o que não sabe por completo.

As matérias que complementam a chamada de 1ª página da edição nº 16.046 do Correio do Estado (Figura 4) encontram-se nos Anexos deste estudo, relacionados da seguinte maneira:

Anexo A: Página 11a.

Anexo B: Matéria constituinte da página 11a.

Anexo C: Página 12a.

Anexo D: Matéria constituinte da página 12a.

Anexo E: Matéria constituinte da página 12a.

Anexo F: Página 13a.

Anexo G: Matéria constituinte da página 13a.

Anexo H: Matéria constituinte da página 13a.

Anexo I: Matéria constituinte da página 13a.

Anexo J: Matéria constituinte da página 13a.

Anexo L: Página 14a.

Anexo M: Matéria constituinte da página 14a.

Anexo N: Matéria constituinte da página 14a.

Anexo O: Matéria constituinte da página 14a.

Anexo P: Matéria constituinte da página 14a.

3.2 A Chamada de 1ª página



Figura 4: Chamada de 1ª página do Correio do Estado, edição 16.046, ano 52, de quarta-feira, 19 de outubro de 2005.

Após a leitura atenta dos textos, tornou-se possível identificar uma estrutura comum a eles e que proporciona a interpretação pretendida por quem enuncia.

A identificação da estrutura comum nos textos sobre a **aftosa** será explicitada por meio da observação de três níveis de análise do chamado percurso gerativo de sentido, proposto pela semiótica para exame do plano de conteúdo dos textos: fundamental, narrativo e discursivo.

3.3 O Plano do Conteúdo

3.3.1 O Nível Fundamental

No primeiro deles, o nível das estruturas fundamentais, ou nível fundamental, há uma preocupação em determinar as oposições semânticas a partir das quais se constrói o sentido. Como salienta Barros (1990, p. 09), essa primeira etapa, "a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima". Dessa forma, os textos selecionados e apresentados buscam evidenciar a oposição semântica entre vida e morte do gado.

Essa oposição (vida x morte) é representada por um estágio inicial positivo (eufórico), pois o sujeito pecuarista está em conjunção com o seu objeto, a vida do gado, e passa a um estágio de disjunção (disfórico) em que a relação existente entre o sujeito e o objeto não é de conjunção.

Esse estágio inicial (conjunção) manifesta-se de diversas formas no texto, pois quando o sujeito está conjunto com o seu objeto, há as evidências que podem ser percebidas pelos seguintes trechos:

"[...] Estão sendo embarcados apenas os lotes que estavam negociados antes do anúncio da aftosa..." (anexo E), "... a arroba do boi gordo estava sendo negociada a R\$55, ..." (anexo E).

Quando ocorre a disjunção entre o sujeito e o seu objeto, a oposição semântica é estabelecida pela morte do gado, e pode ser percebida nas seguintes informações dadas pelos textos:

"Aftosa provoca impasse diplomático", "Com o 5° foco da aftosa, MS abaterá 4,7 mil bois" (Anexo G), "Os casos de febre aftosa na região da fronteira com o Paraguai travaram os negócios com o gado gordo na região de Dourados...", "Bahia pede saída de MS do Circuito Leste" (ambos no Anexo E), "A preocupação existe porque houve redução de US\$ 11 milhões nas exportações do setor entre a segunda e a primeira semana de outubro" (Anexo J).

Diante desses elementos, evidenciados pelo Correio do Estado, observamos a grande importância dada aos fatos relativos à **disjunção**, pois há uma quantidade significativa de situações negativas geradas pela doença, representadas pelos seguintes trechos textuais:

"Aftosa provoca impasse diplomático" (Anexo C), "Com 5º foco de aftosa, MS abaterá 4,7 mil bois" (Anexo F e G), "Todos os animais serão sacrificados, incluindo 2 suínos, 166 ovinos e 34 caprinos. "(Anexo H), "Deputados devem criar CPI da Aftosa" (Anexo O), "Municípios temem caos econômico - Desde o dia oito de outubro, quando começaram os rumores do foco de febre aftosa na Fazenda Vezozzo, os habitantes dos municípios de Iguatemi, Itaquiraí, Japorã e Mundo Novo temem ficar sob isolamento econômico." (Anexo M), "Em 10 dias de interdição e situação de emergência decretada em Mato Grosso do Sul, 14 dos 34 frigoríficos com Serviço de Inspeção Federal em MS suspenderam abates, dando férias coletivas a boa parte dos funcionários e ameaçando demitir funcionários, caso o mercado não seja retomado o mais rápido possível." (Anexo N), dentre outros.

Essa oposição semântica (vida x morte) propõe a relação estabelecida entre a vida (saúde do gado) que resultava em um mercado pecuarista crescente, promissor, rentável, baseado principalmente nas exportações, *versus* a morte

(doença do gado) que limitava e impossibilitava resultados positivos do mercado pecuarista do estado de Mato Grosso do Sul.

3.3.2 O Nível Narrativo

Diante das colocações feitas sobre o nível fundamental, pode-se evidenciar o nível narrativo comum nos textos, pois é representado pela transformação de um estado em outro pela ação de um sujeito. Nesse segundo nível, como salienta Barros (1997:11):

[...] os elementos das oposições semânticas fundamentais são assumidos como valores por um sujeito e circulam entre sujeitos, graças à ação também de sujeitos. Ou seja, não se trata mais de afirmar ou de negar conteúdos, de asseverar a liberdade e de recusar a dominação, mas de transformar, pela ação do sujeito, estados de liberdade ou de opressão.

Pelos elementos já estabelecidos, no nível fundamental, torna-se importante ressaltar que, no nível narrativo, o sujeito, que inicialmente é representado pelos pecuaristas e que tem por missão conquistar o objeto, está em conjunção com o objeto (vida do gado/gado saudável). E esse objeto possibilita vários valores ao sujeito: a sobrevivência, o lucro, o *status* que a economia pecuarista oferece ao Estado e aos próprios pecuaristas e também ao país como grande exportador de carne, as boas negociações, a economia estável, o emprego, o desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses, entre outros.

No momento em que surge a confirmação do quinto foco de Febre aftosa no Estado, o sujeito pecuarista entra em disjunção com o seu objeto (antes a vida, agora a morte do gado), não podendo mais ter acesso aos valores antes possuídos. Isso pode ser evidenciado por meio da seguinte manchete:

"Municípios temem caos econômico" (Anexo M).

Assim, a **febre aftosa** torna-se um anti-sujeito, ou seja, aquele que possui o **poder-fazer** que impossibilita a conjunção do sujeito com o seu objeto (relação eufórica). A relação de disjunção do sujeito pecuarista com o seu objeto é claramente percebida em trechos como este que aparece no Anexo M:

"Calamidade pública é a definição do prefeito de Japorã, Rubens Marinho, atordoado pela notícia da confirmação dos focos de febre aftosa na fazendas Guairá, Santo Antonio e São Benedito. Ele torceu muito para que fossem negativos os resultados dos exames que apontaram a existência da febre aftosa. Ele reclama dos 10,5 mil litros de leite que deixarão de ser processados em três laticínios do município, e teme pela dificuldade de sobrevivência de 372 famílias de pequenos proprietários rurais".

Diante disso, o sujeito pecuarista, que estava inicialmente em um estado passional satisfeito, feliz, torna-se, no decorrer da narrativa, um sujeito da insatisfação, da infelicidade, pois perde o acesso aos valores antes adquiridos. Essa perda dos valores só acontece porque há uma quebra do contrato, ou dos contratos estabelecidos entre os actantes da narrativa, ou seja, a função de destinador torna-se fragilizada, instabilizada e razão de uma perda modal (poder/fazer). Dessa maneira, o contrato é visto como uma dupla manipulação entre os dois sujeitos (pecuarista e órgãos do governo) que ajustam seu fazer em função dos valores em jogo.

Nos textos em análise, podemos observar que vários são os contratos: do gado com o pecuarista, do pecuarista com o IAGRO, do IAGRO com o governo federal, do governo estadual com o IAGRO, dos ministérios com os estados, dentre outros. Mas há, principalmente, evidenciado pelos textos do Correio do Estado uma quebra de contrato e a evidência de que a responsabilidade dessa quebra é de órgãos estaduais e federais.

Contudo, diante das normativas ressaltadas na parte inicial deste trabalho, há um contrato fiduciário estabelecido entre os actantes Pecuaristas e IAGRO, responsável pela implantação e pela fiscalização das leis estabelecidas. Assim, o sujeito pecuarista tem a responsabilidade de colocar em prática as leis estabelecidas pelo IAGRO, que tem a função de fiscalizar e de sancionar o que foi

estabelecido, como vacinação, preenchimento de guias de transporte, controle de doenças e infestações etc.

Uma vez que esses cuidados não são tomados, quebra-se o contrato, pois o rebanho não pode oferecer mais as possibilidades que antes, quando saudável, eram oferecidas. E essa mudança passional acontece, pois há um novo saber: a confirmação do 5° foco da doença no Estado, que, como já foi afirmado anteriormente, é o estabelecimento do **poder-fazer** do anti-sujeito da narrativa, a **febre aftosa**.

Com base nas colocações feitas nos textos, observa-se que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) torna-se o destinador—manipulador (que pode ser aquele que manda, que promete, incentiva, desafia, lisonjeia, seduz) do sujeito pecuarista por meio da intimidação, pois possui o **poder-fazer**, ou seja, é quem determina a ação e é construído pelos enunciados modais., que é representada inicialmente pelo sacrifício de 4,7 mil bois. O desafio maior desse **destinador-manipulador** é o **fazer-ser** que consiste no estabelecimento de um novo estado de coisas, pois põe frente a frente o **sujeito** que age (pecuarista) e o **anti-sujeito** (febre aftosa) que é resistente. Desse modo, realiza uma confrontação da qual resulta a aquisição ou a perda dos valores.

Assim, os pecuaristas tornam-se o destinatário da ação, pois representam aqueles que colocarão a ação em prática: o sacrifício dos bois. Os trechos a seguir evidenciam tal **poder-fazer** desses órgãos:

"O Ministério da Agricultura confirmou ontem a presença do vírus da aftosa em mais uma propriedade em Japorã..." (Figura 6), "MAPA confirmou outro foco em Japorã, e ainda tem duas novas suspeitas" (Anexo G).

Quando realiza a ação, ou quando realiza a *performance*: determinar o sacrifício dos animais, com o objetivo de instaurar o equilíbrio econômico inicial, o Ministério torna-se o sujeito, pois agora é manipulado pela sociedade por um dever-fazer. Nesse momento, há uma forte evidência de que o Ministério é o grande sujeito que tem o **poder-fazer**, ou seja, a ele cabe a responsabilidade de verificar, analisar e inspecionar o gado suspeito de febre aftosa e as respectivas localidades do foco.

De um lado está o **sujeito** que está diante do **dever-fazer**, aquele que o experimenta, que o sente (pecuarista), de outro, o **destinador**, fonte de prescrição que caracteriza um fazer factivo, pois **faz fazer**.

Desse modo, a narrativa se acelera e surge o lugar das sanções entre destinadores responsabilizados. Diante disso, podemos perceber que o Correio do Estado ressalta e explicita mais os órgãos estaduais e federais como os destinadores culpados da narrativa, mostrando assim a interpretação que dá ao fato noticiado.

Em alguns momentos, essa responsabilidade (**poder-fazer**) é também destinada ao IAGRO (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), o que revela a importância que o jornal Correio do Estado dá à responsabilidade incumbida a órgãos federais e estaduais para a possível resolução do caso. Isso pode ser mais bem evidenciado de acordo com os seguintes elementos textuais:

"Ministério confirma 5° foco e sacrifício de 4,7 mil bois" (Anexo G), "representantes de exportadores de carnes e seus derivados vão se reunir amanhã, em Brasília, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)", "Estarão reunidos amanhã representantes do Ministério...", "Os produtores cobraram ainda ações mais enérgicas do IAGRO, criticaram os governos e defenderam que o Ministério da Agricultura faça até a vacinação nos países vizinhos para evitar o aparecimento desse tipo de foco." (Anexo J), "O MAPA informou ontem que já foram inspecionadas, até agora..." (Anexo G), "O MAPA esclarece que os novos focos estão restritos aos limites dos municípios..." (Anexo H), "Um dos mais assediados no debate foi o diretor-presidente da IAGRO (sic), João Mauad Cavallero Crisóstomo" (Anexo J).

Essas ocorrências, que demonstram o **poder-fazer** dos órgãos públicos federais e estaduais (sacrifício dos bois, interdição de áreas, calendário de vacinação) ressaltam e confirmam também o papel de **destinador julgador** que esses órgãos assumem, pois sancionam o gado com a morte, o sacrifício; uma vez que o contrato estabelecido não é cumprido. Esse destinador da sanção, os

órgãos públicos, é dotado, de acordo com o recorte dado pelo Correio do Estado, de um saber "verdadeiro" e de um **poder fazer valer.**

Para a semiótica, há de se considerar que a veridicção é fundamentada na realidade contingente e cultural dos discursos, já que se baseia na competência modal dos sujeitos e na existência modal dos objetos.

Esse **contrato** é estabelecido por meio de um simulacro (gado sempre saudável) que o pecuarista e os órgãos públicos criam a respeito do gado, ao projetarem a existência contínua de um gado saudável, o que possibilita o acesso a todos os **valores** já mencionados; quando esse sujeito quebra o contrato, ficando doente (vida x morte), anula a possibilidade de o sujeito alcançar esses valores, por isso é sancionado negativamente: com a morte.

Uma questão que devemos ressaltar aqui é a existência de um **não-saber-fazer** do pecuarista e dos órgãos públicos federais e estaduais; pois diante do já exposto anteriormente, podemos evidenciar que a febre aftosa é um problema que pode ser "evitado" por meio da vacinação. Para isso, há a elaboração de um calendário de vacinação, realizado pelo IAGRO. O **não-saber-fazer** dos pecuaristas e dos órgãos responsáveis não permite o cumprimento desse calendário, assim é considerada, nesse nível de análise, a existência de um **saber**, mas uma impossibilidade de realizá-lo, já que há leis e decretos que instituem regras, prazos e regiões de vacinação, o que pode ser observado na Figura 2 (Referente ao calendário de Vacinação), apresentada no início deste trabalho. Dessa forma, o **anti-sujeito febre aftosa** se apropria do objeto de valor.

3.3.3 O Nível Discursivo

O jornal Correio do Estado utiliza recursos e estratégias para produzir um efeito de verdade naquilo que enuncia, com a finalidade de se mostrar comprometido com a face "real" dos fatos, fazendo crer no sentido e/ou efeito de verdade que veicula por meio da enunciação.

Todas essas observações sobre os textos selecionados, que abordam a temática da **febre aftosa**, fazem parte, na verdade, de recursos utilizados para

"fabricar" ou "produzir" um efeito de sentido sobre o que está sendo publicado, fazendo parecer "verdadeiro" e "objetivo".

Nesse nível de análise, os esquemas narrativos anteriores são convertidos em discurso. Assim, deixam suas marcas, pois projeta as instâncias da enunciação no enunciado e explicitam as relações entre enunciador e enunciado. Conforme saliente Barros (1997, p. 11), "as estruturas discursivas devem ser examinadas do ponto de vista das relações que se instauram entre a instância da enunciação, responsável pela produção e pela comunicação do discurso, e o texto-enunciado".

O que deve ser cuidadosamente analisado são os recursos utilizados pelo enunciador para minimizar e/ou camuflar essas marcas de subjetividade, com o objetivo de fazer o enunciatário crer numa suposta e inexistente objetividade e verdade veiculadas. Nesse nível, como afirma Barros (1997, p. 53):

[...] o sujeito da enunciação faz uma série de 'escolhas', de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e 'conta' ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa 'enriquecida' por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia.

Diante dessa afirmação, cabe ressaltar que um dos recursos utilizados pelo enunciador da mídia analisada, com a finalidade de produzir um efeito de sentido objetivo, é o uso dos procedimentos de discursivização: actorialização, espacialização e temporalização, ou as categorias de pessoa, tempo e espaço. Assim, percebe-se que o enunciador Correio do Estado utiliza-se de uma debreagem enunciva, pois projeta em seu discurso as instâncias de um "ele" e de um "lá". Isso pode ser percebido em vários momentos do texto, como em:

"Ministério confirma 5° foco e sacrifício de 4,7 mil bois", "As confirmações levaram as autoridades sanitárias a optar pelo sacrifício..." (Ambos da Figura 4), "O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) ainda aguarda para hoje, a confirmação de mais duas suspeitas de aftosa em Japorã." (Anexo G)

Pode-se também chamar a atenção para a utilização dos verbos nas manchetes dos textos, que, em quase todas as ocorrências, aparecem no tempo presente. Como exemplo, temos:

"Ministério confirma 5º foco e sacrifício de 4,7 mil bois" (Figura 4); "Chuva atrapalha investigação do DOF" (Anexo B); "Aftosa provoca impasse diplomático" (Anexo D), "Negócio com gado gordo fica travado", "Bahia pede saída de MS do Circuito Leste" (Ambos do Anexo E), "Chuvas impedem sacrifício" (Anexo I), "Exportadores fazem reunião", "Pecuaristas cobram ação mais efetiva" (Ambos no Anexo J), "Municípios temem caos econômico" (Anexo M), "Londres propõe até uma política rural" (Anexo P).

Tal recurso gera um efeito de atualidade e simultaneidade na edição do jornal em relação ao fato.

Outro recurso utilizado pelo enunciador para criar um efeito de verdade e de credibilidade em relação àquilo que enuncia é a debreagem de segundo grau, utilizada como discurso direto. Esse recurso proporciona ao enunciatário a "ilusão" de estar ouvindo o outro, ou ainda, de ouvi-lo como transmissor da verdade proferida no jornal.

Nesse caso, esse "outro" é fortemente representado, em meio aos textos selecionados, pelo uso das aspas demarcando o discurso das autoridades envolvidas no caso: o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e do Paraguai; diretor geral da Adab (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia, o corretor no setor pecuarista; o presidente da Assembléia Legislativa de Mato

Grosso do Sul (Londres Machado); Pedro Kemp; diretor do IAGRO etc. Esse uso pode ser percebido por meio de alguns exemplos, dentre vários:

"O comércio do boi gordo está totalmente parado. Estão sendo embarcados apenas os lotes que estavam negociados antes do anúncio da aftosa", explicou ontem o corretor Caetano Gottardi, de um escritório de compra e venda de bovinos em Dourados.' (Anexo E), "Em setembro, o leite movimentou R\$216 mil, renda que os agricultores estão perdendo", avaliou a prefeita Sandra Cassone (PT).' (Anexo M).

Levando em conta as relações entre enunciador e enunciatário, cabe ressaltar que o enunciador tem como objetivo persuadir e convencer o seu enunciatário por meio de um jogo de manipulações, em que tem como objetivo principal fazer crer naquilo que enuncia. Diante disso, torna-se interessante explicitar o que Fiorin (2004, p. 29) afirma:

[...] não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma 'visão de mundo', ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.

Portanto, considerando que todo conhecimento está comprometido com os valores sociais, cabe salientar que o discurso veiculado e/ou produzido pelo Correio do Estado utiliza-se de alguns procedimentos argumentativos a fim de convencer o leitor de que é comprometido com a verdade. O primeiro deles é o argumento por ilustração e isso poder ser claramente evidenciado quando o enunciador relaciona os municípios afetados pela febre aftosa e as "reais" conseqüências desse fato (dados estatísticos, número de mortes, abates, sacrifício dos animais, interrupção do abate, paralisação dos frigoríficos, queda na

economia dos municípios, entre outros). Esse argumento é utilizado com a finalidade de dar mais veracidade ao "fato" noticiado, de **fazer-crer** que aquilo que é noticiado é verdadeiro, real, como aparece nos fragmentos de textos:

"... acrescentou, citando que a arroba do boi gordo estava sendo negociada a R\$55, antes do problema sanitário. [...] Estamos pagando hoje R\$ 45 a arroba, explica." (Anexo E), "O MAPA informou ontem que já foram inspecionadas, até agora, 754 propriedades nos dois focos, sendo 532 no município de Eldorado, onde exames laboratoriais confirmaram dois focos de febre aftosa." [...] (Anexo G).

Tais dados produzem no enunciatário uma percepção da dimensão do fato, causando uma sensação de verdade e comunicação eficiente, ou seja, uma comunicação feita por meio de um veículo comprometido com a verdade dos fatos, dos dados "reais" e que tem a responsabilidade de levar até o enunciatário todas as informações de que necessita, tornando-o um leitor informado de todos os acontecimentos relevantes.

Há também de se evidenciar, nesse processo argumentativo e persuasivo, em relação ao sentido que se quer produzir, a concretização dos temas abordados por meio de figuras. Nesse caso, o Jornal Correio do Estado figurativiza a riqueza, a economia estável com a presença do gado saudável. E a pobreza, a decadência, o caos econômico do Estado que é pecuarista, por meio do gado doente, com a febre. Esse recurso cria um efeito de verdade, pois constrói um simulacro da realidade, representando elementos concretos que fazem parte do mundo real.

Diante disso, observam-se os diferentes recursos utilizados pelo Jornal Correio do Estado a fim de produzir um discurso que ressalta o **poder-fazer** dos órgãos públicos, mas não ressalta o **poder-fazer** dos pecuaristas que estão diretamente comprometidos com as responsabilidades de prevenção do foco da doença por meio da vacinação e do cumprimento de um calendário instituído pelo

IAGRO. Dessa forma, pretende atingir o enunciatário pecuarista, por meio de um efeito de realidade e de verdade. Pois, segundo Pêcheux (1997, p. 160):

As palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

O Jornal em questão consegue, com o uso de recursos como: o uso da 3ª pessoa, do tempo **lá**, da argumentação por ilustração, da figurativização e da tematização, persuadir o enunciatário, levando-o a crer que o que é enunciado é real, verdadeiro e objetivo.

Desse modo, de uso dessas estratégias, o Jornal produz um discurso que não é neutro, pois segundo Fiorin (2004, p. 35):

O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

Dessa forma, o Jornal Correio do Estado, pelos discursos já assimilados e reproduzidos, dá importância considerável ao fato, levando o enunciatário a acreditar que a responsabilidade, ou o **poder-fazer**, é direcionada aos órgãos públicos, federais ou estaduais, uma vez que os textos dão grande destaque às autoridades que estão direta ou indiretamente ligadas à **febre aftosa** no Estado, destacando as explicações dadas ou os questionamentos feitos por meio do discurso direto usado no texto.

O discurso produzido pelo Correio do Estado, nos textos selecionados, é o discurso de uma sociedade que não tem mais acesso a determinados valores

oportunizados pela economia crescente do setor pecuarista e que se torna responsabilidade dos órgãos públicos resolver a questão, ou seja, os órgãos têm a responsabilidade de erradicar os focos da **febre aftosa**, ou ainda, de eliminar os problemas causados pelo foco da **febre aftosa** por meio do abatimento do gado, já que não se menciona a questão da vacinação como ação de prevenção da doença.

A economia crescente, possibilitada por meio da exportação de carne, não só do Estado, mas também do país, com a crise estabelecida pelo surgimento dos focos da **febre aftosa**, no momento de crise, indisponibiliza o status do Estado de ser um dos maiores exportadores de carne do país, o que gera uma busca por uma solução do problema e com isso a "identificação" ou a indicação de quem teria esse poder-fazer, esse encontrar a solução e restabelecer o equilíbrio inicial. Com isso, o Correio poupa o ator "fazendeiros" e identifica o ator "governo" como o responsável pelo problema da aftosa, pois é ele que, como vimos no nível narrativo, é construído como sujeito performador competente, aquele que tem o poder-fazer necessário para a performance de vacinação. Para o Correio do Estado, o ator fazendeiro seria uma ator despossuído desse poderfazer e, portanto, não responsável pela falta de vacinação e a consequente contaminação do gado. O Correio evita construir os sujeitos fazendeiros como detentores do poder-fazer e do dever-fazer imposto pela lei, no nível narrativo, e, no nível discursivo, evita apresentá-los no papel do irresponsável ou infrator da lei. Os fazendeiros seriam como que vítimas do abandono do poder central.

3.4 O Plano de Expressão

É bastante comum a presença de uma padronização na comunicação impressa ao unir títulos, fotos e ilustrações. Os elementos visuais funcionam como uma espécie de prova, pois têm a intenção de reproduzir o que é entendido como "realidade". A 1ª página da publicação de análise demonstra exatamente isso. A foto tem, em sua totalidade, a função de representar o "real", o fato como é demonstrado. Os sentidos que se pretende dar ao que é evidenciado por meio da

foto é o sentido de **realidade** e que o jornal tem o compromisso com a **verdade**, pois pode comprovar por meio do visual (foto) o que afirma em palavras. O que realça ainda mais essa característica (efeito de realidade) é o uso de uma fotografia e não apenas de uma ilustração.

Analisemos agora o plano da expressão da 1ª página do Jornal Correio do Estado, edição 16.046, ano 52, de quarta-feira de 19 de outubro de 2005.

Para uma melhor visualização, preferimos reproduzir as seguintes figuras, já apresentadas anteriormente:



Figura 5: 1ª página da edição 16.046, ano 52, de quarta-feira de 19 de outubro de 2005.

No nível topológico, nota-se uma busca de simetria dos elementos, pois a figura ocupa pelo menos metade do espaço da página de publicação e acaba se

impondo como o mais importante elemento. Na 1ª página, podemos evidenciar a existência de uma imagem que representa o caos anunciado na parte verbal, pois materializa a crise por meio da representação de um depósito frigorífico abarrotado de carne. Há também que se evidenciar o modo como esses elementos estão dispostos: de forma assimétrica, o que nos causa a idéia de desordem, abandono, crise, como pode ser percebido na figura abaixo.



Figura 6: Recorte da 1ª página da edição em análise

Na figura reproduzida a seguir, temos também uma determinada ordem em relação à importância dada à parte verbal e à não verbal, que acabam por representar certa simetria, já que se apresentam em uma mesma proporção. Nota-se também, nessa página, que a foto representa o caos instaurado pela

doença, já que demonstra um dos maiores frigoríficos do estado, BOIFRAN, praticamente parado.



Figura 7: Recorte da página 14a da edição em análise

Em toda a extensão das notícias, percebemos que o verbal e o não- verbal são bastante simétricos, já que o que se pretende é "comprovar" as afirmações feitas por meio de fotos e ilustrações.

Na categoria **cromática**, também temos uma utilização de cores quentes e frias, de monocromatismo e policromatismo, de claro e escuro, de brilhante e opaco. As cores utilizadas constroem os efeitos que são pretendidos pelos enunciadores. Na 1ª página, podemos observar que há uma certa luminosidade

que evidencia os produtos que lotam o frigorífico, em contraste com um fundo preto, escuro, o que possibilita estimular a atenção do leitor e também dramatizar o seu significado, tornando-o mais importante e dinâmico.

Quanto à categoria eidética, a categoria das formas, consideramos os blocos tipográficos como um jogo de formas assimétricas, já que há uma mistura de formas retangulares, circulares e quadradas.

Quanto ao que se refere às relações semi-simbólicas, cabe ressaltar que os tipos gráficos, na mídia, nunca são mero suporte da parte verbal, pois são pensados com a finalidade de criar efeitos de sentido diferenciados. Na 1ª página selecionada, a forma das letras - mais grossa, densa - do plano de expressão se relaciona com efeitos de dramaticidade e seriedade do plano do conteúdo. De maneira geral, temos, nos textos analisados uma relação de estabilidade x instabilidade, de continuidade x descontinuidade, que se relacionam. A estabilidade, representada no plano do conteúdo pelo pecuarista em conjunção com o seu objeto (gado saudável), é mostrada, no plano da expressão, como a ausência de cor e contrastes (fundo mais escuro na 1ª página). Já a instabilidade do plano do conteúdo, marcada pelo surgimento do Foco da **febre aftosa** (*antisujeito*), é representada pela fusão de cores que acontece em todas as fotos nas notícias.

Dessa maneira, temos um outro modo de ver o mundo, pois há um rompimento de estereótipos, já que o preto (cor escura na 1ª página) cor que marca o luto, a instabilidade, marca ali a estabilidade, e o colorido, geralmente associado à alegria, portanto à estabilidade, causa exatamente o efeito oposto, pois representa toda a situação de caos vivida.

Após essa primeira análise, vamos, no próximo capítulo, para a segunda, que terá como foco a edição 27.953, da Folha de S. Paulo.

CAPÍTULO IV: A ANÁLISE DA EDIÇÃO 27.953 DA FOLHA DE S. PAULO

Este 4º capítulo será destinado à análise da produção de sentido da edição nº 27.953, ano 85, de sexta-feira, 14 de outubro de 2005, da mídia impressa "Folha de S. Paulo". Assim como ocorreu durante o processo de análise da edição do Correio do Estado, também ocorrerá o processo de análise desse meio de comunicação, ou seja, pretendemos evidenciar uma possível estrutura comum verificada na chamada de 1ª página e nas matérias que compõem o bloco de significação textual. Durante o processo de análise, ocorrerão também determinadas comparações entre as afirmações feitas em cada um dos veículos, a fim de identificar as diferenças e ou semelhanças nos discursos analisados.

4.1 A edição em análise



FIGURA 8: 1ª página da Folha de S. Paulo.

Iniciaremos nosso estudo por meio da verificação detalhada da edição 27.953, ano 85 de 14 de outubro de 2005. Durante o processo de escolha da publicação, levamos, inicialmente, em conta, o fato de que a edição foi publicada dentro do período estabelecido para análise — outubro de 2005 a maio de 2006. Dois outros fatores que determinaram que edição seria analisada foram o fato de a data de publicação da Folha de S. Paulo ser bastante próxima da data de publicação do Correio do Estado, o que possibilita analisá-las diante de um mesmo contexto e também por ser uma das edições que deram maior importância ao fato, já que o número de matérias é bastante superior aos apresentados em outras edições desse mesmo jornal.

Examinaremos detalhadamente, de início, a 1ª página do jornal, ou seja, a capa, já que é a 1ª parte observada por qualquer leitor. Ao se fazer uma observação bastante superficial e completamente "visual", percebe-se a diferença entre uma publicação e outra. Enquanto o Correio do Estado dá um grande destaque ao assunto da Febre Aftosa, a Folha de S. Paulo o faz de maneira bastante diferente, já que o espaço destinado à chamada é bem menor. Isso pode ser observado por meio das Figuras 9 e 10 abaixo representadas.



Figura 9: 1ª Página da Folha de S. Paulo



Figura 10: 1ª Página do Correio do Estado

Essa simples comparação evidencia a importância dada ao tema Febre Aftosa em cada um dos jornais. Isso pode também ser percebido com a utilização do verbal e do não-verbal nas primeiras páginas. Enquanto o Correio do Estado utiliza um bloco de significação que ocupa praticamente metade da 1ª página, a Folha de S. Paulo não se utiliza desse recurso. Isso pode ser resultado da postura adotada em cada um dos veículos, já que esta é de caráter nacional e aquela de caráter estadual. Assim, o fato toma maior proporção no jornal estadual, uma vez que os focos da Febre Aftosa incidem em Mato Grosso do Sul. Isso pode também ser fator determinante na diferença do número de publicações de cada mídia. O Correio do Estado fez circular 36 edições em que a 1ª página tivesse o destaque da Febre Aftosa, enquanto que a Folha de S. Paulo, apenas 17, ou seja, menos da metade.

A capa da Folha de S. Paulo evidencia de maneira tímida o problema da Febre Aftosa, já que o destaque maior se dá em relação aos problemas políticos do país, com a seguinte manchete: "Petistas cassáveis vão recorrer ao STF".

Apesar de a chamada sobre a Aftosa ser bastante discreta, ela acaba tendo dimensão proporcional às outras chamadas que compõem a 1ª página, já que utiliza um espaço de mesma proporção que as demais. Dessa forma, ela é complementada com 12 matérias distribuídas nas páginas B1, B3 e B4 e que se encontram representadas por meio dos seguintes anexos a este trabalho:

Anexo Q: Primeira Página do Jornal Folha de S. Paulo

Anexo R: Página B1

Anexo S: Matéria constituinte da página B1

Anexo T: Matéria constituinte da página B1

Anexo U: Matéria constituinte da página B1

Anexo V: Página B3

Anexo X: Matéria constituinte da página B3

Anexo Z: Matéria constituinte da página B3

Anexo AA: Matéria constituinte da página B3

Anexo BB: Matéria constituinte da página B3

Anexo CC: Página B4

Anexo DD: Matéria constituinte da página B4

Anexo EE: Matéria constituinte da página B4

4.2 A Chamada de 1ª página

Lula nega falta de verba para combate à aftosa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contestou afirmação do ministro Roberto Rodrifoco ao dono da propriedade.

Rodrigues afirmou que negocia com a área econômica a liberação de R\$ 78 milhões em gues (Agricultura) e disse que "razão da emergência". Até não faltaram verbas para com-anteontem, mais de 70% da bate à febre aftosa, que atingin verba antorizada no Orçameno rebanho de uma fazenda em to de 2005 e gasta na erradica-Eldorado (MS). Lula atribuiu ção da febre aftosa destinou-se parte da responsabilidade pelo ao pagamento de passagens e diárias de viagens.

Figura 11: Chamada de 1ª página da Folha de S. Paulo.

Uma estrutura comum pôde ser identificada após a leitura e a análise interpretativa dos textos e dos dados que posteriormente foram transformados em informações. Desse modo, tornou-se possível identificar o processo de produção de sentido utilizado pelo enunciador; esse processo, ou ainda, estratégia, será explicitada por meio da análise das informações em três níveis do percurso gerativo de sentido: o fundamental, o narrativo e o dissertativo.

4.3 O Plano do Conteúdo

4.3.1 O nível Fundamental

O Nível Fundamental, como já foi exposto anteriormente, é o das estruturas fundamentais; nível em que as oposições semânticas mínimas determinam ou constroem o sentido.

Os textos publicados pela Folha de S. Paulo apresentam a oposição **semântica** vida *versus* morte do gado.

Essa oposição (vida x morte) representa um estagio inicial **eufórico**, em que o **sujeito** Governo está conjunto com o seu **objeto** representado pela vida do gado. Posteriormente esse mesmo sujeito passa a um estado de disjunção ou **disfórico** em que a relação existente entre ele e o **objeto** é **disjunta**, ou seja, de separação.

Nos textos da Folha, esse estágio inicial de conjunção pode ser percebido de diferentes maneiras, por meio dos seguintes trechos:

"Ele informou à Folha que em 2004 o país importou mais de 35 mil toneladas de carne brasileira, metade do total proveniente de MS e PR" (Anexo EE); [...] O Brasil não é qualquer um quando se trata de produzir carne. É o primeiro, é o principal [exportador mundial]"; [...] "Ele lembrou que o rebanho brasileiro tem 200 milhões de cabeças, mais do que a população (186 milhões)"; "...o primeiro mundo da pecuária brasileira"; "os maiores exportadores de carne do país..."(Anexo S), "Rússia é o maior comprador do Brasil" (Anexo EE).

No momento em que ocorre a **disforia**, ou seja, a **disjunção** do **sujeito** com o seu **objeto** (gado), estabelecida por meio da morte causada pela falta de recursos do Governo, há a evidência de vários trechos que ressaltam tal mudança. Dentre eles, podemos destacar:

"O foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul trouxe uma paralisação geral ao mercado, afetando até os setores de avicultura e de suinocultura. Frigoríficos saíram do mercado de compras, e pecuaristas, mesmo com demanda por redes varejistas, não conseguiram vender.", (Anexo DD). "Aftosa deve contaminar a inflação, prevê Fipe"; "Os efeitos do foco de febre aftosa, ocorrido em Mato Grosso do Sul nesta semana, ainda não estão muito claros sobre os preços da carne bovina aos consumidores, mas devem afetar os índices de inflação no país.", (Ambos do Anexo FF). ' "Os reflexos [do foco de aftosa] são tremendos", afirmou Rodrigues [...]', (Anexo S). "Preocupado com a repercussão internacional negativa do foco de febre aftosa, Lula pediu ajuda ao primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates,

para que intercedesse na União Européia a fim de suspender o veto à compra de carne bovina do Brasil.", (Anexo S); "Mais de 30 países já têm restrições às importações de carne brasileira", "Vendas para os países que declaram o embargo de carne bovina in natura, em 2004", (ambos do Anexo EE).

Em todo o decorrer das matérias, observamos uma maior importância dada à disjunção do sujeito Governo do seu objeto que é a vida do gado. Dessa forma, verificamos que a oposição semântica entre vida x morte é representada por um mercado pecuarista desenvolvido, crescente, e baseado em um volume bastante considerável de exportação. Esse volume pode ser percebido por meio das informações contidas no Anexo EE, em que é relacionado o acúmulo em milhões de dólares até setembro de 2005:

A Rússia é o maior importador de carne *in natura,* com 406,1; o Egito com 205,2; a Holanda com 154,9; o Reino Unido com 153,9; o Chile com 136,6; a Itália com 121,3; a Argélia com 74,9; a Alemanha com 66,1; a Bulgária com 56,6 e a Espanha com 46,8 milhões de dólares.

Essa situação é oposta à enfrentada após a disjunção, pois o país perde o status de grande exportador e passa a sofrer embargos de mais de trinta países; conforme ressaltado no mesmo anexo com maior destaque: "Mais de 30 países já têm restrições às importações de carne brasileira".

4.3.2 O Nível Narrativo

Nas matérias da Folha de S. Paulo, no **nível narrativo** do percurso gerativo de sentido, como o caso da Febre Aftosa no Estado de Mato Grosso do Sul é construído? Nos textos examinados, temos a narração da transformação de um estado em outro pela ação de um **sujeito**: a Febre Aftosa. Nesse nível de análise, o **sujeito** "Governo" inicialmente está representado pela **conjunção** com o **objeto** (vida do gado/gado saudável) que possibilita o contato com vários valores, como: economia crescente, status de país como um dos maiores exportadores de carne *in natura*, as boas negociações, um estado econômico estável e em progresso.

Diante do surgimento de novos focos da Febre no MS e consequentemente do questionamento sobre o funcionamento dos programas governamentais de erradicação da Febre Aftosa, o **sujeito** Governo entra em disjunção com o seu objeto, não podendo mais ter acesso aos valores antes possuídos. Isso pode ser percebido diante dos seguintes trechos:

"As reclamações de falta de verba colocaram a origem do problema no colo do governo, já que a restrição fiscal para o controle sanitário poderia estar por trás do foco da doença, segundo avaliação do Ministério da Agricultura." (Anexo T)

"Ele afirmou que o surgimento de um foco da doença em Eldorado é reflexo da retirada das barreiras fixas da fronteira como o Paraguai há dois anos, em 2003."

Assim, a Febre Aftosa é o **anti-sujeito** de um dos percursos da narrativa, pois detém o **poder-fazer** que impossibilita a **conjunção** do **sujeito** com o seu **objeto**, o que vai provocar, como veremos, uma cadeia de outras disjunções, a catástrofe.

Diante dessas colocações, o **sujeito** Governo representado pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva estava, de início, em um estado passional satisfeito, feliz, torna-se um sujeito da insatisfação, da infelicidade. A mudança de um estado de coisas, a perda do **poder-fazer**, representado pelo

rebanho sadio, acarreta mudanças de estado de alma. Essa insatisfação acontece porque há uma quebra do contrato fiduciário entre as instâncias governamentais federais, estaduais, municipais e particulares. O contrato se apresenta por meio da relação entre o gado e o próprio presidente representados pela economia exportadora.

Desse modo, antes do rompimento do contrato, o gado, por meio dos cuidados e/ou medidas politicamente asseguradas, permanecia em estado de saúde plena e, consequentemente, possibilitava grandes oportunidades de crescimento da economia, tanto no âmbito nacional quanto internacional e a tranquilidade geral.

A partir do momento em que o temido **anti-sujeito** surge e se instala nos rebanhos, causando disjunção do gado com a saúde e a vida e, consequentemente, a disjunção das instâncias governamentais e particulares com os culpados pela quebra de contrato: quem teria falhado no cumprimento das medidas ou performances previstas para cada envolvido, para evitar o mal? As medidas (programas de erradicação e combate ao foco da febre, com atribuições específicas para cada sujeito envolvido no contrato) não são tomadas e, assim, quebra-se o contrato e o rebanho não pode mais oferecer o que antes oferecia por meio da vida saudável, ficando a mercê do inimigo, o vírus que se instala.

Essa transformação acontece, portanto, pelo fato de existir um novo **saber**, ou **poder-fazer** do **anti-sujeito**, o vírus, que se instaura ou por incompetência das instâncias encarregadas da performance de proteção do gado ou da performance da vacinação. Surge então na narrativa, vários sujeitos com possibilidades de serem responsabilizados e que vão merecer maior ou menor foco, conforme os interesses do jornal. Todos esses sujeitos, diante dos efeitos de catástrofe, agem, não como sujeitos que respondem pelas suas ações,mas como destinadores sancionadores de outros sujeitos que interpretam como culpados. A narrativa torna-se, assim, palco de trocas de sanções. Como pode se perceber nos trechos seguintes:

"A identificação dos responsáveis pelo problema tem se tornado um 'jogo de empurra' entre governo e pecuaristas brasileiros. Ontem, o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que o responsável pelo gado é 'o dono do rebanho'." (Anexo EE), "O Presidente Luís Inácio Lula da Silva disse ontem que não faltaram recursos para o combate à febre aftosa, culpou em parte os fazendeiros pelo foco da doença em Mato Grosso do Sul, mas também afirmou que não isentaria o Brasil de responsabilidades. Além da responsabilidade de o governo fiscalizar, o primeiro responsável pela vacinação do rebanho é o proprietário. Ele sabe que precisa fiscalizar [vacinar] porque aquilo é o seu patrimônio, seu ganha-pão. Portanto, ele tem de cuidar. Quem age com irresponsabilidade é o proprietário, afirmou." (Anexo S).

"As reclamações de falta de verba colocaram a origem do problema no colo do governo, já que a restrição fiscal para o controle sanitário poderia estar por trás do foco da doença, segundo avaliação do Ministérios da Agricultura." (Anexo T)

É preciso lembrar que, sobre esses destinadores que se digladiam, há um destinador-manipulador maior, pelo poder-fazer que tem, representado pela EU (União Européia), entidade constituída por 25 países membros, portanto, um dos principais mercados compradores da carne bovina *in natura* brasileira

Quando o sujeito Governo realiza a *performance* que é a liberação de verbas para combater o Foco, com o objetivo de estabelecer o equilíbrio econômico e o *status* de grande exportador de carne, o *pecuarista* torna-se o grande **sujeito do fazer**. Ele é o sujeito do poder-fazer e também do dever-fazer, imposto pela lei (intimidação) que o obriga a realizar parte das atribuições da performance de preservação da saúde do gado. Isso acontece porque ele, como

criador, está envolvido no contrato que rege a atividade pecuarista, é o responsável pela vacinação do rebanho, bem como pelo cumprimento de um calendário e entrega de guias de transporte do gado, itens já expostos no início do trabalho.

Num outro momento, o sujeito pecuaristas surge desmembrado em dois tipos de sujeitos: os cumpridores do dever-fazer e os desobedientes e, os proprietários que vacinam aparecem assumindo o papel de destinadores sancionadores dos colegas descumpridores da lei e pedindo punição para eles por meio de uma lei mais dura, que por sua vez, dependeria, não do presidente do Brasil, mas do Congresso. Vejamos a seguinte afirmação nesse mesmo anexo:

"Lula lembrou que grandes criadores pediram que o governo tente acelerar a aprovação do Congresso de um projeto de lei que pune 'de forma exemplar' o proprietário que não vacinar o seu gado. <u>A pena é ficar sem</u> financiamento público para o negócio por três anos".

Na mesma página, a Folha, de uso do discurso indireto, ainda ressalta outra afirmação, feita pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva:

"Disse que numa escala de hierarquia, o proprietário deveria ser responsabilizado primeiro, porque a criação de gado é 'o seu patrimônio, o seu ganha-pão'. (Anexo S).

Nasd reportagens da Folha, diante de todas essas colocações que se repetem no decorrer dos textos, observa-se que os **pecuaristas** sao representados como os sujeitos 'responsáveis' por todo o transtorno causado pelo surgimento do foco da Febre Aftosa e pela catástrofe, pois possuem o poderfazer, os recursos repassados pelo governo, e o dever-fazer já que, por lei que rege a pecuária, cabe a ele o cumprimento de um calendário de vacinação e entrega de guias de transporte do gado.

Essas ocorrências que evidenciam o **poder-fazer** dos pecuaristas (vacinação, controle do rebanho) ressaltam e confirmam uma posição explicitada

pelo meio de comunicação, pois o jornal Folha de S. Paulo coloca de maneira mais enfática essa responsabilidade dos pecuaristas. Há também em outros momentos um **poder-fazer** destinado ao governo (presidente) e aos órgãos competentes, mas isso acontece de maneira mais tímida, na medida em que a Folha instala no seu número de sujeitos sancionados, sujeitos dados como reais e outros fantasmagóricos ou da ordem da suposição. Tais observações podem ser percebidas nos trechos seguintes. Vejamos o primeiro:

"Para conselho, defesa estadual é falha", (Anexo Z); "Stedile culpa governo por omissão", (Anexo BB); "O Ministério da Agricultura não comentou a declaração de Lula, mas o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Ronaldo Caiado (PFL – GO), a definiu como típica fuga de responsabilidade." (Anexo S); "As afirmações fazem parte da estratégia do governo para contornar a crise, tirando a culpa da área econômica e dividindo a responsabilidade pelo ocorrido com produtores." (Anexo X).

Vemos que o conselho sanciona a defesa estadual como culpada; Estédile, chefe do movimento Sem-Terra sanciona o governo; Caiado, representante dos pecuaristas sanciona Lula e, por sua vez, Lula sanciona os criadores. E essa estratégia prossegue, conforme podemos ver em um segundo fragmento, que ressalta a questão da vacina:

- Especialistas da área não descartam a possibilidade de problemas na vacina ou no processo de vacinação do gado.
- Questões como qualidade na fabricação da vacina, certificação e validade do lote, armazenamento e transporte corretos pelo produtor estão dentre as possíveis causas para o aparecimento do foco."

Nesse fragmento, surgem outros sujeitos sancionadores e sancionados: os especialistas responsabilizando a vacina (fabricantes) e o processo de vacinação (técnicos vacinadores), os certificadores de validade de vacinas, os

transportadores, os responsáveis pelo armazenamento. Em um terceiro fragmento, aparecem outros responsáveis: "Entre suspeitas por foco, estão falha em vacinação, mutação de vírus, gado contrabandeado e contaminação em terras do MST" — os aplicadores da vacina, o próprio vírus portador de um poder-fazer mutante e superior ao saber das autoridades sanitárias; os contrabandistas de gado.

No discurso do jornal Folha de S. Paulo observa-se que apesar da culpa pode recair, também, sobre a existência de um **não-saber-fazer** do pecuarista e dos órgãos públicos estaduais envolvidos, fica evidenciada a culpa dos fazendeiros pecuaristas, uma vez que esses são definidos como sujeitos do **poder-fazer e do dever-fazer.** No fragmento a seguir, Anexo S, observa-se que a Folha de S. Paulo toma essa posição, colocando em cena um destinador sancionador de maior prestígio, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que reforça a responsabilidade dos pecuaristas pela não realização da performance de vacinação prevista:

"[...] Segundo ele, com R\$0,80 por vacina, seria barato vacinar um rebanho desse tamanho. Disse que, numa escala de hierarquia, o proprietário deveria ser responsabilizado primeiro, porque a criação de gado é 'o seu patrimônio, o seu ganha-pão'."

Considerando o prestígio desse destinador sancionador e mesmo o maior espaço dado à sua ação de fala, comparado com os demais sujeitos sancionadores, representados até mesmo como fantasiosos no apontamento de culpados, fica patente os fazendeiros como culpados, como não cumpridores de um dever.

"O controle da vacinação contra a febre aftosa é feito pela apresentação à lagro das notas fiscais de compra de vacinas e do CT-13 (documento com o número do animal abatido, sexo e idade. Conforme o presidente da agência, João Crisóstomo Cavalhero, já houve a exigência de entregar os frascos das vacinas. Bacha, do CRMV, afirma que o órgão se manifestou contrário à

alteração assim que o anúncio foi feito. De acordo com ele, alguns proprietários rurais comprovam a compra da vacina, mas não chegam a imunização."

Se o Jornal Correio do Estado coloca os pecuaristas como sujeito da não performance de vacinação do gado, a Folha de S. Paulo os apresenta como sujeitos do **poder-fazer** e que só não cumpre o dever de casa por que não assumem o **dever-fazer** previsto em contrato.

4.3.3 O Nível Discursivo

Todo meio de comunicação, com a finalidade de produzir um efeito de verdade naquilo que enuncia, utiliza-se de estratégias e recursos que demonstram o seu compromisso com a **verdade**, com a face **real** dos acontecimentos. Isso se dá pelo fato de o veículo impresso ter como objetivo principal **fazer** o leitor **crer** no sentido veiculado por meio da **enunciação**.

As estratégias, utilizadas pela Folha de S. Paulo, também fazem parte de um significativo grupo de recursos utilizados para fabricar ou produzir um efeito de sentido que faz a informação parecer verdadeira.

Nesse nível, que é o discursivo, os esquemas narrativos anteriores são convertidos em discurso por meio de um sujeito da enunciação. Isso faz com que o **enunciador** Folha de S. Paulo deixe as suas marcas no discurso, pois projeta as instâncias da enunciação no enunciado; situação em que as relações entre enunciador e anunciado são evidenciadas.

O objetivo principal desse tipo de análise é explicitar os recursos e as estratégias que a Folha de S. Paulo utiliza para minimizar as marcas de subjetividade em seu discurso. É por meio da análise do nível discursivo que se pretende evidenciar como o sentido é produzido para que o **enunciatário** creia numa suposta e inexistente objetividade e verdade veiculada.

Um dos primeiros recursos utilizados por um veículo de comunicação para minimizar essas marcas é o procedimento de **discursivização**, representados

pela actorialização, espacialização e a temporalização. Ou seja, as categorias de pessoa, tempo e espaço.

No jornal Folha de S. Paulo, observa-se o uso de uma debreagem enunciva, já que projeta em seu discurso o uso do **ele** e de um **lá**. Essa característica, ou ainda estratégia, é percebida em vários momentos do texto, podendo ser exemplificada diante dos seguintes trechos:

"Lula nega falta de verba para combate à aftosa" (Anexo S); "Apuração inclui até hipótese de bioterrorismo", "O governador do Mato Grosso do Sul, José Orcílio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, estimou que..." (ambos no Anexo V); "Stedili culpa governo por omissão" (Anexo BB); " 'Guerra de barreiras' entre os Estados tumultua mercado" (Anexo DD); "Ministro diz que negocia liberação de U\$78 milhões" (Anexo S).

Esses exemplos nos mostram como esse tipo de mídia produz sentido naquilo que enuncia. O uso da terceira pessoa mascara a subjetividade presente nos enunciados dos textos da Folha de S. Paulo. Além dessa estratégia, os exemplos também nos mostram o uso dos verbos, na grande maioria, no tempo presente: **nega, inclui, culpa, tumultua, negocia...** Esse uso tem como finalidade produzir um sentido de **atualização** e **simultaneidade**, já que o tempo é o presente, dando o sentido de que aquilo que é enunciado é **atual**. Portanto, a Folha de S. Paulo **faz-crer** que é um veículo de comunicação atual, que enuncia os acontecimentos mais recentes, tornando o enunciatário um sujeito atualizado, globalizado e atual.

Um recurso bastante utilizado pela Folha de S. Paulo é a debreagem de segundo grau, que se utiliza do discurso direto com a finalidade de que o enunciatário creia na verdade proferida, já que essa estratégia propicia a "ilusão" de que o que está sendo produzido é a expressão da verdade, é uma forma de fazê-lo ter a sensação de que está ouvindo o outro. Ou seja, diante do uso desse recurso, o jornal leva o enunciatário a crer que é dado aos lados envolvidos, no processo da enunciação, o direito de se pronunciar. Essa estratégia pode ser percebida diante da reprodução das "falas" de diversas autoridades relacionadas

ao assunto (Presidente, ministro, pecuaristas, responsáveis pelos órgãos de fiscalização sanitária animal etc).

Tal recurso é fortemente marcado pelo uso das aspas, em vinte e quatro ocorrências em toda a publicação, iniciando pela primeira página e incluindo as matérias que compõem o todo do texto.

Dessas vinte e quatro ocorrências, oito são discursos ou "falas" do presidente Luís Inácio Lula da Silva, autoridade máxima do país. Essas ocorrências, apresentadas no texto, demonstram determinadas **vozes** no discurso, vozes que indicam as maiores autoridades do nosso país e também as de outros países, no que se refere à área política e à área da pecuária.

Desse modo, falas do Presidente da República (Lula), do Ministro da Agricultura (Roberto Rodrigues), do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara (Ronaldo Caiado), do Presidente do CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária do MS - (Roberto Bacha), do líder do MST (João Pedro Stedile), da pecuarista (Marina Vezozzo), do Diretor Presidente do IAGRO (João Crisóstomo Mauad Cavalhero), do Secretário de Agricultura de São Paulo (Duarte Nogueira), do Governador de São Paulo (Geraldo Alckmin), do porta voz da EU - União Européia - (Thetis Georgiadou), do porta-voz do Defra - Departamento de Meio-Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais (Warwick Smith), do Coordenador da FIPE - Fundação Institucional de Pesquisas Econômicas (Paulo Pichetti) evidenciam a amplitude dada ao fato pela Folha de S. Paulo. Essas vozes demonstram não apenas a importância do fato, mas principalmente a proporção que o mesmo toma, que é não somente de caráter nacional, mas internacional. Portanto, o fato deixa de ser uma questão do estado do Mato Grosso do Sul para ser uma questão nacional com repercussão internacional.

Reproduzimos, na seqüência, alguns exemplos desse uso da debreagem de segundo grau:

"Os reflexos [do foco de aftosa] são tremendos", afirmou Rodrigues, [...]" (Anexo S). "Além da responsabilidade de o governo fiscalizar, o primeiro responsável pela vacinação do rebanho é o proprietário. Ele sabe que precisa fiscalizar [vacinar] porque aquilo é o seu patrimônio, seu ganhapão. Portanto, ele tem de cuidar. Quem age com irresponsabilidade é o

proprietário, afirmou." (Anexo S). (reprodução do discurso do Presidente da República) ' "Só em Japorã, temos cerca de 200 cabeças de gado. Se o caso da Fazenda Santo Antonio [onde há suspeita de aftosa], que fica naquele município, for confirmado, vamos nos manifestar sobre o caso", diz o coordenador do MST.' (Anexo X)

Diante das relações entre **enunciador** e **enunciatário**, torna-se interessante explicitar que aquele tem como objetivo principal persuadir e/ou convencer este por meio de um jogo de manipulações para que se creia naquilo que enuncia. E isso se dá por meio do uso de procedimentos ou estratégias argumentativas.

A Folha de S. Paulo também se utiliza do **argumento por ilustração**, pois explicita dados bastante importantes sobre o fato, como: índice de inflação fornecidos pela Fipe, relação de países que embargaram a carne brasileira, valores em moeda de exportação da carne, número do rebanho brasileiro.

Esse recurso produz no enunciatário (leitor) uma sensação de **verdade**, de **objetividade** em relação àquilo que enuncia. Também causa uma sensação de que é um jornal comprometido com a verdade dos fatos e é responsável pelas informações que veicula, já que informa o leitor de todos os acontecimentos que julga importantes para a sociedade. Essa estratégia pode ser verificada em vários momentos do bloco de significação, sendo reproduzidos alguns exemplos a seguir:

"Mais de 30 países já têm restrições às importações de carne brasileira"; "Exportações brasileiras de carne bovina 'in natura', no acumulado deste ano até setembro, por países, em U\$\$ milhões" (ambos do anexo EE).

Durante esse processo argumentativo e persuasivo, há também de se evidenciar o recurso da figurativização, centrado, principalmente, na concretização dos temas abordados por meio das figuras. Diante desse processo, pode-se relacionar, no Jornal Folha de S. Paulo, a figurativização da riqueza por

meio do volume de carne exportada e pelo rebanho brasileiro; e também figurativiza a pobreza, a crise, por meio da representação do caos econômico com proporções internacionais instaurado pela presença de um gado doente, com febre aftosa. Essa figurativização cria um efeito de verdade, pois constrói um simulacro da realidade por meio de elementos concretos do mundo real.

A análise desses recursos possibilita explicitar além do **poder-fazer** dos órgãos públicos, o **poder-fazer** dos pecuaristas que são diretamente responsabilizados pelo surgimento do foco da Febre Aftosa. Isso é claramente expresso pelo discurso direto das autoridades nacionais e internacionais envolvidas em todo o acontecimento, e isso se dá pelo enfoque dado ao processo de vacinação do gado, desde questões relacionadas à qualidade da vacina, ao armazenamento, até o transporte e o manuseio correto do produto.

Há também um enfoque bastante pertinente evidenciado pela Folha: o de que

"[...] alguns proprietários rurais comprovam a compra da vacina, mas não chegam a fazer a imunização" (Anexo Z).

Tais recursos e estratégias do jornal Folha de S. Paulo permitem afirmar que o discurso não é neutro; já que ressalta um **poder-fazer** dos pecuaristas, explicitado nos textos que dão grande destaque à responsabilidade dos produtores diante da relevância atribuída à vacinação.

Os efeitos de sentido produzidos pela Folha permitem reconhecer, nos textos, o discurso de uma sociedade e de um governo que não tem mais acesso aos valores disponibilizados ou oportunizados pela economia pecuarista e de exportação crescente. Tal discurso ressalta, como já foi afirmado anteriormente, no exame do nível narrativo, o sujeito pecuarista como sujeito do poder-fazer e do não-dever-fazer, ou seja, que eles podem vacinar o gado, mas não se sentem no dever ou na obrigação de o fazer e, assim, aparecem aqui, no nível discursivo, figurativizados como atores irresponsáveis em relação ao programa de erradicação da Febre Aftosa, por meio da principal medida de prevenção que é a vacinação do rebanho.

4.4 O Plano de Expressão

Com o objetivo de reproduzir certa **realidade**, os meios de comunicação impressa útilizam determinados recursos que exploram aspectos visuais em toda a sua extensão. Desse modo, verifica-se uma padronização em títulos, legendas, fotos, ilustrações e também nos textos.

Na primeira página da Folha de S. Paulo, observa-se uma ausência de fotos, ilustrações ou figuras referentes à Febre Aftosa. Ou seja, não se busca, por meio da exploração de aspectos visuais, chamar a atenção do leitor para essa questão.

Outro elemento bastante importante em relação aos aspectos visuais utilizados como recurso pela Folha de S. Paulo é o de que há, desde a primeira página até o corpo total das matérias, apenas uma fotografia relacionada ao tema de análise proposto, que é o da Febre Aftosa. Encontra-se, portanto, uma maior quantidade de ilustrações que representam determinadas figuras, como as seringas com agulhas para representar a vacinação, o carro transportando animais juntamente com uma bandeira do Paraguai para levar a crer que uma das causas possíveis do foco é o contrabando de animais sem guia de transporte, um boneco com uma bandeira do MST para ressaltar o possível envolvimento de gado de determinados assentamentos, outro boneco com roupas escuras com a finalidade de esconder a identidade de quem as usa, para representar a possibilidade de bioterrorismo, entre outras. Essas figuras podem ser visualizadas nos Anexos S, V e X.

Na Folha de S. Paulo também tivemos a preocupação de se analisar o plano de expressão por meio da fotografia. Assim, faremos a análise da única fotografia publicada por esse veículo na edição de análise, a partir de suas três categorias básicas: a topológica, a eidética e a cromática. Dessa forma, na seqüência haverá a reprodução da mesma:

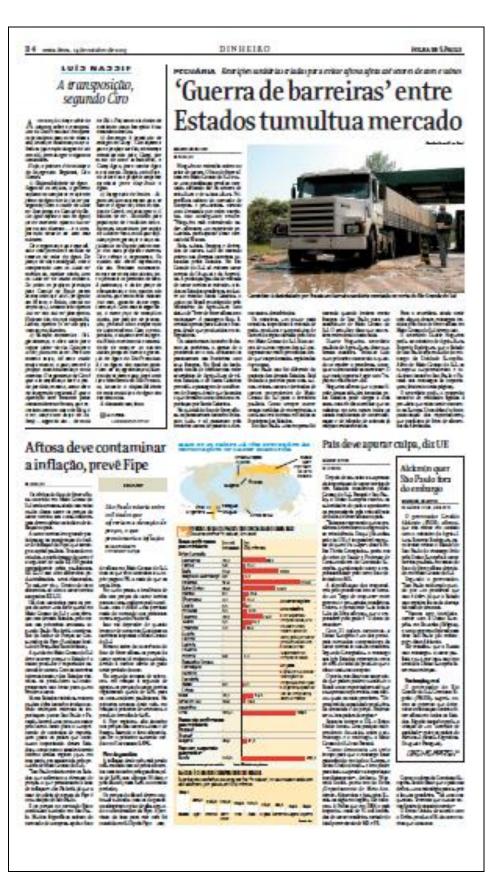


Figura 12: Página B4 da Folha de S. Paulo.

Em relação ao nível topológico, observa-se uma pequena simetria dos elementos dispostos nessa página. Além da fotografia, há ainda elementos gráficos e tabelas que têm como objetivo explicitar e confirmar dados ressaltados na parte verbal. O que vale lembrar também é que a escolha da fotografia busca produzir um efeito de sentido relacionado à questão das medidas tomadas pelos órgãos públicos para solucionar o problema da aftosa, ou seja, busca-se convencer o leitor de que as medidas tomadas pelo governo para erradicar o foco estão sendo bem aplicadas e que há certo grau de ordem em relação aos acontecimentos, já que não há evidência de tumulto ou aglomeração em barreira sanitária feita por fiscais do estado do Rio Grande do Sul. Isso pode ser mais bem evidenciado e percebido com a reprodução mais detalhada na imagem abaixo:



Figura 13: Fotografia da página B4 do Jornal Folha de S. Paulo

Diferentemente do que ocorre no jornal Correio do Estado, observa-se, na Folha de S. Paulo, uma proporção bastante disforme em relação à parte verbal e não-verbal das matérias constituintes do todo de significação, pois há um predomínio do verbal sobre o não-verbal.

Quanto à cromaticidade, há também a utilização de cores quentes e frias que constroem um efeito de contraste entre o caminhão e o fundo mais escuro, ou seja, há certa luminosidade, refletida no veículo em contraposição a um fundo mais escuro. Essa estratégia leva o leitor a focar mais a sua atenção naquilo que é mais evidente, ou seja, no caminhão.

Quanto à categoria eidética, aquela relacionada às formas, pode-se considerar que há uma utilização assimétrica, já que há o uso de formas retangulares, quadradas, circulares, entre outras.

Pode-se ainda observar o estilo linear do plano da expressão, pois como um texto, a foto é considerada um enunciado que implica em uma enunciação. Nesse estilo, as imagens apresentam contornos definidos das formas e estaticidade. Pietroforte (2004, p41) ressalta que esse estilo é composto por planos nos quais as imagens estão dispostas, produzindo um efeito táctil, ou seja, as imagens são tomadas isoladamente e parecem ser oferecidas ao tato de um enunciatário. Desse modo, esse estilo promove um afastamento entre enunciação e enunciado, tornando o texto "imagem" mais objetivo. Assim, o estilo linear proposto pelo plano da expressão da Folha de S. Paulo produz um efeito de sentido de objetividade.

Na análise do plano de expressão, o que mais é evidente é a quase ausência da utilização de fotografias, o que poderia comprovar o fato noticiado. A tentativa de comprovar o discurso enunciado acontece por meio de imagens significativas.

Desse modo, podemos perceber algumas diferenças básicas e fundamentais entre o sentido produzido pelo Correio do Estado e pela Folha de S. Paulo em textos que abordam a mesma temática. Diferenças essas que serão abordadas nas considerações finais, próxima parte deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A Construção do discurso da Febre Aftosa

Nas duas edições, o discurso da Febre Aftosa é instaurado como sujeito de identidade instável, constituído por meio de percursos temáticos em que se relacionam a economia, a exportação, o status de um dos maiores países produtores de carne bovina *in natura* em oposição a um mercado temporariamente decadente.

A caracterização da Febre Aftosa é feita com base no emprego tanto das estruturas temáticas eufóricas quanto das estruturas disfóricas, pois ambas as edições ressaltam, inicialmente, uma situação de conjunção com o objeto, já que o mercado pecuarista era representado por uma situação de economia crescente com um volume bastante considerável de exportação, e depois ressalta a situação disfórica representada pelo surgimento e pela propagação do foco da Febre Aftosa, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul.

Essa disforia é materializada pelos constantes embargos à carne brasileira, sendo a principal sanção realizada pelos grandes importadores de carne no país.

Nas matérias pesquisadas, o discurso da Febre Aftosa é marcado pelo envolvimento de várias instâncias: a do capitalismo é a mais aparente, já que vivenciamos um sistema capitalista ocidental. Isso se torna bastante evidente quando questões relacionadas ao mercado pecuarista são ressaltadas, uma vez que esse mercado gera uma receita e um status significativos para o país.

2. O Estilo do Correio do Estado

No decorrer de nosso trabalho, ressaltamos que os veículos jornalísticos precisam atender a uma série de exigências para conquistar o seu público e

exercer o seu papel social. Para isso, procuram vender sua visão de mundo por meio de suas notícias.

Assim, o discurso de cada veículo tem como objetivo principal, ou até estratégia, estabelecer um contrato com o enunciatário a fim de fazer-crer na informação como sendo verdadeira, atual, inédita, relevante, interessante e imparcial.

Na edição do Correio do Estado, um dos primeiros aspectos que nos chamou a atenção foi o destaque dado à chamada de primeira página, já que ela "grita em silêncio" ao utilizar um espaço bastante significativo da edição. Isso se dá pelo fato provável da mídia analisada ser do Estado do Mato Grosso do Sul, o que demonstra uma grande preocupação desse veículo em evidenciar o que acontece no próprio estado, já que o foco se propagou no Mato Grosso do Sul.

É também considerável a relação eufórica e disfórica analisada anteriormente, pois o jornal ressalta a importância de um sistema capitalista e o que leva o país a ter um status significativo. Desse modo, a edição nos mostra um discurso que enfatiza a questão econômica, por meio de um setor bastante desenvolvido no país, que é o da pecuária, principalmente pelo fato de o veículo ser de abrangência regional.

O status de um dos maiores exportadores de carne in natura é ameaçado pelo surgimento de novos focos da Febre Aftosa. Fato esse que gera uma insatisfação geral, envolvendo pecuaristas, órgãos governamentais, e também a população como um todo.

O Correio do Estado se utiliza dos procedimentos jornalísticos típicos desse tipo de mídia, com a finalidade de fazer-crer na objetividade e realidade proferidas; tais procedimentos são representados por meio do uso da terceira

pessoa, de fatos e de debreagens de segundo grau, causando o efeito de uma situação real de diálogo em que autoridades estaduais e federais "dialogam" com o enunciatário.

Apesar de trabalhar essas estratégias, o Correio do Estado oscila entre a objetividade e a subjetividade; isso se dá pelo uso de um número significativo de adjetivos e substantivos carregados de aspectos avaliativos, o que geralmente acontece em textos interpretativos e opinativos.

Embora os recursos discursivos com efeito de objetividade sempre apareçam nos textos, há um efeito global que tende mais para o tom opinativo. Isso não se dá apenas no discurso das fontes reproduzidas por meio do argumento de autoridade, já que são recortes de um todo textual.

Outra peculiaridade, acreditamos ser a mais relevante em todo o processo de análise, é o silenciamento presente em todo o discurso proferido pelo Correio do Estado. O veículo, diante de todas as estratégias utilizadas para persuadir o interlocutor, silencia uma das questões mais sérias em relação ao problema da Febre Aftosa: a vacinação.

Como evidenciamos na Figura 2, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento elaborou um calendário de vacinação em que os prazos e datas são estabelecidos a fim de imunizar o gado e livrá-lo do risco de contrair o vírus da doença. Há também, no início deste trabalho as normas estabelecidas pelo IAGRO a fim de manter a ordem no setor pecuarista, já que os envolvidos possuem grandes responsabilidades e obrigações a serem cumpridas.

O Correio do Estado, na edição em análise, não faz referência a esse calendário e também não ressalta a importância de colocá-lo em prática. O que também verificamos por meio da análise é o grande enfoque dado pelo jornal ao

poder-fazer, sempre destinado aos órgãos públicos estaduais e federais, já que sempre colocam em discussão as medidas tomadas por esses órgãos.

Como o Correio do Estado é um meio de comunicação diário, ou seja, um meio em que a informação se torna algo delivery, o efeito de atualidade produzido por esse tipo de comunicação é um dos principais recursos a ser trabalhado nas notícias. Assim, a principal estratégia de atualização de um veículo como esse é a análise dos acontecimentos noticiados; o que resulta num processo com características opinativas e interpretativas, ao invés de apenas reprodução dos fatos.

Diante dessas colocações, podemos aqui delinear o discurso da Febre Aftosa produzido pelo Correio do Estado na publicação analisada. Essa análise nos possibilitou o contato com um veículo de comunicação que apresenta um discurso comprometido com o seu enunciatário, já que grande parte desse público consumidor do jornal no Mato Grosso do Sul é pecuarista, público diretamente envolvido na questão da proliferação do foco.

As análises e as considerações aqui realizadas nos permitiram reconhecer uma "imagem" produzida pelo veículo por meio do conjunto de textos que formam o corpus da pesquisa, embora não nos permita que se defina categoricamente o ethos do Correio do Estado. Desse modo, realizado um modelo de análise, hipóteses mais gerias sobre o seu ethos podem ser futuramente traçadas e complementadas.

3. O Estilo da Folha de S. Paulo

Inicialmente, vale lembrar que o jornal Folha de S. Paulo é um jornal de abrangência nacional e que está "aparentemente" desvinculado de questões

particulares de produção de sentido em relação ao discurso da Febre Aftosa. Por ser uma mídia em que são definidas características e tipos textuais determinados, esse jornal, necessariamente, busca atender às exigências desse tipo de texto para conquistar o seu público e exercer o seu papel na sociedade. Assim, por meio dos textos que veicula, busca vender uma visão de mundo mais geral, mais globalizada, já que se trata de uma mídia nacional.

Diante do discurso que cada veículo enuncia, há entre enunciador e enunciatário um contrato que estabelece determinada cumplicidade, pois torna o discurso, que é enunciado, no elo que liga os dois sujeitos do discurso. Para isso, o veículo "jornal" utiliza determinadas estratégias para produzir um efeito de verdade, de atualidade, de objetividade e de imparcialidade em seus textos.

Na edição analisada da Folha de S. Paulo, que é a de número 27.953, verificamos, em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, uma abordagem mais ampla, mais geral e global no que se refere ao surgimento e propagação do foco da Febre Aftosa.

A chamada de primeira página desse veículo nos revela uma preocupação mais evidente que não é a relacionada ao problema no qual está inserido o setor pecuarista brasileiro, já que o maior destaque é dado a uma chamada direcionada ao setor político do país.

A chamada de primeira página, na Folha de S. Paulo, sinaliza o problema da doença de maneira bastante tímida, pois utiliza apenas uma linguagem verbal sem preencher muito o espaço destinado aos grandes destaques editoriais.

Diante do processo de análise dos textos selecionados, pudemos verificar que o estado eufórico e o disfórico são bastante ressaltados em todo o percurso, reforçando um sistema capitalista em que a sociedade tinha acesso a

determinados valores (status de país exportador de carne *in natura*) que hoje não são mais disponibilizados.

O sentido produzido no discurso dos textos da Folha de S. Paulo ressalta a importância de um setor bastante importante para a economia do país, que é o setor pecuarista. O setor torna-se ameaçado diante dos problemas apresentados, principalmente, na região Centro-Oeste, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul. Dessa forma, a Folha de S. Paulo parte de um aspecto regional para enfatizar questões mais amplas, mais nacionais e até internacionais, uma vez que a estabilidade de uma economia crescente se torna instável.

O discurso produzido pelo jornal em questão utiliza estratégias típicas de textos jornalísticos, já que um dos maiores objetivos desse tipo de texto é persuadir o interlocutor.

Para causar um efeito de objetividade esse tipo de mídia utiliza, na maioria das vezes, um discurso enunciado sempre em terceira pessoa, cedendo, em determinados momentos, a voz às autoridades diretamente relacionadas ao fato enunciado. A Folha de S. Paulo não é diferente, pois dá a voz a grandes autoridades do país, principalmente ao Presidente da República. Tais vozes são marcadas sempre pelo uso do discurso direto, o que causa a impressão de que o que foi dito está reproduzido, na íntegra, pelo veículo de comunicação.

Apesar de se utilizar desse recurso, há de se evidenciar que o *corpus* analisado também carrega traços de subjetividade que podem ser percebidos por meio do uso de substantivos carregados de traços subjetivos – característica principalmente mais forte dos textos opinativos e interpretativos. Assim, verifica-se que os textos da Folha de S. Paulo, apesar de se utilizarem das estratégias típicas de textos objetivos, também são carregados de marcas subjetivas.

Os argumentos de autoridade também possuem um papel fundamental em todo o processo de produção de sentido, pois, na verdade são recortes reproduzidos com o objetivo de fazer-crer que o todo está sendo enunciado.

Um dos aspectos que mais nos chamou a atenção durante o processo de análise foi a importância que o veículo deu em suas matérias à questão da vacinação do rebanho para que o problema da Febre Aftosa fosse resolvido. No discurso enunciado, observa-se que o poder-fazer é destinado aos próprios pecuaristas, já que são os responsáveis pela vacinação do gado e conseqüentemente pela extinção do foco da Febre. Isso pode ser realizado porque há, como exigência do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), o cumprimento de um calendário de vacinação. Mas quem enuncia esse poder-fazer não é explicitamente a Folha de S. Paulo, pois ela o faz por meio do argumento de autoridade, em que se utiliza da voz de outro para proferir e fazer valer o seu discurso.

Esse tipo de mídia, pela característica de ser um meio de comunicação atual e diário e, de certo modo, imediato, se comparado a mídias semanais, quinzenais e até mensais, busca por meio de efeitos de atualidade discutir de maneira mais opinativa e interpretativa os fatos que noticia.

Com base nas colocações feitas, pudemos delinear como o discurso da Febre Aftosa é produzido nos textos publicados na edição em análise. Houve, dessa forma, a possibilidade de constatar que a Folha de S. Paulo apresenta um discurso comprometido com questões bastante amplas e desvinculado dos valores de um mercado e de um enunciatário pecuarista, porém vinculado a valores governamentais e políticos..

Diante das análises e das considerações feitas em todo o decorrer do trabalho, houve a possibilidade de evidenciar o efeito de sentido produzido pela edição analisada da Folha de S. Paulo, o que nos permite afirmar que, construído um modelo de análise, haverá a possibilidade de construir de maneira mais ampla o ethos do jornal Folha de S. Paulo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria Semiótica do Texto. São Paulo: Ática, 1997. Teoria do Discurso - fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1998. BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1999. BERTRAND, Denis. Caminhos da Semiótica Literária. Bauru, SP: EDUSC, 2003. BRAIT, Beth. Estudos Enunciativos no Brasil: história e perspectivas. Campinas, SP: Pontes: São Paulo: Fapesp, 2001. DE CICCO. Lucia Helena Salvetti. Febre Aftosa. Disponível http://www.saudeanimal.com.br/aftosa . Acesso em julho de 2007. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005. FIORIN, José Luiz. As astúcias da Enunciação - as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996. Linguagem e ideologia. 8 ed. Série Princípios. Revisada e Atualizada. São Paulo: Ática, 1996 Elementos de Análise do Discurso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. Introdução à Lingüística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. Semântica Estrutural: o discurso fundador. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de & LANDOWISKI, Eric (Eds). Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995. FONTANILLE, Jacques. Semiótica do Discurso. Tradução de Jean Cristus Portela. São Paulo: Contexto, 2007. GREIMAS, Algirdas Julien. Semântica Estrutural. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.

& COURTÉS, Joseph. Dicionário de semiótica. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1983. HERNANDES, Nilton. A revista Veja e o discurso do emprego na globalização - uma análise semiótica. Maceió: Edufal, Salvador: Edufba, 2004. Semiótica dos jornais: análise do Jornal Nacional, Folha de S. Paulo, Jornal da CBN, Portal UOL, Revista Veja. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, 2005. A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006. HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. KOVACH, Bill & ROSENTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. LIRA, T.M.P. & SILVA, J.A. a FEBRE AFTOSA NO BRASIL, 1960 - 2002. Arg. Bras. Med. Vet. Zoot., out. 2004, vol. 56, n°05, p556-576. ISSN 0102 - 0935. LOPES, Edward. A identidade e a diferença. 1 ed. Coleção Academia. Edusp, 1997. MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002. MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA. Vários colaboradores. São Paulo: Publifolha, 2001. PIETROFORTE, Antonio Vicente. Análise do texto visual: a construção da imagem. São Paulo: Contexto, 2007. semiótica Visual: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004. POE, Edgar Allan. A máscara da morte rubra. São Paulo: Artes e Ofícios, 2007. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

ABIEC. Exportações de Carne Bovina Brasileira por País Importador Período de Janeiro a Dezembro de 2006. Disponível em http://www.abiec.com.br/tabela.asp?id_periodo=2. Acesso em junho de 2006.

PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.

Representação esquemática referente ao processo de implantação da zona livre de febre aftosa com vacinação, Brasil, 1998 – 2005. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PROGRAMAS/AREA_ANIMAL/PNEFA/REPRESENTACAO_AREA_LIVRE_1998_2005.DOC . Acesso em julho de 2007.

Restrições Comerciais ao Brasil em Função da Ocorrência de Febre Aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná em 2005. Disponível em <a href="http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/RELACOES_INTERNACIONAIS/NEGOCIACOES_SANIT_EFIT/FEBRE%20AFTOSA_MS_PR_RESTRI%C7%D5ES%20COMERCIAIS%2_0AO%20BRASIL_. Acesso em julho de 2007.

CONHEÇA A FOLHA. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml . Acesso em julho de

2007.

Anexos: Correio do Estado



Figura 14 - Página 11ª - Correio do Estado

Anexo B

ENTRAVE - Esta semana, policiais efetuaram retenção de aproximadamente 900 cabeças de bovinos dentro de fazenda de Japorã, com suspeita de ter origem paraquaia

Chuva atrapalha investigação do DOF

Antonio Viegas Dourados'

A chuva está atrasando as Investigações que o Departamento de Operação de Fronteira - DOF vem realizando na região de Japorã e Eldorado, em relação à presença de gado contrabandeado do Paraguai em propriedades rurais brasileiras. Esta

semana o DOF efetuou a retenção de aproximadamente 900 cabeças de bovinos dentro de uma fazenda de Japorã, com característica de ter origem paraguaia. Foram colhidas amostras para detectar se está contaminado ou não e ainda está sendo feito um rastreamento para comprovar a origem.

Essas investigações estão

sendo conduzidas pelo delegado do Departamento, Carlos Videira, mas as chuvas estão impedindo o acesso a testemunhas. Outro fator que impede maior agilidade é uma espécie de quarentena que não permite o acesso de uma propriedade para a outra antes de 72 horas. Este é o período em que o vírus da aftosa sobrevive e pode pro-

mover a contaminação, tanto através de veículos como das

Ontem o coronel do DOF Joel Martins dos Santos informou que suas equipes sempre atuaram no combate ao contrabando, de forma geral na faixa de fronteira, inclusive o de gado. No entanto, com os focos de aftosa detectados na região, as

cinco equipes estão com atenção toda voltada para essa finalidade. A busca pelo gado paraguaio diretamente nas propriedades rurais é um trabalho específico para esse período, mesmo porque a fiscalização diretamente nas fazendas é atribuição da Iagro.

O coronel informou também que as equipes do DOF

estão atentas nas rodovias da região de Japorã e Eldorado pelo fato de que o transporte de animais está proibido e qualquer carregamento que for localizado deverá ser retido. Segundo ele, até o fina da semana o delegado que comanda as investigações de verá retornar para Dourados com um relatório das atividades desenvolvidas na área.

Figura 15: Matéria constituinte da página 11^a – Correio do Estado

Anexo C



Figura 16: Página 12ª – Correio do Estado

Anexo D

TERRITÓRIO - Autoridades paraguaias acusam brasileiros de violação da soberania nacional ao atravessar a fronteira para recolher amostras de sangue de bovinos

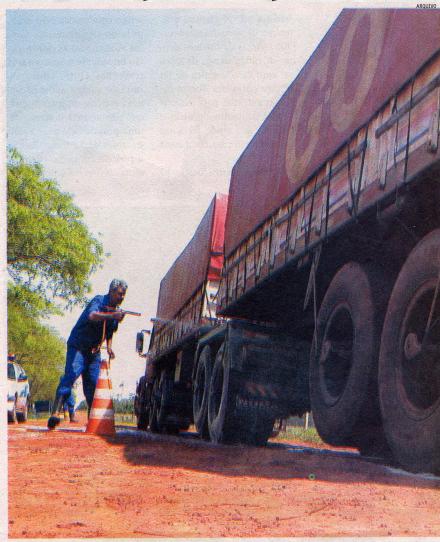
Aftosa provoca impasse diplomático

Edílson José Alves Ponta Porã

surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, além dos prejuízos econômicos, poderá resultar em sérios problemas diplomáticos para o Brasil. Autoridades paraguaias acusam brasileiros de violação da soberania nacional ao atravessar a fronteira para recolher amostras de sangue de bovinos de forma clandestina. Uma das mais duras críticas foi feita através de rádio, TV e jornais, pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Gustavo Ruiz Diaz.

Durante entrevista à imprensa, Diaz foi categórico: "a ação dos técnicos brasileiros em território paraguaio representa uma grave violação da soberania nacional". A suspeita do ministro é de que os técnicos da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) pretendiam obrigar os paraguaios a denunciar supostos casos de aftosa, para só depois informar sobre os focos da doença que surgiram em Eldorado, cidade sul-mato-grossense que está a cerca de 40 quilômetros da fronteira com o Departamento (Estado) de Canindevú.

De acordo com as autoridades paraguaias, fiscais da Iagro teriam procurado os fiscais do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal (Senacsa) para que pudessem recolher material para exames no Brasil. Como não foram atendidos, os técnicos brasileiros resolveram fazer as inspeções em território paraguaio por conta própria-Diaz disse que os fiscais visitaram três fazendas que traba-



Fiscais sanitários continuam borrifando caminhões e veículos que cruzam a região da fronteira

lham com pecuária e que são de brasileiros no Paraguai.

"Eles recolheram as amostras, mas não encontraram nenhum animal doente como pretendiam. Se tivessem encontrado pelo menos indícios, teriam denunciado, como fizeram no final do ano de 2002

em Corpus Christi, próximo da fronteira com Sete Quedas", criticou o ministro.

De acordo com o ministro, o Paraguai reuniu todas as provas que comprovam a violação da soberania nacional pelos brasileiros, ferindo também um acordo bilateral entre os dois países no ano passado. Em virtude disso, toda documentação já foi preparada e encaminhada para a embaixada paraguaia em Brasília, para que o diplomata Luís Gonzáles Arias apresente ainda nesta semana uma nota de protesto ao Governo brasileiro.

Figura 17: Matéria constituinte da página 12^a – Correio do Estado

Negócio com gado gordo fica travado

Cícero Faria Dourados

Os casos de febre aftosa na região da fronteira com o Paraguai travaram os negócios com o gado gordo na região de Dourados e o clima é de expectativa pelos frigoríficos e pecuaristas que aguardam a suspensão das barreiras nas divisas com São Paulo e Paraná para retomar os abates e negócios. Ontem o Frigorífico Itaporã cumpriu a sua última escala de abate e paralisou as atividades, enquanto o problema persistir.

"O comércio do boi gordo está totalmente parado. Estão sendo embarcados apenas os lotes que estavam negociados antes do anúncio da aftosa", explicou ontem o corretor Caetano Gottardi, de um escritório de compra e venda de bovinos em Dourados.

"Não existe nem cotação, se

alguém quiser vender o gado atualmente porque os frigoríficos não têm onde estocar mais carne", acrescentou, citando que a arroba do boi gordo estava sendo negociada a R\$ 55, antes do problema sanitário.

A crise, porém, não afetou os frigoríficos de pequeno porte que operam em Dourados, responsáveis pelo abastecimento de supermercados e açougues. Por possuir apenas o selo de inspeção estadual, a atuação destas empresas é limitada ao mercado interno.

O sócio-diretor do Frigorífico São Luiz, Dilcar Durigon, disse que a oferta de vacas está normal pelos pecuaristas e as escalas cumpridas sem problemas. "Até baixou um pouco o preço da carne devido a maior oferta de gado. Estamos pagando hoje R\$ 45 a arroba", expli-

Também o Frigorífico Pérola, igualmente de atuação regional, está trabalhando sem interrupção porque abastece o consumo de Dourados e outras cidades vizinhas.

O Frigorífico Itapora – que atende outros Estados e tem contratos de exportação, abateu até ontem os lotes adquiridos antes da divulgação do foco de aftosa em Eldorado. "Vamos esperar a reabertura das fronteiras estaduais para poder voltar a trabalhar", informou o diretor Ercílio Messias Júnior.

O serviço agora será de desossa das carcaças e a estocagem até que a situação se normalize. Por dia, o frigorífico estava abatendo de 350 a 400 cabeças, com a maior parte da carne enviada para as regiões sul e sudeste.

O presidente do Sindicato Rural de Dourados, Gino José Ferreira, manifestou preocupação com "a paradeira que o mercado do gado gordo vive neste momento devido a esse grave problema da aftosa. Por sorte, as chuvas têm caído na região, garantindo pasto para os rebanhos, evitando a perda de peso e maior prejuízo ao criador"

Ele comentou que, se o Governo federal "tivesse dado a atenção devida ao controle efetivo da aftosa, não estaríamos passando por isso. É preciso entender que Mato Grosso do Sul tem centenas de quilômetros de fronteira seca que precisa ser vigiada diariamente pelas autoridades sanitárias e policiais para evitar a entrada de gado contrabandeado do Paraguai. Existem particularidades que precisam ser levadas em conta, ao contrário de São Paulo, Goiás e Minas Gerais que não fazem divisa com outros países".

Bahia pede saída de MS do Circuito Leste

Brasília

A Bahia e os Estados de Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, todos pertencentes ao Circuito Pecuário Leste, estão preparando um documento para sugerir à Organização Internacional de Epizootias (OIE), através do Ministério da Agricultura, a retirada de Mato Grosso do Sul do grupo. A idéia, segundo o secretário de Agricultura da Bahia, Pedro Barbosa, é garantir uma revisão dos Estados que compõem a região para evitar mais penalidades àqueles que se mantêm como zona livre da aftosa.

Outro tema debatido no Circuito Pecuário do Leste, realizado ontem, na sede da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), foi a padronização das ações de combate à febre aftosa nos rebanhos bovinos. Foco detectado há uma semana em Mato Grosso do Sul está provocando prejuízos para todo o País, devido à suspensão das importações de carne brasileira por 32 países europeus, africanos e asiáti-

O encontro contou com a participação do presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Animal (Fonesca), Altino Rodrigues, a superintendente federal do Ministério da Agricultura, Maria Delian Gomes, e representantes dos Estados envolvidos na discussão. Apesar de a Bahia não exportar carnes, e dos outros Estados terem uma representatividade menor que 1%, a certificação de zona livre da aftosa é exigida para a exportação de frutas, grãos e até de fumo, explicou Pedro Barbosa.

Uma preocupação, de acordo com o diretor-geral da Adab, Luciano Figueiredo, é com os prejuízos que podem ser causados aos empresários no interior do Estado que se preparam para exportar frango. "As estruturas já estão sendo montadas e, para que prejuízos futuros não aconteçam, temos de fazer essa separação. Isso porque, além das questões geográficas que diferem Mato Grosso do Sul do Circuito Leste, nossos objetivos e estruturas são completamente diferentes".

Os representantes estaduais também estão estudando a padronização das ações para determinar, por exemplo, a vacinação dos rebanhos do mesmo circuito em meses coincidentes, a idade dos rebanhos vacinados e como esse controle será feito.

Figura 18: Matéria constituinte da página 12ª – Correio do Estado

Anexo F



Figura 19: Página 13^a – Correio do Estado

Campo Grande, MS | Quarta-feira, 19 de outubro de 2005

CONFIRMADO - Mapa confirmou outro foco em Japorã, e ainda tem duas novas suspeitas

e aftosa S abate

Rosana Siqueira

Tá combalido pelo aparecimento de quatro focos de febre aftosa, Mato Grosso do Sul, recebeu ontem a confirmação de um quinto foco da doença. Após as fazendas Vezozzo em Eldorado (que já abateu 582 bovinos), e a vizinha Jangada com mais 280 bovinos contaminados em um rebanho próximo de 4 mil animais, o Ministério da Agricultura confirmou na segunda-feira o resultado positivo em Japorã nas fazendas Santo Antônio e Guaíra. Ontem foi a vez de adicionar a Fazenda São Benedito, vizinha da Santo Antônio (juntas somam 314 bovinos) e que são pertencentes ao

mesmo proprietário. Com isso o volume de gado que pode ser abatido nestas cinco propriedades chega a 4,7 mil animais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ainda aguarda para hoje, a confirmação de mais duas suspeitas de aftosa em Japorã.

O Mapa informou ontem que já foram inspecionadas, até agora, 754 propriedades nos dois focos, sendo 532 no município de Eldorado, onde exames laboratoriais confirmaram dois focos de febre aftosa. Um no último dia 8, na fazenda Vezozzo, e outro na segunda-feira, na fazenda Jangada. Outras 222 propriedades localizadas no município de Japorã também foram

Figura 20: Matéria constituinte da página 13ª – Correio do Estado

Anexo H

Economia 13a

FIQUE POR DENTRO

- → O início O primeiro foco de aftosa em MS surgiu na Fazenda Vezozzo em Eldorado, e foi confirmado no último dia 08, após exame em amostras de sanque e visceras de 153 bovinos que foram enviados para o Laboratório Oficial do Mapa (Lanagro).
- As ações A Superintendência Federal de Agricultura (SFA/MS) e a Iagro interditaram o tráfego de animais bovinos, suínos, caprinos, leite e todos os subprodutos em cinco municípios da região do cone sul no dia 10 quando foi confirmado o foco. A medida atinge Eldorado (103.304 cabeças), Iguatemi (281.778 animais), Itaquiraí (202.245), Japorã (56.043) e Mundo Novo (42.504), que juntos correspondem a cerca de 3% do rebanho do Estado.

Nos cinco municípios existem 32 equipes de fiscais veterinários em 14 barreiras que contam ainda com apoio da Polícia Militar, DOF e Polícia Federal.

▶ O sacrifício - O abate sanitário na Vezozzo em Eldorado terminou no dia 12 com o sacrifício por meio de rifle sanitário de 582 bovinos que tiveram algum tipo de contato com o vírus além de sete suínos. Os bovinos foram abatidos com tiros e enterrados em valas de três metros de profundidade, cobertas com uma camada de cal, de acordo com normas de vigilância sanitária da OIE (Organização Internacional de Epizootias). A propriedade passará por um período sem receber animais (vazio sanitário), intervalo no qual deverá haver desinfecção química. O procedimento subsequente será a introdução de animais sentinelas (suscetíveis à doença) para verificar verificação da ausência do vírus.

NOVOS FOCOS

- >> Eldorado A Fazenda Jangada que tem 3.465 animais também teve foco de aftosa confirmado na segunda (dia 17). Até ontem, em função das chuvas os abates de 280 bovinos não tinham começado.
- >> Japorã Em Japorã, foram confirmados três focos, na Fazenda Santo Antônio e Fazenda São Benedito (314 animais) e na Fazenda Guaíra, que tem 780 animais. Só nas duas propriedades são mais de 1.000 animais, e no município são cerca de 56 mil animais.

inspecionadas. Foram confirmadas ontem neste município vizinho a Eldorado as suspeitas de febre aftosa em dois sítios (Santo Antônio e São Benedito), do mesmo proprietário, e na Fazenda Guaíra.

As propriedades que tiveram suspeitas de febre aftosa confirmadas segunda-feira juntas têm um rebanho de 4.645 bovinos, sendo 3.548 só na Fazenda Jangada. Todos os animais serão sacrificados, incluin- Animal (DSA) do Mapa infor-

do 2 suínos, 166 ovinos e 34 ma que em Japorã há muitas caprinos.

Na Fazenda Jangada, 65 bovinos apresentaram sintomas clínicos de febre aftosa. Nos sítios Santo Antônio e São Benedito existem 314 bovinos, dos quais 24 doentes. Na Fazenda Guaíra, de um rebanho de 783 bovinos, 31 apresentaram sinais clínicos.

Risco

O Departamento de Saúde

propriedades de pequena extensão e toda a região está sob investigação epidemiológica. Os resultados de exames em material colhido em outras duas propriedades sob suspeita devem ser divulgados hoje.

Segundo o DSA, os municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã e Mundo Novo continuam interditados, com 14 barreiras instaladas e 32 equipes de fiscalização. Está proibido o FOCOS OFICIAIS DE FEBRE Aftosa no País (vírus 01)

1998 - Porto Murtinho Dois focos 3.041 animais sacrificados 164 propriedades interditadas prejuízo: US\$ 435 mil

> 1999 - Naviraí

Virus 01

Dois focos 1.741 animais sacrificados 337 propriedades interditadas prejuízo: US\$ 282 mil Virus 01

2000 - Jóia (RS) 22 focos 11.067 animais sacrificados 1.719 propriedades US\$ 3,24 milhões

Virus 01

> 2001 - Rio Grande do Sul Seis municípios 30 focos

FONTE - IAGRO

trânsito de animais, produtos e subprodutos de todas as espécies suscetíveis à febre aftosa, procedentes deste municípios, para os mercados nacional e internacional.

O Mapa esclarece que os novos focos estão restritos aos limites dos cinco municípios, mas foi estabelecida nova zona de segurança, com raio de 25 km ao redor dos novos focos confirmados na segunda-feira que seriam os municípios de Sete Quedas e Tacuru. Por enquanto estes dois municípios continuam livres.

Figura 21: Matéria constituinte da página 13ª - Correio do Estado

Anexo I



Figura 22: Matéria constituinte da página 13ª – Correio do Estado

Exportadores fazem reunião

Clodoaldo Silva | Brasília Neiba Ota | Enviada Especial

Para definir estratégia que reabra o mercado externo, fechado na semana passada, representantes de exportadores de carnes e seus derivados vão se reunir amanhã, em Brasília, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A preocupação existe porque houve redução de US\$ 11 milhões nas exportações do setor entre a segunda e primeira semana de outubro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, houve queda na média diária das exportações, fazendo cair de US\$ 46 milhões (na primeira semana) para US\$ 35 milhões, na segunda, embora o Ministério afirme que este decréscimo seja consequência da febre aftosa. O frigorífico Independência, o maior do Estado, que exporta para 100 países, foi um dos estabelecimentos que suspenderam a venda ao mercado externo.

Até a tarde de ontem, ti-

nham sido suspensas as compras de todo o país pela Argentina, África do Sul, Israel e Cuba. A Rússia e o Chile deixaram de comprar carne de Mato Grosso do Sul. A União Européia deixou de comprar de MS, Paraná e São Paulo qualquer carne suscetível à febre aftosa

Estarão reunidos amanhã representantes do Ministério, exportadores de carne bovina, suína, de frangos e dos frigoríficos, disse a assessoria de imprensa do Mapa.

Pecuaristas cobram ação mais efetiva

Críticas aos governos federal e estadual, denúncias de contrabando de gado e corrupção na lagro, questionamentos e um profundo sentimento de indignação por parte dos produtores marcaram os debates da reunião-jantar na Acrissul, realizada na segunda-feira, na Capital. O evento reuniu cerca de 500 pessoas no auditório do parque de exposições, entre pecuaristas, líderes rurais e profissionais da área agropecuária que por mais de três horas debateram o assunto, sem no entanto sair com uma resposta clara sobre o que provocou o foco, de onde veio o gado, o vírus, e quando as fronteiras para a carne sul-matogrossense se abrirão novamente.

Um dos mais assediados no debate foi o diretor-presidente da Iagro, João Mauad Cavallero Crisóstomo. Há apenas três



Na Acrissul, auditório lotado e poucas respostas satisfatórias

meses à frente da Iagro, João Pará, que é técnico de carreira do Ministério da Agricultura e uma autoridade internacional no quesito aftosa, passou por uma verdadeira sabatina dos pecuaristas. Além é claro, do secretário Dagoberto Nogueira, que chegou a perder a calma diante da crítica acída de uma

produtora sobre a inoperância do Governo.

Os produtores cobraram ainda ações mais enérgicas da lagro, criticaram os governos e defenderam que o Ministério da Agricultura faça até a vacinação nos países vizinhos para evitar o aparecimento deste tipo de foco. (RS)

Figura 23: Matéria constituinte da página 13a – Correio do Estado

Anexo L



Figura 24: Página 14ª – Correio do Estado

Anexo M

AFTOSA – Interditados há 10 dias, Eldorado, Japorã, Itaquiraí, Iguatemi e Mundo Novo calculam os prejuízos, contabilizam perdas e temem problema social

Municípios temem caos econômico

Edilson Oliveira Naviraí

Desde o dia oito de outu-bro, quando começaram a circular os rumores do foco de febre aftosa na Fazenda Vezozzo, os habitantes dos municípios de Iguatemi, Itaquiraí, Japorã e Mundo Novo temem ficar sob isolamento econômico.

Nos dois últimos dias, os prefeitos Rubens Marinho (Japorã), Humberto Amaducci (Mundo Novo), Mara Caseiro (Eldorado), Sandra Cassone (Itaquiraí) e Lídio Ledesma (Iguatemi) estiveram em secretarias e órgãos estaduais, para pedir ajuda para suas comunidades diante do que a prefeita Mara chamou de "o caos social".

A prefeita Mara Caseiro disse que seu município está sofrendo, e o povo está triste, diante da crise financeira que ameaca o município. Ela lamenta o possível fechamento do Frigorífico Boifran, por seis meses, e disse que os cerca de 600 empregos gerados pela indústria estão ameaçados. "além do desemprego, e do reflexo sobre o comércio da cidade, a prefeitura também vai sentir o impacto", prevê.

Segundo Mara Caseiro, cerca da metade do faturamento de R\$ 12 milhões/mês (6 milhões) é retirada de Eldorado. Ela disse que a indústria representa 60% da ar-

recadação da cidade, e diante da crise, prevê uma queda de pelo menos R\$ 350 mil na receita de ICMS.

Com a suspensão da venda do leite em Eldorado, o impacto previsto é de R\$ 130,8 mil/mês, e a não-comercialização de insumos. R\$ 225 mil/mês. As informações estão sendo contabilizadas no relatório a ser enviado para os governos estadual e federal, via Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Calamidade

Calamidade pública é a definição do prefeito de Japorã, Rubens Marinho, atordoado pela notícia da confirmação dos focos de febre aftosa nas fazendas Guairá, Santo Antônio e São Benedito. Ele torceu muito para que fossem negativos os resultados dos exames que apontaram a existência da febre aftosa. Ele reclama dos 10.5 mil litros de leite que deixarão de ser processados em três laticínios do município, e teme pela dificuldade de sobrevivência de 372 famílias de pequenos proprietários ru-

Japorã é um município que tem 6,3 mil pessoas, a maioria vivendo da pecuária leiteira, que movimenta o comércio da cidade. "Os prejuízos em relação à arrecadação podem alcancar R\$ 338 mil". frisa. No município de Japorã estão concentradas 66 mil cabeças de gado; desse total, 5.524 são bovinos de leite, com média de produção de 10.500 litros/dia, e movimento aproximado de R\$ 150 mil/mês.

Segundo o presidente do Conselho Municipal de Saúde Animal de Japorã, Idenilson Perin, mantendo a comercialização de 2.620 cabeças de gado no município por mês (média de movimentação da ordem de R\$ 1,8 milhão) e considerando ainda que existem três indústrias de subprodutos do município que estão paradas com prejuízos da ordem de R\$ 390 mil/mês, mais a queda nas vendas do comércio em geral - que no município de Japora chega a 50% -, cada família pode perder de R\$ 600 a R\$ 1,5 mil/mês.

O prefeito de Mundo Novo, Humberto Amaducci, lamenta e prevê "tempo de vacas magras", mas ainda não contabilizou os prejuízos. Sua assessoria ainda ontem trabalhava os números do relatório para repassar à imprensa. Em Itaquiraí, município com agricultores familiares em 1.802 lotes de oito assentamentos rurais, a produção de leite é o principal meio de subsistência. A bacia leiteira do município produz 600 mil litros por mês. "Em setembro, o leite movimentou R\$ 216 mil, renda que os agricultores estão perdendo", avaliou a prefeita Sandra Cassone (PT).



Frigorífico Boifran, em Eldorado, foi um dos primeiros a dispensar funcionários e parar abates em função da aftos

Férias coletivas

Na economia de Iguatemi, os 13,9 mil habitantes vivem basicamente da pecuária, de corte ou leiteira. São 1.068 que ontem iniciaram um período de férias coletivas de 15 dias, renováveis por mais 15 dias, e com possibilidade de haver demissão em um mês. Além daqueles que deixaram de abater cerca de 800 a 1 mil bois/dia, na mesma situação estão os 400 funcionários do frigorífico Bom Charque (abatia até se-

mana passada 400 bois/dia). No laticínio Santa Rosa, 17 mil litros de leite deixam de ser processados diariamente. A conta negativa não deve fazer com que haja decréscimo de pelo menos R\$ 400 mil sobre o ICMS, nas contas mensais vistas pelo prefeito Lídio Ledesma

Em Naviraí, fora da área tampão, também há férias coletivas de 15 dias para um dos dois turnos de matança, e dos mais de 1,4 mil funcionários, 700 não trabalhavam, antes do foco de febre aftosa porque o abate havia caído de 1,5 mil para 700 cabecas/-

Ontem não houve abate mas não houve dispensas. Na unidade do Frigorífico Margen (350 funcionários - média de 400 cabecas abatidas/dia), já não há abate desde o anúncio da febre aftosa, e os industriários, que vinham tendo apenas três escalas de abate por semana, acabaram ganhando férias coletivas de 15 dias.

Figura 25: Matéria constituinte da página 14^a – Correio do Estado

Anexo N



Figura 26: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado

Deputados devem criar CPI da Aftosa

Edivaldo Bitencourt

Com o apoio de 11 deputados estaduais, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul deverá criar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e apurar responsabilidade quanto aos focos de aftosa em Eldorado e região. O requerimento, apresentado ontem pelo deputado estadual Pedro Teruel (PT), teve o apoio do líder do Governo, Pedro Kemp (PT), e até do presidente da Casa, Londres Machado (PL).

O número de assinaturas para criar a CPI da Aftosa superou em três o mínimo exigido para criar a comissão. O presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário, Paulo Corrêa (PL), considerou importante a investi-



Deputados ontem na Assembléia pediram a abertura da CPI da Aftosa

gação para encontrar as causas da doença na região sul, que comprometeu a pecuária sulmato-grossense, com a suspensão das exportações e abates.

O presidente da Assembléia, deputado estadual Londres Machado (PL), prevê que o requerimento da CPI será unanimidade na Casa. "A Assembléia tem papel relevante e deve tomar as providências, porque (a pecuária) é a maior riqueza que temos, somos um dos maiores

exportadores do País", destacou o parlamentar, que se disse estarrecido com os focos de aftosa no Sul do Estado.

Governo

Com o objetivo de defender os Governos estadual e federal, ambos do PT, das acusações de serem os responsáveis pela doença, o líder do Governo, Pedro Kemp (PT) ocupou a tribuna do Legislativo. "Não dá para fazer de! .te. Acusar e culpar o Governo do que acontece é cultura do povo", destacou.

Valdenir Machado (PRTB) apoiou a CPI. Ele afirmou que "dizem a boca pequena" a aquisição de vacina pelos fazendeiros apenas para ficar com a nota fiscal, porque o produto é jogado fora sem imunizar o gado.

Figura 27: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado

Londres propõe até uma po

Fausto Brites

A criação de uma polícia rural, formada por policiais militares, com a missão de auxiliar na fiscalização da Iagro na região de fronteira, contando com o apoio ao Departamento de Operações da Fronteira (DOF), e que os cargos de diretoria da agência sejam ocupados apenas por funcionários de carreira, são sugestões que o presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Londres Machado (PL), fará ao governador José Orcírio dos Santos. "O que aconteceu com relação ao

surgimento de focos de aftosa é estarrecedor", afirmou hoje (18) pela manhã, acrescentando que essas medidas poderão auxiliar na fiscalização e controle mais rigoroso da doença. Para o parlamentar, a criação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Aftosa, proposta também hoje pelo deputado Pedro Kemp (PT) - que já obteve 12 assinaturas (são necessárias oito) - será importante para apurar o porquê de o problema ter chegado a esse estágio. "A Assembléia Legislativa tem papel relevante e deve tomar as providências, porque a pecuária é a maior riqueza que temos, somos un maiores exportadores do destacou.

Disse que recente Mato Grosso do Sul fo lado" quando houve a va de se retirar o ICMS o transporte do gás (Bra lívia) e que representa milhões mensais para fres do Estado. Agora, se ele, houve um "tremor" surgimento do foco da que significa prejuízo 1 de pelo menos R\$ 14 m

Reformulações

De acordo com Lo Machado, a questão da

Figura 28: Matéria constituinte da página 14ª – Correio do Estado

Anexos: Folha de S. Paulo



Figura 29: Primeira Página do Jornal Folha de S. Paulo

Anexo R

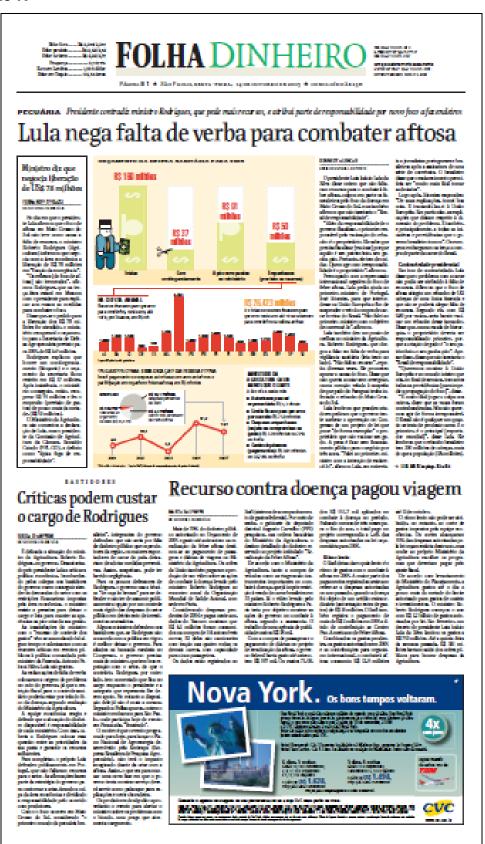


Figura 30: Página B1 – Folha de S. Paulo

Anexo S

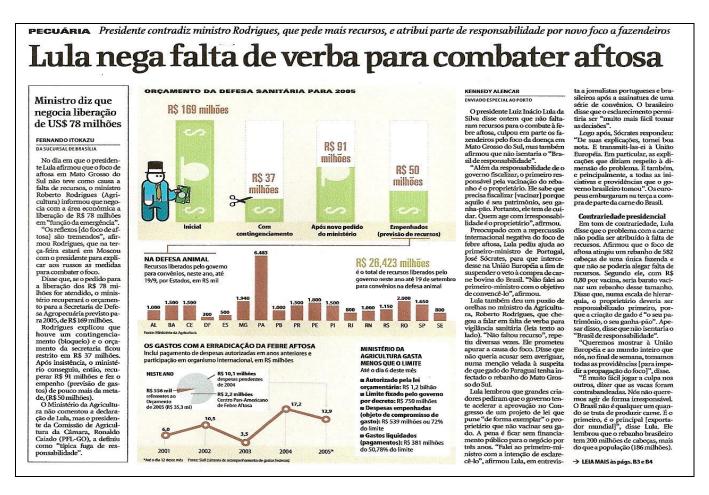


Figura 31: Matéria constituinte da página B1 – Folha de S. Paulo

BASTIDORES

Críticas podem custar o cargo de Rodrigues

SHEILA D'AMORIM

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

É delicada a situação do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no governo. Desautorizado pelo presidente Lula a criticar a política econômica, bombardeado pelos colegas nos bastidores do governo e sem conseguir atender às demandas do setor com as restrições financeiras impostas pela área econômica, o ministro resiste a pressões para deixar o cargo e luta para manter as aparências na pior crise da sua gestão.

As insatisfações do ministro com o "excesso de controle dos gastos" vêm se acumulando há algum tempo e culminaram com as recentes críticas em eventos públicos à política comandada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. Lula não gostou.

As reclamações de falta de verba colocaram a origem do problema no colo do governo, já que a restrição fiscal para o controle sanitário poderia estar por trás do foco da doença, segundo avaliação do Ministério da Agricultura.

A equipe econômica reagiu e defende que a alocação do dinheiro disponível é responsabilidade de cada ministério. Com isso, caberia a Rodrigues colocar essa questão entre as prioridades da sua pasta e garantir os recursos suficientes.

Para completar, o próprio Lula defendeu publicamente, em Portugal, que não faltaram recursos para o setor. As afirmações fazem parte da estratégia do governo para contornar a crise, tirando a culpa da área econômica e dividindo a responsabilidade pelo ocorrido com produtores.

Como o foco ocorreu em Mato Grosso do Sul, considerado "o primeiro mundo da pecuária brasileira", integrantes do governo defendem que não seria por falta de dinheiro público que os produtores da região, os maiores exportadores de carne do país, deixariam de adotar medidas preventivas. Assim, suspeitam, pode ter havido negligência.

Para os poucos defensores de Rodrigues, o governo usa a técnica "de caça às bruxas" para se defender e não ter de assumir publicamente a opção por um controle mais rígido das despesas do setor público em detrimento de investimentos necessários.

Alguns ministros defendem nos bastidores que, se Rodrigues não concorda com a política em vigor, é melhor deixar o governo. Para aliados na bancada ruralista no Congresso, o governo precisa mais do ministro, que tem boa reputação com o setor, do que o contrário. Rodrigues, por outro lado, tem comentado que fica no cargo enquanto o presidente e a categoria que representa lhe derem apoio. No entanto a disposição dele já não é mais a mesma. Segundo a Folha apurou, ontem o ministro embarcou para São Paulo, onde participa hoje de evento em Piracicaba, "frustrado".

O motivo é que o evento programado para hoje, para lançar o Plano Nacional de Agroenergia desenvolvido pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), não terá o impacto imaginado diante da crise com a aftosa. Assim, o que era para marcar uma nova fase em que o governo tenta mostrar serviço deverá servir como palanque para explicações e ouvir choradeira.

Os produtores de algodão aproveitarão o evento para alertar o ministro sobre os problemas com o bicudo, uma praga que atormenta o segmento.

Figura 32: Matéria constituinte da página B1 – Folha de S. Paulo

Recurso contra doença pagou viagem

MARTA SALOMON

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Mais de 70% do dinheiro público autorizado no Orçamento de 2005 e gasto até anteontem na erradicação da febre aftosa destinou-se ao pagamento de passagens e diárias de viagens no Ministério da Agricultura. Os cofres da União também pagaram a produção de um vídeo sobre as ações de combate à doença levado pelo ministro Roberto Rodrigues ao encontro anual da Organização Mundial de Saúde Animal, com sede em Paris.

Considerando despesas pendentes de 2004 e pagas neste ano, dados do Tesouro mostram que R\$ 4,5 milhões foram consumidos na compra de 114 automóveis novos; 32 deles são camionetes com tração nas quatro rodas; os demais carros, com capacidade para cinco passageiros.

Os dados estão registrados no

0

Siafi (sistema de acompanhamento de gastos federais). Por meio de senha, o gabinete do deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) pesquisou, nas ordens bancárias do Ministério da Agricultura, o destino detalhado do dinheiro reservado ao projeto intitulado "Erradicação da Febre Aftosa".

De acordo com o Ministério da Agricultura, tanto a compra de veículos como as viagens são instrumentos importantes no combate à doença, que já impõe restrição à venda de carne brasileira em 33 países. Já o vídeo levado pelo ministro Roberto Rodrigues a Paris teria por objetivo mostrar as ações do governo no combate à aftosa, segundo a assessoria. O trabalho de uma agência de publicidade custou R\$ 38 mil.

Com a compra de passagens e o pagamento de diárias no projeto de erradicação da aftosa, o governo federal havia gasto até anteontem R\$ 397 mil. Ou exatos 71,5%

dos R\$ 555,7 mil aplicados no combate à doença no período. Faltando menos de três meses para o fim do ano, o total pago no projeto correspondia a 1,6% das despesas autorizadas na lei orçamentária para 2005.

Ritmo lento

O Siafi deixa claro quão lento é o ritmo de gastos com o combate à aftosa em 2005. A maior parte dos pagamentos registrados neste ano refere-se a despesas autorizadas no ano passado, quando a doença foi objeto de um crédito extraordinário (autorização extra de gastos) de R\$ 18 milhões. O Siafi também registra o pagamento de mais de R\$ 2 milhões em 2005 a título de contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa.

Combinados os gastos pendentes, os gastos autorizados em 2005 e as contribuições para organismo internacional, o combate à aftosa consumiu R\$ 12.9 milhões até 12 de outubro.

O ritmo lento não pode ser atribuído, no entanto, ao corte de gastos impostos pela equipe econômica. Os cortes alcançaram 35% das despesas autorizadas pela lei orçamentária deste ano, mas coube ao próprio Ministério da Agricultura escolher os programas que deveriam pagar pelo ajuste fiscal.

De acordo com levantamento do Ministério do Planejamento, a Agricultura gastou até o dia 6 pouco mais da metade do limite autorizado para gastos de custeio e investimentos. O ministro Roberto Rodrigues começou o ano com R\$ 1,2 bilhão de gastos autorizados por lei. Em fevereiro, um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva limitou os gastos a R\$ 750 milhões. Até a quinta-feira da semana passada, R\$ 381 milhões haviam saído dos cofres públicos para honrar despesas da Agricultura.

Figura 33: Matéria constituinte da página B1 – Folha de S. Paulo

Anexo V



Figura 34: Página B3 - Folha de S. Paulo

DINHEIRO FOLHA DE S.PAULO sexta-feira, 14 de outubro de 2005 B 3

PECUÁRIA Entre suspeitas por foco, estão falha em vacinação, mutação de vírus, gado contrabandeado e contaminação em terras do MST

Apuração inclui até hipótese de bioterrorismo



A possibilidade está sendo considerada pela lagro

A LOCALIZAÇÃO DO FOCO DA FEBRE AFTOSA EM MS Limites de MATO GROSSO DO SUL

FOCO CONFIRMADO

m Município localizado a 446 km

- de Campo Grande
- m 582 cabecas de gado da fazenda onde foi detectado o foco foram sacrificadas

SUSPEITA DE FOCO

estão sendo analisadas

- m Município localizado a 464 km de Campo Grande, na fronteira com o Paraguai m Amostras de material colhido

ANA RAQUEL COPETTI

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EMCAMPO GRANDE

A Polícia Federal passou a integrar a força-tarefa que isola o extremo sul de Mato Grosso do Sul, na região de Eldorado, onde foi detectado foco de febre aftosa.

De acordo com a Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), agentes federais trabalham com policiais militares, integrantes do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) e técnicos da agência sanitária para evitar que gado paraguaio entre em solo brasileiro e para investigar a origem do foco.

Além de possíveis falhas na vacinação, quatro hipóteses de origem do foco foram levantadas, A lagro, segundo o diretor-presidente João Crisóstomo Cavallero, trabalha com a possibilidade de a doença ter vindo em gado contrabandeado do Paraguai. Ele também considera possível que tenha havido uma mutação do vírus, que estaria imune às vacinas.

A Abiec (associação das exportadoras de carne) levantou a possibilidade de bioterrorismo e recebeu apoio de pecuaristas da região, que acreditam que o vírus pode ter sido implantado de forma criminosa na fazenda Vezozzo, em Eldorado, onde há o foco.

A acusação de infecção criminosa foi reforçada por uma das dência" (leia texto abaixo).

proprietárias, Mariza Vezozzo, que disse ter ficado surpresa com a doença porque, segundo ela, todo o gado da fazenda foi vacinado. "A fazenda trabalha com técnicas avançadas de manuseio de gado, tem acompanhamento integral de veterinários e tem a tradição de 40 anos na pecuária."

Em Eldorado, segundo a prefeita Mara Caseiro (PDT), surgiu a suspeita de que a aftosa teria origem na fazenda Macuco, que tem um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra. O coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Mato Grosso do Sul, Jair Rodrigues, disse que o movimento recebeu a acusação com indignação e que não há gado no local.

Segundo Rodrigues, o MST tem um assentamento em Itaquiraí, próximo a Eldorado, mas ele também não teria cabecas de gado. "Só em Japorā, temos cerca de 200 cabeças de gado. Se o caso da fazenda Santo Antônio [onde há suspeita de aftosa], que fica naquele município, for confirmado, vamos nos manifestar sobre o caso", diz o coordenador do MST.

Em Brasília, o governador Zeca do PT afirmou que "os focos da doença registrados nos últimos seis anos foram sempre próximos à fronteira com o Paraguai e sempre com o mesmo tipo de vírus, isso não pode ser apenas coinci-

Figura 35: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo

o gado teria sido vacinado

ficado surpresa com o problema porque, segundo ela, todo

Para conselho, defesa estadual é falha

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

O presidente do CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária) de Mato Grosso do Sul, Roberto Bacha, disse que o sistema de defesa sanitária da Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal) é insuficiente para defender o Estado da febre aftosa.

Ele afirmou que o surgimento de um foco da doença em Eldorado é reflexo da retirada das barreiras fixas da fronteira com o Paraguai há dois anos, em 2003.

"A lagro trabalha com recurso precário, sim, mas há problemas nas decisões tomadas com relação às estratégias de defesa. O problema cresceu quando foram consideradas desnecessárias as barreiras de isolamento na região de fronteira seça", afirmou Bacha.

O controle da vacinação contra a febre aftosa é feito pela apresentação à lagro das notas fiscais de compra de vacinas e do CT-13 (documento com o número do animal abatido, sexo e idade).

Conforme o presidente da agência, João Crisóstomo Cavallero, já houve a exigência de entregar os frascos das vacinas.

Bacha, do CRMV, afirma que o órgão se manifestou contrário à alteração assim que o anúncio foi feito. De acordo com ele, alguns proprietários rurais comprovam a compra da vacina, mas não chegam a fazer a imunização.

Cavallero respondeu às críticas do CRMV. "Acusar o governo e a lagro de deficientes na defesa sanitária é um posicionamento antiético do presidente do conselho. Ele deveria reconhecer o esforço que o Estado tem feito para proteger os rebanhos da febre", disse.

Para assegurar o combate, Bacha defende participação maior do Ministério em pesquisas e envio de recursos. Já Cavallero diz que é preciso reformular a defesa sanitária e ajudar o Paraguai no combate à doença, porque é "coincidência demais" que todos os últimos focos tenham origem na região de fronteira. (ARC)

Figura 36: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo

Técnicos são suspeitos de facilitar contrabando

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

Técnicos da Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Vegetal e Animal) são suspeitos de fraudar documentos para facilitar o trânsito de gado paraguaio em Mato Grosso do Sul.

Segundo o DOF (Departamento de Operações de Fronteira), da Polícia Civil, funcionários da agência são investigados por suposto envolvimento em esquema de venda de GTAs (Guias de Transportes de Animais) para "esquentar" animais contrabandeados do país vizinho.

Uma das investigações vem sendo conduzida desde 2003 e se transformou num processo criminal que está sob os cuidados da 1ª Vara Criminal de Fátima do Sul (242 km de Campo Grande).

Segundo o DOF, de 2000 até hoje já foram feitas 17 apreensões de caminhões que transportavam gado na região de fronteira, já dentro de Mato Grosso do Sul. Possivelmente, os rebanhos eram contrabandeado do Paraguai e houve facilitação para a entrada.

O diretor-presidente da Iagro, João Crisóstomo Mauad Cavallero, disse que tem conhecimento das investigações e suspeitas de fraude dentro do órgão, mas que não tem informações precisas sobre o caso. "Esses processos tiveram início na gestão anterior à minha. Portanto, não saberia informar quem são ou quantos são os técnicos investigados³, disse.

José Felício, que esteve à frente da lagro entre junho de 2003 e novembro de 2004 e agora é superintendente federal de Agricultura no Estado, disse que denunciou alguns casos de suspeita de frande no órgão no início de sua gestão, mas também não soube informar quantos casos são. (ARC)

Figura 37: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo

Stedile culpa governo por omissão

PAULO PEIXOTO

DA AGENCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

O líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile se aliou ontem aos pecuaristas nas críticas ao governo Lula, especialmente ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, por causa do novo foco de febre aftosa. Segundo Stedile, faltou dinheiro do Orçamento para o combate da doença pois Palocci prioriza os juros.

"Por que faltou dinheiro para a prevenção sanitária dos animais se estavam no Orçamento R\$ 160 milhões? Porque o 'seu' Palocci prioriza o pagamento de juros."

Stedile disse que "o caso da febre aftosa veio à tona porque os animais são dos ricos", mas que problemas como esse estão acontecendo em várias outras frentes, punindo a população mais pobre.

Questionado sobre insinuações de que o foco da doença pode ter sido em um acampamento do MST, Stedile, que participou ontem em BH do Fórum Social Mineiro, disse que "agora não importa perguntar onde começou."

Figura 38: Matéria constituinte da página B3 – Folha de S. Paulo

Anexo CC



Figura 39: Página B4 – Folha de S. Paulo

PECUÁRIA Restrições sanitárias criadas para evitar aftosa afeta até setores de aves e suínos

'Guerra de barreiras' entre Estados tumultua mercad

MAURO ZAFALON

DAREDAÇÃO

Ninguém se entendia ontem no setor de carnes. O foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul trouxe uma paralisação geral ao mercado, afetando até os setores de avicultura e de suinocultura. Frigoríficos saíram do mercado de compras, e pecuaristas, mesmo com demanda por redes varejistas, não conseguiam vender. "Ninguém está entendendo nada", afirmava um experiente pecuarista, participante desse mercado há 30 anos.

Bois, suínos, frangos e derivados de carnes, tudo foi barrado ontem nas diversas barreiras colocadas pelos Estados. No Rio Grande do Sul, só entrava carne bovina do Uruguai e da Argentina. A proibição gaúcha de entrada de carne bovina se estendeu a todos os Estados brasileiros, inclusive ao vizinho Santa Catarina, o único no Brasil reconhecido pelo Ministério da Agricultura com status de "livre de febre aftosa sem vacinação". A passagem ficou liberada apenas para suínos e frangos, desde que produzidos em integradoras.

Os catarinenses também fecharam as porteiras, e, apesar de o problema ser o boi, deixaram os paranaenses nas fronteiras com seus frangos. No final da tarde, após trocas de telefonemas entre secretários de Agricultura de vários Estados, o de Santa Catarina permitiu a passagem de contêineres de frango, desde que lacrados e que tivessem como destino a exportação por Santa Catarina.

No quintal do foco de febre aftosa, os paranaenses também fecharam tudo, e só passavam pela fronteira carros de passeio e, mes-



Caminhão é desinfetado por fiscais em barreira sanitária montada no norte do Rio Grande do Sul

mo assim, desinfetados.

Os mineiros, um pouco mais brandos, impediram a entrada de gado, produtos e subprodutos de carnes da região afetada pelo foco em Mato Grosso do Sul. Já as carnes de outras regiões dos sul-matogrossense eram permitidas desde que inspecionadas, registradas e sem osso.

São Paulo não foi diferente da maioria dos demais Estados. Está fechada a porteira para bois, suínos, ovinos, carnes e derivados de carnes provenientes de Mato Grosso do Sul para o território paulista. Como sempre ocorre nessas medidas de emergências, a confusão era intensa em todas as fronteiras dos Estados.

Em São Paulo, uma empresa foi

barrada quando tentava enviar frangos de São Paulo para um abatedouro de Mato Grosso do Sul. O avicultor disse que não estava entendendo mais nada.

Duarte Nogueira, secretário paulista de Agricultura, disse que, nessas ocasiões, "fecha-se tudo num primeiro momento e, quando se resolve o problema, começa-se a desmontar as barreiras". O que mais importa é agir com "rapideze eficiência", diz.

Nogueira afirma que o prazo li-mite dessas atitudes tomadas pelos Estados pode chegar a dois anos, mas ele diz acreditar que no máximo em seis meses todos os canais tradicionais de comercialização e de trânsito de animais já estejam restabelecidos.

Para o secretário, ainda neste mês alguns desses embargos trazidos pelo foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul devem cair.

O secretário Duarte Nogueira pediu ao ministro de Agricultura, Roberto Rodrigues, que o Estado de São Paulo seja excluído do em-bargo da Unidade Européia. Além de Mato Grosso do Sul, os europeus surpreenderam e in-cluíram também São Paulo e Paraná nos embargos às importações (leia texto nesta página).

O secretário pediu o empenho também de entidades ligadas à pecuária que estão neste momento na Europa. Uma delas é a Abiec (associação dos exportadores), que participa de feira de alimentos na Alemanha.

Figura 40: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo

Anexo EE

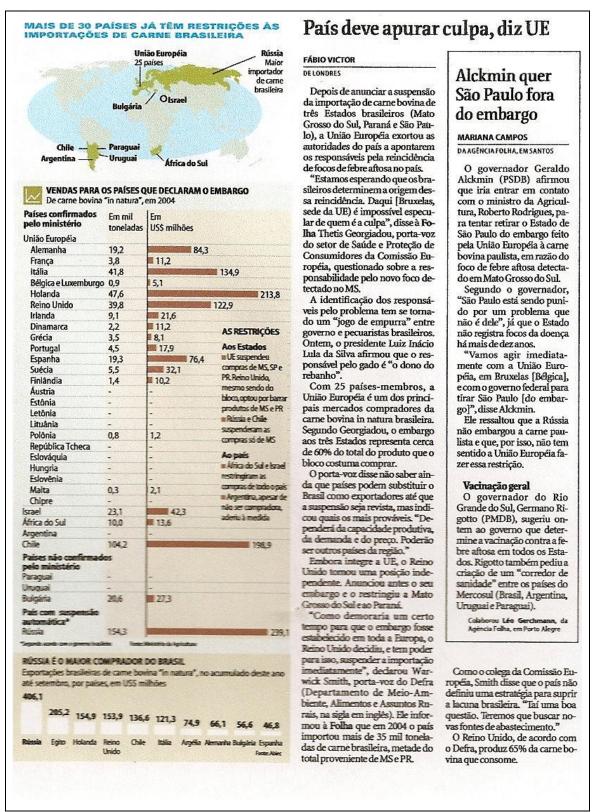


Figura 41: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo

Aftosa deve contaminar a inflação, prevê Fipe

DAREDAÇÃO

Os efeitos do foco de febre aftosa, ocorrido em Mato Grosso do Sul nesta semana, ainda não estão muito claros sobre os preços da carne bovina aos consumidores, mas devem afetar os índices de in-

flação no país.

A carne bovina tem grande participação na ponderação do índice de inflação da Fipe, que abrange a capital paulista. Trocando em miúdos, a participação da carne é a seguinte: de cada R\$ 100 gastos mensalmente pelos paulistanos, R\$ 22,72 são com alimentos (industrializados, semi-elaborados, "in natura" etc.). Dentro do item alimentos, só com a carne bovina são gastos R\$2,53.

Há dois caminhos para os preços da carne: uma forte queda em Mato Grosso do Sul e uma elevação nos demais Estados, pelo menos nas primeiras semanas, segundo Paulo Picchetti, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A queda em Mato Grosso do Sul deve ocorrer porque o Estado é o maior produtor e exportador nacional de carnes. Com as barreiras internacionais e dos Estados vizinhos, os produtores sul-matogrossenses não terão para quem vender a carne.

Já nos Estados vizinhos, embora muitos deles também tenham sofrido restrições externas às importações (como São Paulo e Paraná), haverá uma procura maior pela carne, tanto para o cumprimento de contratos de exportações (para os países que continuam importando desses Estados), como para o abastecimento interno dessas regiões (que, em boa parte, era abastecida pela pecuária de Mato Grosso do Sul).

'São Paulo estaria entre os Estados que sofreriam a elevação de preços, o que pressionaria a taxa de inflação", diz Pichetti, já que a base de coleta de preços da Fipe é o município de São Paulo.

E os preços no mercado físico continuam subindo em São Paulo. Muitos frigoríficos saíram do mercado de compras, após o foco FRASE

São Paulo estaria entre os Estados que sofreriam a elevação de preços, o que pressionaria a inflação **PAULO PICCHETTI** coordenador da Fipe

de aftosa em Mato Grosso do Sul, mas os que têm contratos a cumprir pagam 3% a mais do que na sexta-feira.

No curto prazo, a tendência de alta nos preços da carne bovina para os consumidores pode continuar, mas é difícil uma previsão exata do mercado nos próximos meses, segundo Picchetti.

Isso vai depender de quanto tempo e de como vão funcionar as barreiras impostas o Mato Grosso do Sul.

Mesmo antes da ocorrência do foco de febre aftosa, os preços da carne bovina já vinham subindo, devido à menor oferta de gado neste período do ano.

Na segunda semana de setembro, em relação à segunda de agosto, os preços da carne bovina registravam queda de 0,1% para os consumidores paulistanos. Na primeira semana deste mês, em relação à primeira de setembro, o produto teve alta de 4,6%.

A Fipe registrou alta também nos preços das carnes suínas e de frango, fazendo o item alimentação ter o primeiro aumento mé-dio em 15 semanas: 0,19%.

Pico da gasolina

A inflação deste mês está sendo influenciada não só pelos alimentos mas também pela gasolina (alta de 8,4% nos últimos 30 días) e pelo álcool (mais 9,6% no mesmo período).

Os preços do álcool devem continuar subindo, mas os da gasolina atingiram o pico de alta, segundo o coordenador da Fipe. A previsão da taxa para este mês foi mantida em 0,50 pela Fipe. (MZ)

Figura 42: Matéria constituinte da página B4 – Folha de S. Paulo